

REDE
FEMINISMO E
AGROECOLOGIA
DO NORDESTE

Organização
Laetícia Medeiros Jalil
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Maria do Socorro de Lima Oliveira

REDE FEMINISMO E AGROECOLOGIA DO NORDESTE

1ª edição

Realização:
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Universidade Acadêmica de Serra Talhada - UAST
Universidade Federal do Ceará - UFC
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional - Fadurpe
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - Sead
Casa Civil
Governo Federal

Parceira: ActionAid

Recife
Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste
2017

FICHA TÉCNICA

Coordenação do Projeto Organização Produtiva de Mulheres e Promoção da Autonomia por meio do Estímulo a Prática Agroecológica

Laetícia Medeiros Jalil

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Coordenação Editorial

Laetícia Medeiros Jalil

Maria do Socorro Oliveira

Fotografia

Geórgia Pitombeira Figueiredo

Revisão ortográfica

Mariângela Borba

Revisão geral

Lorena Moraes

Laetícia Medeiros Jalil

Projeto gráfico e diagramação

Emanuela Castro

Impressão

MXM Gráfica & Editora

Tiragem

1.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

J26r Jalil, Laetícia Medeiros
 Rede feminismo e agroecologia do Nordeste / Laetícia Medeiros
Jalil, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Maria do Socorro de
Lima Oliveira. – 1. ed. - Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do
Nordeste, 2017.
 198 p.: il.

ISBN 978-85-89473-23-1

1. Feminismo 2. Agroecologia 3. ATER I. Esmeraldo, Gema
Galgani Silveira Leite II. Oliveira, Maria do Socorro de Lima
III. Título

CDD 305.42

SUMÁRIO

SOBRE AS AUTORAS	04
1. UM LIVRO DE HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA E DO FEMINISMO NO NORDESTE DO BRASIL	08
2. EXPERIÊNCIA DO PROJETO/PROCESSO ATER, FEMINISMO E AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: CAMINHOS EPISTÊMICOS E SABERES POLÍTICOS-COLETIVOS	21
3. ATER MULHER E AGROECOLOGIA: A POLÍTICA VIVIDA PELAS MULHERES RURAIS NA REGIÃO NORDESTE	37
4. POR QUE AINDA DISCUTIR A “JUSTA” DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO? ALGUNS APORTES NECESSÁRIOS À LUTA POR IGUALDADE E LIBERDADE PARA AS MULHERES RURAIS NO BRASIL	56
5. A CAMPANHA PELA DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO: QUANDO UMA QUESTÃO TORNA-SE UMA PEDAGOGIA (METODOLOGIA) DE COMUNICAÇÃO FEMINISTA!	72
6. O FEMINISMO E AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL, ESTADO E ONGS NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATER PARA MULHERES E ATERAGROECOLOGIA	83
7. PROJETO ATER MULHER NA REGIÃO DO PAJEÚ-PE: UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA E FEMINISTA.	97
8. MULHERES RURAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UMA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SUAS REAIS DEMANDAS	129
DEPOIMENTOS	146
MEMÓRIA DE IMAGENS	188

AUTORAS

Adriana Galvão Freire, bióloga, mestre em Desenvolvimento Rural, feminista, assessora técnica da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, onde coordena a abordagem de gênero e a auto-organização das mulheres camponesas no Agreste da Paraíba. Integra a coordenação da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Participa do GT Mulheres e Agroecologia da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). adriana@aspta.org.br

Andréa Machado Camurça, feminista, mestra no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduada em Economia Doméstica na UFC e atualmente é estudante de graduação em Serviço Social na UECE. Integra o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) no Programa Residência Agrária (PRA) da UFC no desenvolvimento de estudos nos temas da agroecologia, feminismo e justiça ambiental. andreamcufo@gmail.com

Célia Hissae Watanabe, graduada em Letras, pela Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, Ilhéus, BA. Feminista e Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela FUNDAJ/UFPE, Recife, PE. Especialista em Democracia Participativa e Movimentos Sociais pela UFMG e em Políticas Públicas de Gênero, Raça e Etnia pela UFBA. Diretora da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo da Bahia (Bahiaater). celia.watanab@yahoo.com.br

Graciete Gonçalves dos Santos, feminista e ativista da Agroecologia, graduada em Sociologia pela UFPE. Tem especialização em Convivência com o semiárido, Agroecologia e segurança alimentar pela UFRPE. Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pelo Posmex na UFRPE. Atualmente está na coordenação geral da Casa da Mulher do Nordeste. graciete@casadamulherdonordeste.org.br

Glauce Freire Arzua Barbosa, jornalista e Gestora de Engajamento Público da ActionAid, no Brasil, tendo atuado desde 2001 em campanhas de defesa da segurança alimentar e dos direitos das mulheres. glauce.arzua@actionaid.org

Gema Galgani S. L. Esmeraldo, feminista, doutora em Sociologia e professora nos Programas de Pós-graduação: Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) na Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordena o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA). gemaesmeraldo@gmail.com

Ingrid Delcristyan de Assunção Farias Souza, feminista antiproibicionista, redutora de danos, licenciada em Ciências Biológicas pela UNICAP, graduanda de Serviço Social pela FSM, especialização em detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas e reinserção social pela UNIFESP, assessora do programa de Direito das Mulheres na Actionaid Brasil. ingrid.farias@actionaid.org

Janaina Henrique dos Santos, aprendiz de raizeira. Militante feminista e da agroecologia. Bacharela em Antropologia, graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assessora técnica na Associação de Apoio as Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC) RN. Integrante do Coletivo

Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). Pesquisadora no Projeto Cadernetas Agroecológicas (GT de Mulheres ANA/CTA). Formada na área de ATER, Agroecologia e Feminismo pelo projeto/processo UFRPE. janaina@aaccrn.org.br

Laetícia Medeiros Jalil, socióloga, feminista e mãe. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco no Departamento de Ciências Sociais (DECISO) Recife. Coordenou o projeto/processo ATER, Feminismo e Agroecologia Nordeste. Temas de luta e pesquisa: feminismo, políticas públicas, campesinato e agroecologia. laeticiajalil@gmail.com

Lígia Alves Viana, mestra no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), graduada em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integra o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) no Programa Residência Agrária (PRA) da UFC no desenvolvimento de estudos nos temas de conflitos ambientais, feminismo e justiça ambiental. ligiaviana@gmail.com

Lorena Lima de Moraes, feminista e cientista social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) e coordenadora do Dadá - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde. Temas de luta e pesquisa: feminismo, relações de gênero, sexualidade e saúde. llorenamoraes@gmail.com

Maria do Socorro de Lima Oliveira, mãe, feminista e socióloga. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco no Departamento de Ciências Sociais (DECISO) Recife.

Vice-coordenadora do projeto/processo ATER, Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Estuda as sociedades camponesas, cultura e feminismo. socorrooliveira@gmail.com

Marli Gondim de Araújo, agrônoma, feminista, doutoranda em Geografia Humana e Cultural pela UFPE. Atuou nas Organizações Não Governamentais na assessoria técnica a mulheres e agricultores familiares agroecológicos. Estudou quilombolas e agroecologia no mestrado da UFPE e atualmente faz doutorado sobre agricultura indígena. Temas de estudo e militância: agroecologia, mulheres e populações tradicionais. marligondim@gmail.com

Michela Calça, foi militante do movimento estudantil, atuando na FEAB e no DCE/UFERSA. Tornou-se Militante feminista do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), formada em agronomia em 2006, mestre em Serviço Social pela UFPE, doutoranda em Ciências Sociais da UFCG. Participou do segundo governo Dilma, no qual contribuiu como coordenadora geral de Organização Produtiva da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA, até que se estabeleceu o golpe de 2016, que a fez se afastar do cargo. michela.calaca@gmail.com

Michelly Aragão Guimarães Costa, feminista, doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Pesquisadora do Programa "Poscolonialidad, pensamiento fronterizo y transfronterizo en los estudios feministas" (IDAES/UNSAM); Pesquisadora do Dadá - Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UAST/UFRPE. Pesquisadora do projeto/processo ATER, Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Trabalha com os temas: Feminismos descoloniais, gêneros, agroecologia e educação popular. Temas de militância, pesquisa e vida: o feminismo, campesinato e agroecologia. mikellyaragao@gmail.com

UM LIVRO DE HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA E DO FEMINISMO NO NORDESTE DO BRASIL

Laetícia Medeiros Jalil
Maria do Socorro de Lima Oliveira
Michelly Aragão Guimarães Costa

Para mim pensar a agroecologia é pensar nas mulheres e assim, não tem como não ser feminista. Como não fazer uma ATER feminista, se queremos fazer uma assessoria que contribua para a autonomia das mulheres? Para sua libertação?

Graciete Santos – Socióloga, educadora e coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste, PE.

Este livro é fruto de persistência e teimosia. Mais um “produto” do Projeto/Processo Ater, Feminismo e Agroecologia na Região Nordeste do Brasil. Uma parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a extinta Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Recebemos um convite da então DPMRQ, através da Profa Dra. Karla Hora¹, para construir um “projeto de formação em Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) na perspectiva do feminismo”. Naquele momento não tínhamos nada pronto, acabado, e nem elas. Apenas uma demanda real por formação que vinha das experiências das chamadas públicas de ATER já implementadas nos territórios em que as questões

¹ Engenheira, Profa da UFG. Ex Diretora da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas -DPMRQ.



referentes aos temas “específicos” ficavam muito aquém do desejado. Construímos um processo a partir da confiança política ideológica entre diferentes sujeitos: academia - professoras e estudantes; representantes do governo; militantes dos movimentos sociais feministas e mistos e técnicas de organizações de ATER, acreditando que sem feminismo não há agroecologia. Esse foi o grande aprendizado que tivemos e um certo grau de “sucesso” deste projeto/processo.

O projeto/processo ATER, Feminismo e Agroecologia, chegou como uma boa oportunidade. Naquele momento não estávamos sob um golpe contra nossa democracia, misógino, machista e classista, e percebemos que ele poderia ser um instrumento para nos fortalecer (como um coletivo feminista na Região Nordeste) e aceitamos o desafio.

Desafio para aprender a lidar com as diversas e distintas lógicas ou racionalidades do Estado, da UFRPE, da Fundação Apolônio Sales (FADURPE), que gerenciou a execução do projeto. Por vezes, este se apresentava como uma enorme burocracia, parecendo, até, nos engolir e enfadar diante de tantos desejos de ir a campo, realizar reuniões, seminários, oficinas, colocar a roda para girar, animar e fortalecer as ações das mulheres nos territórios. Sabem aquela montanha que a gente olha e pensa: será que vamos conseguir? Conseguimos! Este livro é o último e não menos importante produto deste projeto/processo.

Deste processo se desdobraram muitos aprendizados. Contábeis, financeiros, licitatórios, jurídicos e que hoje ficam no campo dos “acúmulos inesquecíveis”. Mas também fomos tecendo os fios, fazendo rendas, trocando desejos e sonhos. No processo de construção, também estávamos aprendendo a edificar no processo. Nada estava pronto. A cada encontro, íamos tecendo as próximas etapas. E sempre nos chegava a pergunta: e o projeto? Mas que projeto? O nosso projeto! E assim fomos construindo. Foram muitos encontros, reuniões, seminários, conversas, trocas de e-mails e assim foi nascendo e crescendo, sendo desenhado a partir dos desejos e necessidades das organizações e dos movimentos,



mas sobretudo, a partir das demandas e das experiências que vinham dos territórios.

As experiências vividas pelas organizações, pela assessoria técnica, pelas mulheres e pelas mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais que em seus cotidianos estavam “experimentando” a política.

Na primeira reunião, em março de 2014, no Recife/PE, ainda não tínhamos clareza do quê e como fazer, mas sabíamos que precisávamos fortalecer os processos locais e visibilizar as experiências metodológicas de ATER para mulheres, realizadas, anteriormente, entre as próprias chamadas públicas Partimos do pressuposto de que não iríamos “inventar a roda” ou trazer mais trabalhos para as organizações, que, já naquele momento, se encontravam assoberbadas por atividades burocráticas, em sua maioria relacionadas à execução das políticas públicas que recaíam para as próprias organizações. Outra questão era trabalhar com uma equipe técnica reduzida – as chamadas públicas previam em média 100 famílias por técnica (o) – o que dava pouca margem para incorporação de novas demandas e inovações metodológicas.

Este processo nos levou a formar um coletivo com várias comissões² constituídas a partir de afinidades e apropriações de cada uma, mas, sobretudo por cumplicidades políticas e ideológicas. Esse sim é um projeto banhado de ideologia, de sonhos de mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, para mudar o mundo! Este é um projeto/processo feminista de aprendizado e leitura da realidade, em que nos desafiamos ao diálogo e troca de saberes. Sonhamos e ousamos!

Nos soltamos. Colocamos no papel os desejos: de formação, de

²Para desenvolver o Projeto e todas as atividades que foram propostas ao longo do processo foram criadas diversas comissões: cultura, comunicação, sistematização, pesquisa e infraestrutura.



encontros, de escrita, de intercâmbios, de seminários, de trocas, de oficinas, de livros, de cartilhas, de mapas. Desejos de nos ver, de nos reconhecermos e, o melhor, de construir caminhos a partir de nós mesmas, do que acumulamos, de nossos aprendizados e visões de mundo, de nossas vivências e experiências, de nossos distintos lugares.

E fizemos tudo isso, assumindo o desafio de buscar erros e acertos dentro de uma lógica “hegemônica androcêntrica e patriarcal” na metodologia, na pedagogia e na teoria. Assumimos o desafio de uma prática feminista desde o pensar ao fazer. Tecemos mais fios e fomos trançando, nos fortalecendo e construindo um coletivo – A Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

Fizemos formações nos territórios e fortalecemos processos locais junto e com as mulheres. Sistematizamos experiências de Metodologias Feministas Agroecológicas na execução da ATER o que permitiu reconhecer que o que parecia “uma novidade” nas chamadas públicas de ATER Mulher e ATER Agroecológica – 50% de mulheres, nas equipes técnicas compostas por mulheres e creches, além de 30% de recursos para serem gastos com atividades específicas –, o que, para nós, já era praticado desde os princípios das organizações, mas sobretudo pelo compromisso, militância e ideologia das assessoras técnicas. Suas trajetórias, olhares, avaliações, perspectivas, desafios, vivências nas ações da ATER foram também tema deste processo/projeto. Ao todo foram 13 experiências sistematizadas de movimentos sociais, e organizações feministas e mistas que nos mostram a diversidade de metodologias e práticas desenvolvidas em processos participativos e inovadores e que refletem acúmulos de aprendizados das mulheres nos territórios e em suas organizações, mas sobretudo, de disputas e de lutas por outra forma de fazer uma assessoria técnica que contribua para a autonomia e emancipação das mulheres rurais. São experiências da Casa da Mulher do Nordeste (CMN) no Sertão do Pajeú (PE), do MOC (BA), do SASOP em Camamu (BA), do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Nordeste (MMTR – NE), do Movimento



Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), da ASPTA (PB), do ESPLAR (CE), da AACC (RN), da ASSEMA, do CETRA (CE), do CF8 (RN), do Fórum de Mulheres de Mirandiba (PE) e da Rede de Mulheres do Pajeú (PE).

Desdobra-se a necessidade de reconhecer, registrar e visibilizar a ação das mulheres nos territórios. As lutas, os conflitos, as conquistas, as transformações; tudo a partir de uma ação da ATER feminista e emancipadora. Uma porta de entrada para outras diversas políticas públicas, mas que reconheça as mulheres como sujeitos políticos e econômicos e não como beneficiárias. Assim, construímos uma cartografia feminista das experiências da ATER na Região Nordeste. A essa experiência chamamos: No Tempo das Mulheres – a Experiência da Cartografia Feminista no contexto da Assistência Técnica Rural.

Reconstruir mapas é urgente. Aqui surge nossa primeira, de muitas cartografias feministas que nós mesmas nos desafiamos a construir, tanto como apropriação metodológica (do como fazer), quanto política (por que fazer), mas sobretudo, ideológica (vamos fazer!). Junto com ela, nasceu um vídeo sobre o processo, sentimentos e vivências na construção da cartografia. Buscamos compreender a experiência da execução dos projetos da ATER a partir destes “dois sujeitos” que, para nós, são centrais e têm o maior êxito dos projetos nos territórios: as assessoras técnicas e as mulheres agricultoras. Sendo assim, realizamos entrevistas com assessoras técnicas e Grupos Focais com as mulheres agricultoras em toda Região Nordeste. Escolhemos o Grupo Focal, uma técnica de coleta de dados qualitativos que proporciona a interação e a discussão entre pessoas numa mesma vivência.

Como o objetivo metodológico era aprofundar o processo da experiência vivida, apostamos no Grupo Focal, compreendendo que a combinação de pessoas produz mais informações por intermédio da participação interativa e da liberdade de expressão para uma participação efetiva, de modo a evidenciar suas experiências através de suas percepções e seus sentimentos (GATTI, 2008). A escolha pelo uso



de Grupo Focal está relacionada também com a perspectiva de Freire (1970) de “método de pesquisa dialógico” que busca facilitar a produção de conhecimento pelos e para os sujeitos de pesquisa.

A estratégia dos Grupos Focais nos possibilitou uma aproximação com as mulheres rurais em distintos territórios, assessoradas muitas vezes por organizações mistas (que não assumem o feminismo como abordagem política e teórica) qualificando essa escuta, mas também compreendendo e sistematizando suas percepções sobre os projetos, as metodologias, os temas e as mudanças ocasionadas em suas vidas. Para muitas experiências os temas não eram novidades, pois chegaram juntos com ações anteriores das organizações, possibilitando maior sentido da ATER articulada com outras políticas, programas e ações nos territórios, dando um sentido de ações em rede e fortalecendo uma perspectiva de desenvolvimento territorial.

Reconhecemos que as assessoras técnicas, quando assumem para si o feminismo e a agroecologia, vivenciam conflitos pessoais e institucionais (que em muitos casos são invisibilizados e silenciados), mas desta forma, asseguram essa perspectiva teórica, política e metodológica desde a elaboração à execução das propostas de projetos da ATER. É essa “técnica militante”, que muitas vezes disputa para dentro das organizações os recursos, as concepções e forma de fazer as atividades, os temas, e garante assim, a qualidade efetiva da ação da ATER para as mulheres rurais, para a equipe técnica e transforma os projetos e missões institucionais das organizações e movimentos. Nada sem conflitos.

Essa técnica/assessora é um sujeito político fundamental para um melhor desenvolvimento e execução de projetos da ATER feminista e agroecológica. De desenvolvimento, metodologias inovadoras, detonadoras de processos de construção de conhecimento crítico e dialógico, mas que em muitos casos é convertida em secretária ou engolida pelos sistemas de execução burocrático das chamadas públicas de ATER convencidas de que “são as mulheres que tem maior jeito para as questões burocráticas. Porque são mais organizadas, ou levam mais jeito para a



contabilidade e prestação de contas". É esse machismo institucional que ainda vigora em organizações agroecológicas e que rege em muitos casos a lógica de proposição de projetos de ATER no campo agroecológico no Brasil e que devemos discutir. Se faz urgente travar esta discussão velada entre as organizações e repensar: Onde estão as mulheres técnicas/assessoras nas organizações e movimentos sociais? Quais suas funções? Quanto ganham? Como andam as relações de poder internas e institucionais? Precisamos "mexer nesta ferida" para avançar e construir processos democráticos tanto nos territórios, para dentro das organizações e dos movimentos sociais.

A necessidade de comunicar gritou aos nossos ouvidos e brilhou nos olhares. Percebemos que algumas questões são impeditivas para a construção de nossa autonomia e auto-organização, e isso tem que estar na pauta da sociedade. Não é um problema das mulheres. São questões em que somos nós mulheres as mais prejudicadas, oprimidas, violentadas, caladas e até mortas, lembrando que o Brasil é o 5º país em violência contra as mulheres e feminicídios, e no período recente, tem aumentado a violência sobre mulheres negras e indígenas. Após discussões, provocações, problematizações trazidas a partir das lutas nos e pelos territórios protagonizadas pelas mulheres, percebemos que a velha e atual questão sobre a desigual divisão sexual do trabalho, sobrecarrega as mulheres e impõe que sejam as únicas responsáveis pelas tarefas de cuidado. Este é um impeditivo para que exerçam suas capacidades e sejam reconhecidas como sujeitos. Assim surge a Campanha "Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico". Outras práticas de construção do conhecimento foram vivenciadas de forma complexa e dinâmica, com uma diversidade de sujeitos (professoras, técnicas, estudantes, agricultoras, quilombolas, camponesas, trabalhadoras rurais, pescadoras, indígenas, jovens, negras), a partir de questões geradoras para o feminismo: divisão sexual do trabalho, violência, economia feminista, políticas públicas, mercados,



redes, feminismos (campeño, rural, urbano, negro, agroecológico), territórios, conflitos, identidades.

Questionamos tanto no campo da agroecologia (Sem Feminismo não há Agroecologia), lembrando do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em Porto, Alegre (RS), em 2013, e do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em Juazeiro/BA, em 2014 - nos quais foram vistas questões no tocante ao campo político dos arranjos das políticas públicas.

Construímos cartas, moções, manifestos e estratégias para intervir nos espaços públicos e políticos. Naquele momento, conseguimos barrar a extinção da DPMRQ com o então ministro Patrus Ananias. Fomos para as ruas. Participamos de marchas, carregamos faixas e cartazes e engrossamos palavras de ordem: NÃO AO GOLPE!; FORA TEMER!; FEMINISMO É REVOLUÇÃO!; FEMINISMO É A REVOLUÇÃO!

Experimentamos outras linguagens pedagógicas para sentir, cheirar, comer, reconhecer, problematizar e questionar a realidade. A mística se fez presente de forma didática e pedagógica. Dançamos. Tocamos e sentimos umas às outras, acreditando que nossos corpos também são territórios de lutas e assim, devem descansar e serem cuidados. Teatralizamos. Confraternizamos. Trocamos e vivenciamos uma irmandade, banhada na sororidade, confiança, solidariedade, reciprocidade e amor entre as mulheres (outra vez, questionamos o sistema patriarcal e capitalista que quer nos fazer crer que somos inimigas e objetos de prazer e desejo). Corpos que vão ser complementados pelo outro-figura masculina. Querem nos fazer crer que nascemos das costelas dos homens. Ora, se são esses que nascem de nossos úteros! Simples inversão, questionamento profundo das desigualdades de gênero. Rimos, choramos e cantamos muito. Porém, uma canção ficou como um mantra que nos fortalece nos momentos duros, tanto pessoais, quanto coletivos. Cada vez que uma se sente cansada, enfraquecida, cantamos:



«Companheira, me ajude que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor».

Não conseguimos discutir e incluir as questões geracionais, raciais e LGBT's. Essas são questões para serem incorporadas na problematização e complexificação do feminismo e da agroecologia para as mulheres rurais, para a academia, para as organizações e movimentos sociais como práticas, mas sobretudo, como novas abordagens teóricas e metodológicas que orientem, tanto a construção de políticas públicas, quanto a execução de projetos, de metodologias e olhares nas ações junto com mulheres e juventude rural.

Assim, este livro é um dos resultados deste projeto/processo. Os temas são frutos do que avançamos e desejamos saber mais. É uma forma de registro de tudo o que foi vivido: dos caminhos, da escolha, dos processos metodológicos, dos aprendizados e acúmulos. O que vocês vão encontrar além de problematizações teóricas, são relatos, sentimentos e significados do vivido. A memória de mulheres de um processo rico de formação que superou nossos indicadores de sucesso ou fracasso para o Estado em relação ao recurso investido neste projeto. Assim, muitas questões que são invisibilizadas numa perspectiva teórica tradicional ou convencional ganham destaque a partir das lentes da teoria feminista: autoconsumo, produção do viver, divisão sexual do trabalho, violência, segurança alimentar, são questões fundamentais para demonstrar toda a contribuição das mulheres para a construção do conhecimento agroecológico e para a reprodução da vida, como pode ser expressa na fala abaixo:

[...] sobre o autoconsumo o projeto aqui na nossa comunidade, melhorou bastante a nossa alimentação.[...]como ovos e carne que já não compro. As meninas aqui tem horta, pega um coentrinho verde , vai ali na colega pega o pimentão[...] de um preço acessível, mais que na rua, melhor porque compra na própria comunidade [...] houve uma troca, houve conhecimento, novas técnicas de conhecimento de reaproveitar água, ter menos desperdício. Sem contar o ganho do aprendizado, o ganho do



conhecimento, aquilo que você conhece aprende não tem preço.[...] você tem o conhecimento você tem aquela capacidade, você pode fazer (agricultora entrevistada).

Deste modo, este livro está dividido em 7 partes. Nelas, temos uma discussão sobre nossos aprendizados e algumas reflexões acerca da metodologia desenvolvida para a elaboração e execução do que chamamos projeto/processo, buscando problematizar o pensar/fazer acadêmico em relação ao pensar/fazer das organizações e movimentos sociais, mas também esse pensar/fazer feminista. O que muda quando queremos pensar/fazer com outras e novas perguntas? Como pensar/fazer novas perguntas de outras formas? Quais metodologias? Quais instrumentos? Quais linguagens? Quais foram nossos aprendizados e quais são, ainda, nossos desafios e por onde estamos avançando?

Também temos dois textos trazendo avaliações da Política de ATER na perspectiva das mulheres que vivenciam, o que chamamos de: a dimensão da Política Viva. As experiências, os sentidos, as mudanças, os significados a partir dos cotidianos, dos conflitos, dos avanços nas suas vidas. As transformações no campo político, mas sobretudo, no campo pessoal, na casa, na cama, na vida. Para tal, apresentamos a avaliação das experiências no Ceará e em Pernambuco e nos desafiam a repensar as políticas públicas à luz de novos indicadores como autonomia, liberdade, segurança alimentar, divisão justa do trabalho doméstico, dentre outros, o que recoloca importância das mulheres para o desenvolvimento da economia em outros parâmetros sociais e políticos.

Nos outros dois textos, vamos discutir a questão da Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico desde duas perspectivas distintas e complementares. Uma, nos apresenta o processo metodológico da construção da campanha dentro do projeto/processo. Como um "produto" e fruto dos acúmulos e aprendizados deste coletivo de mulheres que, ao longo dos encontros, seminários, reuniões, chegaram no



entendimento de que de fato esta ainda é uma questão central para ser abordada numa ação política feminista. O outro texto, trata do sentido de inserir esta discussão numa campanha. Qual a atualidade deste tema para a academia? Por que ainda se faz necessário esta discussão? O que os dados nos dizem sobre os tempos ou uso dos tempos entre mulheres e homens? Sobre as jornadas de trabalho distintas, como esta nova/velha questão é abordada academicamente? Como são vistas entre as organizações e movimentos sociais?

Por último, reservamos um espaço espacial para Memórias. Memória do vivenciado. Os relatos e depoimentos que exprimem individualmente as experiências coletivas de um processo que ficará marcado entre nós. Mas é importante que esteja escrito, pois muito pouco se escreve da história das mulheres.

Como nos ensina Michelle Perrot (2005), há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico estes sujeitos, acreditando ser o texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos reais. Por isso, não só vamos escrever, mas trazer as imagens deste projeto/processo. Encerramos com um lindo e rico arquivo de imagens, que expressam esses momentos diversos vividos, pois, as imagens têm o poder de comunicar de forma direta e é, também, um registro visual da memória do nosso projeto/processo.

Seguimos agora com novos desafios. Um deles é o de manutenção da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, tecendo laços, fios de confiança, comunhão, sororidade, amizade.

Precisamos manter esta roda girando, como um espiral de forma ascendente, com uma forma centrípeta, que nos una, nos junte, nos fortaleça. Agradecemos à vida por ter nos juntado e esperamos que este



livro contribua para a construção de uma visão crítica da realidade atual em nosso país. Reafirmamos nosso compromisso com a luta por uma sociedade justa, solidária. Contra o machismo, capitalismo e patriarcado. Contra o racismo, a LGBTTT fobia e todas as formas de opressão e violência. Compreendemos a agroecologia como ciência, movimento e prática. Como modelo e princípio de vida, mais justa e solidária, tanto para as populações rurais, quanto urbanas. Continuamos firmes, resistentes e persistentes, acreditando que para combater mentalidades de submissão e construção de outro modelo de desenvolvimento, em que a natureza, as mulheres e jovens, na sua integralidade e diversidade de identidades e expressões, sejam reconhecidas como sujeitos de direito.

Sem Feminismo não há Agroecologia! Continuaremos em marcha, até que todas sejamos livres!



REFERÊNCIAS

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Líber livro editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido - 17º ed.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

PERROT, Michelle. **As mulheres, ou, os silêncios da história.** Edusc, 2005.



EXPERIÊNCIA DO PROJETO/PROCESSO ATER, FEMINISMO E AGROECOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: CAMINHOS EPISTÊMICOS E SABERES POLÍTICOS-COLETIVOS

Laetícia Medeiros Jalil
Michelly Aragão Guimarães Costa
Maria do Socorro de Lima Oliveira

O objetivo deste artigo é apresentar algumas das experiências metodológicas criativas que foram construídas no marco do Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia na Região Nordeste do Brasil, uma parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O projeto teve como objetivo capacitar e desenvolver processos formativos em rede junto às organizações, movimentos sociais, mistos e feministas, que atuam no campo agroecológico em chamadas públicas de assistências técnicas específicas: ATER Mulher e ATER Agroecologia. As chamadas são parte da PNATER que incorpora as demandas dos movimentos de mulheres (mínimo 50% do público de mulheres, 30% dos recursos destinados às atividades específicas e presença de mulheres na equipe técnica) questionando o modelo de ATER implementado até então. Para tal, assumimos o desafio de “fazer diferente”, pois tínhamos “perguntas diferentes”, e novos objetivos para a intervenção dos projetos junto às mulheres que questionassem para além do modelo de desenvolvimento econômico, mas sobretudo que abalasse o



sistema patriarcal e a cultura machista da sociedade.

Esse fazer diferente, chamamos de projeto/processo, onde além de seminários, intercâmbios, sistematizações de experiências, cartografia social e feminista, outras formas de linguagem – subjetivas e corporais – foram incorporadas na busca de construir coletivamente metodologias para pensar uma ATER feminista, agroecológica, despatriarcal, antirracista, descolonizadora, emancipadora e que contribua para a autonomia das mulheres.

Essa “nova forma de fazer” e perceber a política vivida exigiram da equipe outros conhecimentos e saberes e abertura para o novo, o desconhecido no campo metodológico. Além de incorporar questões como a divisão sexual do trabalho, renda, enfrentamento à violência, o racismo, os direitos sexuais e reprodutivos, a espiritualidade, os cuidados, o bem viver e o querer, as novas epistemologias em diálogo com as mulheres indígenas e quilombolas, assim como, a juventude etc, para se pensar e repensar o significado da agroecologia e de como fazer a transição agroecológica.

O processo de aprendizado nos desafiou tanto como universidade, quanto como movimentos sociais e organizações em nossas práticas cotidianas, nos levando a reconhecer a emergência de outras narrativas, a partir de novas perguntas, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento. Assim, a importância da construção deste projeto/processo se deu pela proposta educativa e das possibilidades de diálogos entre os diferentes atores¹ - Estado, Universidades, Organizações Governamentais e Não Governamentais, Movimentos Sociais, Técnicas e Mulheres Rurais, que nos desafiam enquanto mulheres feministas e educadoras, pesquisadoras,

¹Participaram 22 organizações não governamentais, duas universidades e quatro movimentos sociais Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).



estudantes, agricultoras, técnicas, indígenas, negras, quilombolas e gestoras a partir dos seus diferentes lugares de atuação e de enunciação. De nossas distintas trajetórias, de nos sentir no mundo e de lutas e conquistas, buscamos visibilizar a cultura machista, patriarcal, racista e classista que reverbera em nossa sociedade e, por conseguinte, nos espaços institucionais.

Entendemos que a “ciência ou o conhecimento formal” foi negado às mulheres, além dos seus saberes/fazer e a construção do conhecimento gerado por elas foi e ainda é historicamente invisibilizado e/ou desvalorizado, sendo reconhecido como credíes ou, ainda, práticas culturais tradicionais. Assim, se enquadram todo o conhecimento do manejo de plantas medicinais, das ervas sagradas e de poder, das parteiras, raizeiras, curandeiras, dos cuidados com os pequenos animais etc. Urge reconhecermos esses saberes como imprescindíveis à reprodução da vida e toda a contribuição das mulheres às práticas agroecológicas, como forma de complexificar os processos de transição agroecológica e nosso próprio entendimento da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática.

Um primeiro exercício coletivo entre nós foi a afirmação: o que sabemos é importante e todo o conhecimento é de ordens distintas de saberes, e todo ele, tem valor e é complementar. Todo conhecimento, seja acadêmico ou empírico; seja das práticas cotidianas ou científico/tecnicista é vivenciado nos corpos e nos sentidos mais tênues de nós mulheres. Todos eles são indispensáveis para a reprodução da vida, e esse exercício feminista, de nos enxergar como iguais, porém distintas, fez com que pudéssemos construir o conhecimento coletivo neste “projeto/processo”.

Foram vários os limites e os desafios neste exercício do trabalho coletivo, de tessitura e de consensos conflituos na construção desta experiência. No entanto, a oportunidade que tivemos de nos debruçar sobre esta importante política pública, sobretudo com as mulheres rurais e as técnicas (que normalmente estavam presas às burocracias da execução),



bem como refletir sobre os processos e as práticas político-metodológicas que abarcassem outras formas de efetivar uma ATER Feminista e Agroecológica para além dos marcos institucionais foi o que nos animou e moveu como rede.

Assim, entendemos a urgência de se ter um olhar crítico a partir da teoria feminista descolonial, étnica e racial que valorize os diferentes saberes, conhecimentos, experiências e práticas das mulheres, assim como seu protagonismo na construção da agroecologia na Região Nordeste do Brasil. Buscamos também trazer para o campo agroecológico a importância e a convergência entre os feminismos e a agroecologia, no qual compreendemos como um projeto de vida, para além de um processo de conversão produtiva. Agroecologia como tal, deve proporcionar a mudança de valores éticos, morais, epistêmicos em que mulheres, jovens, homens, natureza, sejam reconhecidos como sujeitos integrantes de um todo complexo e complementar na construção de outro modelo de sociedade.

Questionamos não a agroecologia como prática em si, mas a ideia normativa do que venha a ser, ou do que deve ser, ditada por homens, quase sempre brancos, na disputa por conceitos e categorias científicas, e que, historicamente, deixa de fora essa complexidade de questões e de sujeitos. Para o movimento feminista, o questionamento a essa normativa surge da exclusão histórica e do questionamento a essa ciência branca, colonizadora, patriarcal e machista.

A teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala; à terra; à água; ao território; no acesso às políticas públicas; no processo de empoderamento; na luta por autonomia; na construção de outras formas de economias; pelas relações de solidariedade; reciprocidade; pela prática do cuidado e amorosidade; pela construção de mercados; no reconhecimento dos bens comuns indispensáveis à vida; à natureza como nossa mãe e irmã; aos saberes descolonizados e ecológicos; à luta contra todas as formas de violências. Essa é uma lente de abordagem



teórica no questionamento à ciência androcêntrica, patriarcal e cartesiana, mas, também, de ação política no reconhecimento das mulheres como construtoras de conhecimento e portadoras de saberes, o que nos leva a repensar questões e construir instrumentos metodológicos que deem conta desta proposta e dialogue com as distintas realidades.

Por meio das diferentes ferramentas metodológicas que foram sendo “experimentadas”², buscamos compreender, aprender e comunicar/divulgar recomendações às políticas de ATER operacionalizadas pelo Estado via chamadas públicas e convocatórias de projetos lançados anualmente, a partir da perspectiva crítica dos feminismos e da educação popular. Também contribuir para a construção da autonomia das mulheres, tanto na dimensão produtiva, quanto na dimensão política e social.

Outra questão relevante que priorizamos problematizar foi em relação às ações de ATER e ao questionamento sobre a divisão sexual do trabalho; a desvalorização; a invisibilidade do trabalho doméstico; de cuidados e das atividades que são desenvolvidas pelas mulheres (na casa e no agroecossistema). Tais dimensões também são apontadas pelos chamados eixos fundamentais para o fortalecimento e autonomia das mulheres rurais.

Neste sentido, iniciamos com algumas questões problematizadoras e dimensões que nos poderiam ampliar novos olhares e alternativas outras, tal como, refletir nossas próprias práticas:

- Divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: o que é trabalho produtivo X reprodutivo? É normal só a mulher ser responsável pelo trabalho doméstico, do cuidado, da educação? O que significa o trabalho

² Aqui trazemos o sentido da experiência mesmo; experimentar, provar, testar. Ver no que ia dar, nos permitir errar, sentir, tentar fazer e ver. Essa era nossa aposta. Se tínhamos novas perguntas, tínhamos que fazer com novas formas, por isso experimentamos.



- “leve” e a “ajuda”? Porque o trabalho da mulher ainda é invisibilizado?
- Relações de gênero no agroecossistema: Quais são os espaços que as mulheres e os homens estão assumindo hoje? As mulheres estão protagonizando os espaços políticos de participação – sindicatos, conselhos, feiras etc. E como seu conhecimento é, ou não valorizado? Quais as condições enfrentadas pelas mulheres no seu processo de organização? Como a política se coloca frente às situações de violência? E em relação à sobrecarga do trabalho das mulheres?
- Entendimento da Assistência Técnica prestada como um serviço do Estado e suas possibilidades: Qual o tratamento da ATER a temas emergentes? Como a política pode avançar no reconhecimento e promoção das relações igualitárias entre os homens e mulheres, e as diferentes identidades sexuais? Qual o papel das/os técnicas/os? Quais os avanços e os limites que ainda existem para a ATER Agroecológica se constituir como uma política que questione as bases do patriarcado e do machismo? O que é diferente de uma política setorial “para mulheres”? Como a política tornar-se um direito das mulheres rurais? Como passar de “inclusão discursiva” nos programas públicos em uma “inclusão efetiva”?

Neste processo, buscamos apreender os olhares e analisar as relações de conflito, os desafios e potencialidades, os impactos e aprendizados da ATER para as mulheres técnicas e agricultoras, nas diferentes dimensões que estão envolvidas no arranjo institucional da política pública.

Nesse sentido ao longo dos três anos de processo formativo trabalhamos as seguintes dimensões analíticas e relacionais:

1 – Estado e Organizações: buscando compreender a capacidade que o Estado possui de diálogo com as organizações para influenciar e/ou propor a inclusão das demandas das mulheres rurais para as políticas públicas; na criação de novos espaços voltados para o controle social das políticas e/ou fortalecimento dos existentes (como CONDRAF, CNAPO);



e compreender qual o diálogo entre os distintos espaços de participação política das mulheres rurais e técnicas;

2 – Organizações e Técnicas: esta dimensão se refere ao reconhecimento histórico das ações das entidades executoras de projetos nas chamadas de ATER Mulher e ATER Agroecologia, no que se refere às questões de gênero e feminismo buscando analisar suas abordagens e metodologias potencializadoras de novas relações com a política tratada;

3 – Técnicas e Mulheres Rurais: essa dimensão pretende trazer a análise das relações de poder entre estas duas agentes centrais do arranjo institucional;

4 – Mulheres Rurais no contexto de seu Território;

5 – Mulheres Rurais no contexto de sua Comunidade e/ou Casa.

Alternativas femininas comunitárias do fazer político e as políticas públicas

Observando a diversidade de experiências de ATER e os desafios que é propor, construir e implementar uma política de ATER com e para mulheres , numa perspectiva feminista e agroecológica, que não reproduza as diferentes formas de opressão e do fazer o mesmo daquelas políticas públicas que, muitas vezes, terminam engessando qualquer possibilidade de inovação pelo seu próprio arranjo institucional e a concepção dos gestores (um bom exemplo é a perspectiva familista impregnada nas políticas públicas para o meio rural, ou, ainda, a visão individualista de ação e execução dos projetos). Sendo assim, foram desenvolvidos processos educativos de construção do conhecimento, tendo como fio condutor as histórias de vida e lutas das mulheres e seus modos de fazer a política comunitária feminina nos territórios, suas experiências e lutas cotidianas para transformar e ressignificar esses lugares como lugares de liberdade e não mais de opressão.



Para isso, desenvolvemos a sistematização das experiências de ATER feminista na Região Nordeste (experiências que antecedem às exigências das chamadas), a cartografia social que chamamos: “No Tempo das Mulheres – a Experiência da Cartografia Feminista no contexto da Assistência Técnica Rural”, a campanha pela “Divisão Justa do Trabalho Doméstico”³, espaços de autorreflexão a partir dos Grupos Focais com as mulheres rurais, oficinas territoriais e seis seminários regionais formativos políticos com temas transversais e problematizadores das “ATER, Feminismo e Agroecologia”, como Estado; políticas públicas; violências; gênero; economias; mercado; segurança e soberania alimentar; trabalho de cuidados; divisão sexual do trabalho; dentre outros.

Nesse processo fomos tecendo laços de solidariedade, de escuta e ajuda mútua, ampliando nossas articulações em nossos estados e reconhecendo-nos como parte da construção do Projeto enquanto rede, assim como fortalecendo e ampliando nosso enfoque e a abordagem feminista na prática da ATER.

Muitas de nós nos percebemos e reconhecemos feministas nesse caminhar, nos identificando com as lutas pelos direitos das mulheres (pelo direito a termos direitos), em suas vidas cotidianas, na casa, no trabalho, nos distintos espaços que estamos, na relação com a família, no trabalho, na relação com equipe técnica e com as mulheres agricultoras. Destacamos a riqueza dos debates e reflexões sobre a centralidade da auto-organização das mulheres para a superação das diferentes opressões, em especial para àquelas mulheres assessoras técnicas que estão inseridas em organizações e movimentos mistos, em que na

³ Para conhecer a campanha nas redes sociais, acesse:

<https://www.facebook.com/peladivisaojustadotrabalhodomestico/?pnref=story> ou
https://www.youtube.com/results?search_query=pela+divis%C3%A3o+justa+do+trabalho+dom%C3%A9stico



maioria das vezes, sequer conseguem pautar internamente a discussão de gênero para a equipe, sendo considerada uma não questão para a organização.

Essa é uma questão que aparecia de forma recorrente entre as mulheres técnicas de organizações mistas. Frase como : «Ah, mas vocês trabalham em organizações feministas, então é mais fácil»...«Ah, mas vocês trabalham só com mulheres e podem discutir mais facilmente sobre filhos, família; mas para nós que trabalhamos com equipe mista não é tranquilo». O que essas frases demonstram, além de um desabafo desta mulher técnica que não consegue colocar suas questões específicas para “fora”, ou melhor, para dentro da organização? Que estas são questões políticas, e que devem sim ser tratadas pelas organizações mistas e feministas. Que o doméstico é político e que a organização deve fortalecer as mulheres da equipe técnica na perspectiva do feminismo, assim como as mulheres que são público de ação de ATER.

Percebemos que os espaços auto-organizados compostos somente por mulheres proporcionam um valioso momento de troca, de identificação e reconhecimento do “comum” que nos une (das opressões e forças), as histórias que fortalecem umas às outras para enfrentar desafios semelhantes. A auto-organização é um princípio do feminismo como um processo de fortalecimento que empodera as mulheres, a fim de se tornarem protagonistas na luta e nas suas vidas, permitindo uma maior qualidade de vida, seja no ambiente privado, seja no ambiente público. Esses espaços são importantes ferramentas para que as mulheres falem, reflitam e participem ativamente da construção do feminismo, proporcionando o entendimento de uma identidade política comum baseada em experiências individuais e coletivas, adquirindo saberes, trocando informações e construindo novas narrativas sobre si e sobre o mundo. Para elucidar o que significa essa identidade política podemos destacar os espaços de formação do movimento feminista, quando a produção coletiva da reflexão se faz na articulação entre a biografia



individual de cada participante e seu contexto social, histórico e político. As reuniões auto-organizadas compostas somente por mulheres são úteis para indicar uma possibilidade de refletirmos sobre o “ser mulher numa sociedade patriarcal com todas suas interseccionalidades e consubstancialidades”⁴.

Estes espaços facilitam a compreensão do ser mulher como uma experiência socialmente compartilhada e historicamente situada, ainda que seja uma experiência singular para cada uma e permitem que questões como violência, inseguranças no falar e participação nos espaços públicos, autoestima, sexualidade, aquisição de saberes e conhecimentos, dentre outros sejam trazidos e absorvidos pelas mulheres.

Desta forma, levando em consideração os resultados que estes espaços proporcionam às mulheres e consequentemente às suas famílias, a metodologia feminista entende como indispensável que os encontros entre mulheres e a abordagem feminista, como lente teórica para análise e forma de organização, de modo que possam ser considerados como uma ferramenta no processo de transição agroecológica, como foi fortemente apontado nos seminários, nas oficinas territoriais, na construção coletiva da cartografia e no processo de sistematização.

Exercitamos outras formas de linguagens que afluíram as dimensões subjetivas do nosso sentir e do nosso corpo como território primeiro de luta e disputa do patriarcado sobre as mulheres neste caminhar. As místicas; as rodas de cantos e dança terapia; o toque; as trocas de massagens; abraços; carinhos; a criação de músicas e poesias foram instrumentos que trouxeram uma carga significativa para desvelar as problemáticas que atravessam o cotidiano das mulheres: suas lutas, medos, sonhos, desejos, dores assim como, possibilitou a criação de

⁴Para saber mais buscar Helena Hirata. A autora vem fazendo em diversos textos essa discussão sobre a complexidade das relações entre gênero, raça, classe para se pensar as relações sociais e de poder.



vínculos, o compartilhamento das emoções e do exercício da fala utilizando da estética plástica e visual.



Foto: Biodança – I Seminário ATER , Feminismo e Agroecologia, Recife - 2014. Fonte: Acervo do Projeto.

A exemplo de uma paródia a seguir, as mulheres trouxeram questões tais como: os retrocessos vividos com a perda de direitos e conquistas durante os últimos anos, a exemplo da Secretaria de Política para as Mulheres.

Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher (Bis)
Porque o cenário social não tá legal
Estão retirando os direitos da mulher
É violência, preconceito e opressão
Legitimado no Congresso Nacional
Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher (Bis)
Já extinguiram a secretaria da mulher
Não tem projeto, nem dinheiro, nem política
Mas precisamos estar forte, tá unida
Pra resistir e transformar a sociedade
Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher (Bis)



Durante os seminários formativos, as participantes consideraram que 2015 foi ano em que as mulheres foram às ruas, mostraram sua força contra o agronegócio, o aumento dos agrotóxicos nos territórios, a onda conservadora da bancada ruralista, o patriarcado, o machismo; mas também sendo propositivas nas suas auto-organizações de construir a agroecologia e fortalecer a juventude do campo.

A nossa luta é todo dia.
 Contra o machismo, racismo e homofobia.
 A nossa luta é todo dia.
 Contra o machismo, racismo e homofobia.
 Quando a juventude se levanta, a sociedade toda avança
 Sem feminismo não há agroecologia
 Meu útero não é dólar, fora Cunha!
 Pronara já! Já Já
 Meu corpo, meu território!

Ao longo das formações e encontros, criamos os princípios orientadores de que a ATER Feminista e Agroecológica se encontra na dimensão da educação popular integral, compreendendo que o ser/poder/saber e a prática educativa deve ser popular, crítica, sistêmica, política, ecológica, antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. Assim, o processo de construção do conhecimento deste projeto/processo, do questionar as nossas práticas, nos possibilitou desvelar as diferentes formas de opressão que subjugam as mulheres em seus territórios, como também nos trouxe alguns indícios de como construir uma pedagogia feminista agroecológica a partir de diferentes realidades e contextos.

Precisamos definir o que consideramos assistência técnica, porque estamos tratando de educação popular, que é maior que assessoria técnica, pois envolvem processos de educação mais amplos, não apenas



questões de produção. O próprio feminismo não é uma questão de assistência técnica é um processo de educação popular de formação política. (fala da participante do II Seminário ATER, Feminismo e Agroecologia, Recife, 2015).

Os desafios foram muitos na tentativa de abarcar metodologias outras, haja vista a diversidade de experiências de ATER, e como feministas pedagógicas tentamos compreender e exercitar por meio da crítica generosa e do “aprender-fazendo” os próprios limites de cada organização e pessoa envolvida.

Aprendemos que os tempos e espaços comportam suas dinâmicas próprias e mesmo mulheres técnicas que se declaram feministas possuem dificuldades em exercitar uma agenda com perspectiva de gênero dentro de suas organizações: O campo das organizações agroecológicas também nos demonstrou que não é pelo fato de se contraporem aos sistemas agroalimentares de mercantilização da vida que consequentemente a perspectiva de gênero ou feminista estará instalada nestes espaços. São avanços por vezes, bastante conflituosos e que merecem paciência e entendimentos que precisamos seguir juntos(as).

Acreditamos que o Estado é responsável neste processo e, portanto deve assegurar uma estrutura com novos arranjos, institucionalidades que promovam este processo da política nacional de ATER, principalmente no exercício de assegurar as políticas setoriais para as mulheres e que correspondam as suas reais necessidades. Os nós são muitos e o exercício de poder refletir sobre a política que queremos nos possibilitou compreender melhor quem são os atores e as correlações de forças envolvidas na cadeia institucional da ATER, assim como pensar em estratégias comuns para incidir na política com e pelas mulheres.



Caminhos a seguir revolucionando!

Apostamos nestes caminhos epistêmicos e nestas ferramentas metodológicas pelo seu caráter participativo (do escutar, sentir e refletir coletivamente), que possibilitou alcançar uma comunicação reflexiva entre todas, como do poder de enunciar os saberes localizados das mulheres a partir de suas realidades corpo-território. Algumas das urgências deste coletivo (organizações, movimentos sociais feministas e mistos que atuam nos diferentes estados do Nordeste) foi o de valorizar os conhecimentos das mulheres; de visibilizar experiências de “alternativas outras”, anteriores ao marco da ATER Setorial Mulher e Agroecológica pelo Estado; de realizar uma autocrítica e sair do lugar-comum para repensar a própria prática das organizações não estatais: suas dificuldades, desafios, limites e avanços ao longo das últimas décadas que trouxesse elementos para orientações de como avançar a política nacional, mas para além disso, que possibilitasse o fortalecimento das mulheres, técnicas/os e dessas organizações em seus territórios.

Neste sentido, nos propusemos na elaboração de propostas metodológicas que favorecessem a construção de conhecimentos mais dialógicos e que criassem brechas para uma “ecologia de saberes” entre assessoria técnica – técnica/o (educadora) e mulheres rurais; voltadas para compreender e mediar a resolução de conflitos nos territórios, às demandas específicas das mulheres, do esforço para construir relações menos hierárquicas e compartilhadas entre a intervenção que é uma ação intencional das organizações e do processo de empoderamento das mulheres, reconhecendo-as como sujeitos, fortalecendo a construção de suas autonomias. Acreditamos que o projeto/processo nos trouxe perspectivas e horizontes para continuar a construir caminhos, outros modos de fazer, criar e comunicar nossas lutas, saberes, metodologias, tal como compreender os desafios vivenciados



neste campo de ação política e de construção do conhecimento.

O pano de fundo dos debates e espaços de construção foram extremamente desafiadores, com idas e voltas, negociações e acordos mútuos entre todas as organizações que estiveram envolvidas. Portanto, é importante ressaltar que o que apresentamos aqui são alguns pontos de vistas, perspectivas parciais que encontramos como ponto de partida, disparadores para problematizar nossas inquietudes, propostas do que reconhecemos como princípios e matrizes fundamentais na construção de uma ATER Feminista e Agroecológica.

De certo modo, não reinventamos a roda, mas nos permitimos desestabilizar, criar o estranhamento desde dentro, entre nós mesmas e assim, ampliar o debate, avançar na diversidade, criar espaços seguros de discussão que nos possibilitassem novos olhares e percepções, que certamente não se encerram com este Projeto e que hoje se desdobra com a criação da Rede ATER, Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

De muitos aprendizados e desafios, o maior é que apostamos no processo e não nos preocupamos tanto com os produtos. É no fazer coletivo que aprendemos, que nos desafiamos, que vivenciamos outras experiências, ouvimos novas narrativas. Para nós, esse é o caminho, essa é a força. Assim, ver este resultado, é poder vivenciar outras formas de fazer política, de estratégias de construir uma política feminista popular e comunitária contra as expressões machistas do Estado burocrático institucional. As mulheres se reinventam e incidem forjando a política vivida para transformar o mundo.

Sem Feminismo não há Agroecologia!!!





VI Seminário ATER, Feminismo e Agroecologia, Recife – 2017. Fonte: Acervo do Projeto.



ATER MULHER E AGROECOLOGIA: A POLÍTICA VIVIDA PELAS MULHERES RURAIS NA REGIÃO NORDESTE

Marli Gondim de Araújo
Michelly Aragão Guimarães Costa
Laetícia Medeiros Jalil
Maria do Socorro de Lima Oliveira

No marco do projeto de pesquisa **ATER, Feminismo e Agroecologia: olhares e sentidos sobre a política vivida** foram realizados sete Grupos Focais (GF) com as mulheres rurais¹ no período de abril de 2016 a março de 2017, como parte da pesquisa² mais ampla, cujo objetivo foi avaliar as políticas institucionais de ATER Agroecológica e ATER Mulher na Região Nordeste. A proposta foi facilitar uma avaliação coletiva sobre os impactos e as percepções das mulheres rurais e suas experiências no acesso a ATER. O corpo amostral analisado foi composto por instituições e organizações que já eram executoras da política de ATER Mulher e ATER Agroecológica, como também aquelas que atuavam com as chamadas públicas do Estado. Apesar da política de ATER Mulher ter iniciado suas ações pela Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas no ano de 2004 e em 2010 ter sido aprovada a Lei de Ater nº 12.188/2010, que incluiu

¹ Mulheres Rurais compreende as mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, assentadas da reforma agrária, agroextrativistas, pescadoras artesanais, aquicultoras familiares, indígenas e quilombolas.

² Além dos GF com as agricultoras, foram realizadas entrevistas com assessoras técnicas envolvidas nos Projetos aprovados e com gestoras da DPMRQ e coordenadoras/es de projetos em execução.



como princípio a promoção da igualdade de gênero, analisaremos neste estudo somente as chamadas públicas que compreendem o marco da “II Conferência³ Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, no ano de 2013.

Em relação à política de ATER Agroecológica, pelo seu caráter institucional recente, analisaremos a partir do seu ano de implementação (no período de 2013-2014). Abaixo um quadro demonstrativo com as chamadas de ATER, os estados e territórios que foram analisados nos GF.

Estado	Chamada	Dados da chamada	Período de execução	Proponente	Território
PB	ATER Agroecológica	Lote 30 Nº Chamada 12/2013	Fevereiro de 2015- 2017	ASPTA	Microrregiões de Esperança, Brejo, Campina Grande, Curimatá
PE	ATER Agroecológica	Lote 38 Nº Chamada 13/2013	01 de abril de 2014 - 2016	Centro Sabiá	Mata Sul
PE	ATER Agroecológica	Lote 33 Nº Chamada 13/2013	01 de Abril de 2014 - 2016	Centro Sabiá/Casa da Mulher do Nordeste	Sertão do Pajéu
RN	ATER Mulher	Lote 1 Nº Chamada 03/2013	11/2013 - 09/2015	Centro Feminista 8 de Março	Sertão do Apodi
CE	ATER Agroecológica	Lote 8 Nº Chamada 89	08/2014 - 12/2017	CETRA	Vales do Curú e Aracatiçu
CE	ATER Agroecológica	Lote 9 Nº Chamada 12/2013	30/12/2013 - 29/04/2017	ESPLAR	Sertão de Sobral
CE	ATER Agroecológica	Lote 6 Nº Chamada 10/2013	30/12/2013 - 29/04/2017	AGROPOLOS	Vales do Curú e Aracatiçu

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pelas organizações analisadas no período da Chamada Pública ATER Agroecológica e Mulher 2013-2014.

³ Nesta conferência foi aprovado que todas as Chamadas de ATER deviam ter atendimento mínimo de 50% de mulheres dentre o público beneficiário; 30% dos recursos a serem destinados para mulheres e obrigatoriedade da oferta de recreação infantil.



A metodologia de Grupo Focal, foi adotada pela sua abordagem na facilitação de processos, por proporcionar a expressão de “diferentes sujeitos e contextos sociais sobre os quais incidem o fenômeno a ser avaliado”. (TRAD, 2009, p. 2). Para Kitzinger (2000, apud TRAD, 2009, p. 4):

[...] o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

O tamanho dos grupos focais variou entre oito e dezessete participantes, com mulheres que ocupavam espaços de liderança política e/ou estavam envolvidas nas discussões da política comunitária e territorial. Utilizamos um roteiro semi-estruturado no qual foram abordadas as dimensões estruturantes que nortearam a nossa análise da política e execução da ATER nos territórios. Foram elencadas questões que abordassem os temas prioritários da agroecologia e do feminismo que permearam o processo de assessoria técnica realizado pelas organizações.

Para identificar o perfil e caracterização do grupo, utilizamos tarjetas de cartolinas (de fácil uso), no qual foram preenchidas pelas próprias mulheres rurais – ou com a ajuda de outra quando alguma delas não sabia escrever – contendo as seguintes informações: nome; idade; estado civil; raça/etnia; número de filhas/os; grau de escolaridade; comunidade que pertenciam; condição de propriedade da terra e acesso à tecnologia social em sua unidade produtiva.





Identificando o perfil do grupo. Grupo Focal PB – sede do ASPTA, Remígio - PB 21/06/2016.



Grupo de Mulheres Agricultoras e Educadoras. Grupo Focal PB – sede do ESPLAR, Remígio, 21/06/2016.



Construção do quadro de caracterização das mulheres rurais, Grupo Focal CE - Assentamento São João, Itapipoca-CE, 20/04/2016. Foto: Marli Gondim

Este momento inicial que denominamos de espaço “quebra gelo” favoreceu para que as mulheres se apresentassem, descontraíssem, antes de dar início aos trabalhos que envolviam falar de questões difíceis e íntimas (para as mulheres de um modo geral), como a problemática da violência doméstica e da divisão sexual do trabalho.

Em todos os grupos, exceto o do município de Itapipoca - Agropolos (Ceará) podemos observar alguns limites e dificuldades para a coleta de informação referente ao marco temporal e institucional das chamadas públicas: ATER Agroecológica e ATER Mulher. Ao perguntarmos sobre as mudanças e impactos destas políticas públicas as mulheres rurais nos relatavam não somente aspectos em relação às chamadas identificadas neste projeto, mas também em relação à assessoria técnica – realizada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) – que vinham recebendo ao longo de uma década ou mais. Ora, abordar o impacto sobre as chamadas públicas, como mudanças na unidade produtiva, acesso a mercados e auto-organização,

implica compreender que a ATER Agroecológica e ATER Mulher são mais um dos instrumentos de fortalecimento sistemático que as ONGs puderam construir com as mulheres rurais os quais já realizavam anteriormente a esta política. O que percebemos é que para as instituições pesquisadas, em particular as ONGs cuja ação de assessoria já era realizada há mais de 10- 20 anos, os resultados, hoje visíveis, são produto de uma intervenção consolidada e sistemática, realizada junto a um conjunto de outras políticas públicas e linhas de atuação integradas à ATER institucional que chegam nos territórios, como os fundos rotativos, financiamento a pequenos projetos produtivos, fortalecimento às formas organizativas e políticas, fomento à estruturação de espaços de comercialização, entre outros.

1. Algumas questões vindas dos Grupos Focais

1.1. Sobre a ATER

Indagamos sobre os aspectos de ordem técnica e conceitual da ATER, mas também sua relação com as outras políticas públicas. O item sobre as diferenças entre a assessoria realizada por uma técnica mulher ou por técnicos homens gerou distintas reações, já que esta é uma questão pertinente para avaliar, além dos possíveis diálogos entre os temas da agroecologia e dos feminismos.

Frases como: eu me sinto mais à vontade com as mulheres, foram recorrentes em todos os grupos. Poucas mencionaram: os técnicos homens da instituição são muito bons e a gente se sente muito à vontade com eles. Estas respostas surgiam dos grupos cuja assessoria era realizada por organizações feministas.

As mulheres demonstram maior identificação com as técnicas mulheres, pois durante as conversas entre mulheres, são construídos laços de confiança, de desabafo, de poder falar sobre temas do cotidiano (problemas nas relações



com os companheiros, com os filhos/as, de saúde, de vizinhança) e que para a maioria, seria um processo lento ou provavelmente tardaria muito mais numa conversa com um homem (ou não conseguiriam).

1.2. A ATER e as técnicas

As relações com as/os técnicas/os, de modo geral, se revelou positiva, já que não foi descrita nenhuma tensão ou desarmonia do trabalho da/o técnica/o com as mulheres rurais, o que nos faz inferir que o perfil e prática destas educadoras/assessoras foi adequado ao processo educativo e técnico.

Quanto ao número de visitas, metodologia e tempo dedicado, as mulheres mencionaram vantagens tanto nas visitas em grupo como nas individuais. O que percebem é que há muito aprendizado quando se trata das visitas em grupo, pois os espaços de troca de saberes e intercâmbios – entre mulheres – são fundamentais no processo de fortalecimento e autonomia.

1.3. Acesso à produção e à comercialização

Neste aspecto o que nos chamou a atenção foi a valorização que as mulheres dão ao quintal e às tecnologias sociais implementadas. O conceito de tecnologia social resulta de um trabalho coletivo, que encontra sustentação e legitimidade no diálogo com a sociedade, como um princípio que pode definir práticas de intervenção social que se destaquem pelo êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo soluções participativas, estreitamente ligadas às realidades locais em que forem aplicadas (HORTA, 2006).

Um exemplo interessante é o caso da instalação da tela do galinheiro. Uma mulher da Paraíba afirmou que a vida dela mudou depois da tela, como vemos nesse relato:

Pra muitas mulheres, você conseguir uma tela pra galinha, é uma porta pra liberdade, sabe? Pra sair daquele mundinho que muitas vezes ela nem tinha o conhecimento que ela poderia ter.



A comercialização citada pela maioria das mulheres parece ser o lugar efetivo da conquista da autonomia financeira. Seja vendendo seus produtos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou na própria vizinhança e comunidade. A venda a domicílio praticada pelas mulheres do Assentamento Amaraji, na região da Mata Sul em Pernambuco, por exemplo, é uma modalidade de comercialização muito eficiente e que tem garantido a venda regular dos produtos.

Algumas, como é o caso das mulheres rurais do Ceará que foram assessoradas pelo CETRA, participam de Rede de Comercialização Agroecológica, a Rede de Agricultores e Mulheres Rurais do Vale do Curú e Aracatiaçu, território composto por 18 municípios. Já as mulheres rurais do RN, estão na Rede de Comercialização Xique Xique.

1.4. Metodologia da prática da ATER

Buscamos compreender as capacitações, processos formativos, metodologias e práticas educativas desenvolvidas na execução dos projetos, embora muitas citações das mulheres se refiram a outros momentos de assessoria da instituição. As capacitações mais recorrentes foram sobre técnicas de plantios, de beneficiamento da produção vegetal, com exceção do grupo do Rio Grande do Norte, região do Apodi, onde foram realizados cursos de beneficiamento do pescado (tilápia). Houve cursos sobre gestão e comercialização. Muitas recordaram dos cursos e capacitações sobre gênero e sobre os direitos das mulheres. Em ambos os temas não foram relatadas dificuldades em discutir qualquer assunto. Em um dos grupos do Ceará, assessorado pelo ESPLAR, da região do Sertão de Sobral, uma das mulheres rurais relatou a dificuldade de não queimar o solo e depois o aprendizado obtido pela experimentação agroecológica:



Queimei uma parte e deixei outra... cortado bem pequenininho, foi lá e plantei. Se vocês verem o feijão onde eu não queimei, tá a coisa mais linda do mundo. E onde eu queimei, a água passou, venceu e o feijão está lá bem pequenininho. Ainda bem que eu queimei pouco. Não foi tudo que eu queimei, foi só uma partizinha. Fiz a experiência. Mesmo tendo a assistência técnica, você vê como a gente é tão, né? Cabeça dura, que mesmo tendo assistência técnica, eu vou fazer e vou ver como é que fica. É isso.

O relato acima demonstra, a medida dos desafios da assessoria técnica, ao mesmo tempo em que revela e reafirma a sua necessidade. Com a presença de uma assessora técnica, há a possibilidade de experimentar uma alternativa, a agricultora pode refletir sobre suas práticas nocivas ao meio ambiente e reorientá-las.

Foram realizados intercâmbios técnicos, entre propriedades e em outros municípios. Temas como, gestão e reaproveitamento da água, biogás, casa de sementes, quintal produtivo, fertilizantes naturais, solo, criação de galinhas. Capacitações em gênero: direitos, preconceitos, machismos, rodas de conversa com mulheres. Os relatos das capacitações em gênero são feitos sempre permeados de histórias de violações de direitos, feminicídios e violência institucional.

Do ponto de vista da mobilização e articulação política, destaque para a participação das mulheres em todo o processo de construção das Marchas: Marcha das Margaridas em Brasília e Marcha pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia na Paraíba.

Podemos observar que os processos de formação pelas assessorias técnicas foram direcionados às capacitações técnicas-agrícolas na grande maioria dos grupos. Por outro lado, como é o caso da Paraíba, ficou nítido que há um trabalho mais antigo de mobilização com as mulheres rurais que vem sendo desenvolvido pelas organizações do Polo Sindical da Borborema e pela AS-PTA.



As Marchas são exemplos interessantes neste sentido, porque vai para além de um evento, é um processo educativo que mobiliza milhares de mulheres e foi considerado por muitas que estavam no GF como um divisor de águas em suas vidas. Mulheres do Sertão do Sobral, assessoradas pelo ESPLAR, relatam que uma das companheiras foi para a Marcha das Margaridas em Brasília e quando retornou “a Lourdes era outra”.

1.5. Acesso às Políticas Públicas e a participação política das mulheres rurais

Os relatos demonstraram que há uma percepção de que o processo de ATER possibilitou a interlocução de diferentes políticas públicas que chegavam no território, em termos de oportunizar a relação da ATER com políticas como o PAA e o PNAE, ou mesmo da execução de outros programas de governo, projetos desenvolvidos pelas próprias instituições de assessoria. Vejamos alguns dos relatos.

Por exemplo, as cisternas P1+2. Quantas mulheres não estão à frente das feiras agroecológicas, quantas mulheres não estão sendo beneficiadas por PAA, PNAE? E, inclusive, isso na própria família. Quando você planta ao redor de casa uma alimentação de boa qualidade, isso vai beneficiar muito as famílias. Então, muitos estão hoje onde estão, muitos que estão aqui hoje, como eu, a partir de uma cisterna do P1+2, embora nós já vínhamos fazendo muitos trabalhos, mas a partir de uma cisterna calçadão, elas estão melhorando nossa condição de

No relato acima, a agricultora cita inclusive a questão de serem as mulheres que estão à frente das feiras agroecológicas e dos processos de governabilidade da política no território. Houve casos, em que as mulheres rurais relacionavam, não necessariamente uma política pública instituída, mas da própria organização que atuava na sua comunidade, como por



exemplo uma agricultora do Sertão do Pajeú-PE, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste que diz:

[...] a ATER AGROECOLÓGICA tem muito a ver com outras coisas, com outras relações, né? Daí surgiu também Mulheres na Caatinga, onde a gente começou a valorizar a caatinga, a nossa caatinga que já estava praticamente morta, né? E através do ATER veio, aí, o outro movimento pra gente reflorestar a nossa caatinga, proteger.

Outro exemplo vem de uma agricultora da Mata Sul-PE, assessorada pelo Centro Sabiá:

Porque, na assistência, quando, é através da assistência técnica que um técnico ganha, pronto! O Sabiá ganhou a chamada da agroecologia. Eles nos dão as informação de políticas públicas, como PNAE, PAA. É, todas essas políticas que tem pra o nosso crescimento de geração de renda.

1.6. Percepções sobre o Feminismo e a Agroecologia

As percepções quanto a estes dois campos tanto da agroecologia como do feminismo, se deu a partir das mudanças que foram ocorrendo na vida das mulheres e seus primeiros contatos com a assessoria. O relato abaixo de uma agricultora do Ceará, quanto às mudanças que fez em sua área de plantio é bem ilustrativo:

Mudanças, foram várias. A gente não queima mais, a gente não usa mais agrotóxico, a gente usava, sim. Sobre a criação, como a gente cria nossas aves, nossas coisas também. E sobre o nosso quintal produtivo foi muita mudança. Se hoje você fosse, conhecesse a minha comunidade, você ia ver como eu tenho fotos, eu gosto de fazer as minhas coisas sempre comprovando naquilo que eu tô fazendo. Eu vou fazendo e vou batendo foto. Se hoje eu tenho só o chão batido, eu pretendo fazer algo naquele chão, pois eu vou bater uma foto desse chão. Aqui eu pretendo, vamos supor que você vá na casa de semente lá de casa, só era o chão, era só o terreno. A gente fundou a casa de semente, articulada pela Cleide (Agricultora assessorada pelo ESPLAR, Forquilha – CE).



Quando perguntadas sobre o feminismo, algumas o relacionavam com direitos como à liberdade, à luta contra a violência. Algumas frases de depoimentos das mulheres são bem significativas sobre suas

Feminismo, eu entendo, a liberdade, assim, a luta pela liberdade da mulher. (Agricultora da Mata Sul-PE, assessorada pelo Sabiá);

Quando as mulheres lutam pelos direitos delas.
(Agricultora de Itapipoca – CE, assessorada pelo AGROPOLOS);

O feminismo, o feminismo é você ser mulher com autonomia, mulher forte, mulher que tem a liberdade, que seja criativa, seja valorizada.

(Agricultora de Itapipoca – CE, assessorada pelo AGROPOLOS);

~~(Agricultora de Itapipoca – CE, assessorada pelo AGROPOLOS);~~

Mulheres nós também temos autoridade, nós temos vontade própria.

(Agricultora de Itapipoca – CE, assessorada pelo CETRA);

Então, na verdade, a gente numa reunião como essa, a gente foi fazendo essa reflexão: a gente era feminista há muito tempo, né? Nós somos feministas, só que a gente ainda não tinha essa palavra assim usada no nosso dia, mas a gente já era

De modo geral o processo de conscientização de uma sociedade machista e patriarcal, ou mesmo do poder se auto-identificar enquanto feminista se deu por meio dos encontros e grupos auto-gestionados por mulheres, das capacitações das instituições de assessoria, ou por meio das ações diretas autoconvocadas pelas Marchas das Mulheres.

Com a agroecologia, as percepções estão mais vinculadas à perspectiva técnico-produtiva das práticas agrícolas, mas também com o bem-estar, saúde, meio ambiente, vida digna e justa. Foi interessante notar que

a l g u m a s



já realizavam estas práticas no passado, mas que não eram identificadas com a agroecologia.

Agroecologia é você plantar sem usar agrotóxico, é você ter uma alimentação sadia, onde você vai ter mais saúde, né? É, como que se diz, é uma viravolta que foi dada na sua vida, né?

(Agricultora do Pajeú-PE, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste);

E é uma coisa assim que você sente mudança na realidade. Depois que eu fui pra o campo e conheci a agroecologia, mudou, deu uma guinada na minha vida no sentido integral.

(Agricultora da Mata Sul-PE, assessorada pelo Sabiá);

Agroecologia é um ponto de renascimento, pra renascer, pras pessoas que tão voltadas pra o mundo da tecnologia voltar à vida real.

(Agricultora do Pajeú-PE, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste);

Eu tenho que zelar pela minha terra, zelar pelo ar, zelar pela água, esse é o meio ambiente.

(Agricultora de Forquilha – CE, assessorada pelo ESPLAR).

Desta forma, compreendemos que agroecologia vai para além da relação ecológica com os recursos naturais, mas também na possibilidade de construir outras relações sociais e culturais – em harmonia com a sua comunidade e seu ambiente natural –, a favor de um desenvolvimento rural mais solidário e ambientalmente justo.

1.7. Divisão sexual do trabalho e violência

A maioria das mulheres relataram histórias muito similares, destacando algumas mudanças que vem ocorrendo quanto à divisão de tarefas no âmbito doméstico, a partir da participação delas em espaços formativos. Por outro lado, embora muitas tenham afirmado que se nota um avanço no



processo dos homens incorporarem algumas das atividades de cuidado e do doméstico como responsabilidade e não como “ajuda”, são sempre questões de difíceis negociações e de desgastes.

É notório identificar que à medida que a mulher consegue sair de casa, com uma tomada de consciência e vinculada ao processo de autonomia econômica, o homem começa por entender os diferentes papéis que esta mulher ocupa nas finanças, na comunidade, para a autonomia da família, etc. Vejamos alguns relatos:

Aí, eu faço assim, cada ano eu tenho um trocadinho a mais, não tô devendo pra pagar a ninguém, aí eu faço uma coisa na minha casa. E assim eu consegui forrar os cinco quarto, botar cerâmica na minha casa. Não é, qualidade, como é o nome? Porcelanato, mais dá pra pisar, limpar e pisar. Consegui um bocado de coisa que eu faço, assim. Fiquei sem carro, comprei uma moto.

Sobre as mudanças na relação com o marido em casa:

Na minha mudou da água pro vinho. Porque, o meu só ia na cozinha com muito pretexto pra botar a comida dele. Hoje em dia ele vai ajudar a arrumar a casa, ajuda a limpar, ajuda a lavar a louça, demais que eu não gosto. (Agricultora do Pajeú-PE, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste)

Por outro lado, há relatos que demonstram os limites e o que ainda precisa avançar nessa divisão de trabalho na casa.

O meu, lá em casa, ele nem pra esquentar a comida, esquentar. (Agricultora do Pajeú, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste)

Ele não varre a casa, não, o meu esposo, não, mas os meninos

Nos chamou a atenção os inúmeros relatos sobre a **violência** contra as



mulheres. Para essas mulheres as marcas deixadas são tão profundas que se perguntadas sobre violência, as narrativas serão sempre atuais, no sentido de que as feridas permanecem abertas. A seguir a narrativa de uma agricultora sobre violência e agroecologia:

Porque, eu falo, violência não é só no ponto físico, mas até mesmo no ponto verbal mesmo, que a gente no dia a dia, a gente percebe isso com nossas companheiras. Como é que eles dizem que fazem agroecologia, se eles fazem a violência acontecer, não é? Então, eles não fazem agroecologia, porque onde tem agroecologia não tem violência. (Agricultora de Mossoró, assessorada pelo CF8).

Houve também relatos da violência simbólica, da violência verbal, da violência causada pela dependência econômica, como acontece a muitas mulheres:

A violência ela não vem só de agressão, vem verbal. E aquela, a pior violência é você não ter o direito de andar com aquela mulher, porque aquela mulher vai botar você no mau caminho. É você não ter direito de pegar seu próprio dinheiro pra você saber o que você quer comprar. É a violência de depender do homem, daquele homem machista, nojento, que acha que a mulher é uma marionete. E ele fica com ela ali “você só vai se eu for; se eu não for, você não vai”. E ela fica naquele... pronto, ali ela não vê nada. Ela só apenas vegeta. Ela não vive, ela vegeta, né? (Agricultora de Forquilha-CE, assessorada pelo ESPLAR).

Surgiram também alguns relatos de superação da situação de violência:

Durante dez anos da minha vida. Quando a minha família sabia lá vinha pra cima dele com tudo, com a maior das violências. Mas, eu não podia afirmar porque eu tinha medo da minha família se desmantelar com o pai dos meus filhos. Como hoje em dia os sofrimentos das pessoas geralmente é esse, né? Com o medo das famílias se desmantelarem. Então, eu vivi dez anos da minha vida. Com dez anos, eu, por mim mesma, eu levantei minha cabeça e falei pra ele: a minha vida, agora, quem vai cuidar da minha vida sou eu! (Agricultora do Pajeú-PE, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste).



Por conta dessas narrativas de violência, o feminismo e a agroecologia, ocupam um lugar de "redenção", "salvação" para estas mulheres. Narrativas de que uma simples tela para criar as galinhas, produziu uma grande mudança em suas vidas. Ou ir para a feira agroecológica ser um momento importante. Ou das mudanças vivenciadas após a participação em processos coletivos como as Marchas: Fulana é outra mulher depois que voltou da Marcha das Margaridas em Brasília.

Essas narrativas dão uma ideia da importância de assumir institucionalmente o feminismo e a agroecologia como abordagem política e metodológica, tanto para o Estado quanto para as organizações e movimentos sociais executores de projetos de ATER, mas também demonstram a importância para a vida das mulheres, para além do tempo de realização da chamada pública.

Mudanças na Vida das Mulheres

Buscamos compreender quais eram os sonhos, os desejos e as perspectivas destas mulheres, que podem ser identificados desde as mudanças estruturais na sociedade, no Brasil, até ver os filhos crescerem com saúde, poderem estudar, ter uma vida mais digna. Aqui, um dos relatos sobre o que mudou na vida das mulheres após um processo de assessoria:

Pra mim foi na questão da conscientização, porque eu me conscientizei de muitas coisas, principalmente a questão agroecológica, né? Que a gente vem de uma cultura muito de queimar, muitas vezes de não valorizar aquilo que nós temos, né, porque às vezes a gente produzia, mas não consumia, não valorizava e a Fafá falava na questão da produção dela e aí eu tava lembrando o tamanho do impacto né, que a assistência, seja ela técnica, seja ela enquanto movimento, ela tem na vida



Os aprendizados das mulheres, na construção do discurso, do poder de fala, do fortalecimento com as Marchas:

E ainda falei da Marcha, isso aí eu falei: na próxima eu vou estar como um deles. E eu falei, eu disse: se eu não ficar aqui, a próxima Marcha eu vou subir no palanque, vou fechar com vocês.

(Agricultora da Paraíba, assessorada pelo ASPTA).

As mudanças que o feminismo provocou na vida das mulheres:

É, só falando do feminismo. É, só que me sinto libertada! Só. Eu me sinto uma pessoa... Lourdes, de Serrinha. Eu sinto libertada do que eu já fui quase aprisionada e, hoje, graças a Deus, tô na luta com garra, como disse a minha companheira daqui. E é isso. (Agricultora do Pajeú, assessorada pela Casa da Mulher do Nordeste).

Vemos ainda outras questões como formação universitária, compra de casa e terra, educação dos filhos e cuidado com a família, liberdade e autonomia, mudanças políticas, etc; o que demonstram que estas mulheres têm uma percepção mais complexa da vida, para além do espaço doméstico, questionando os papéis historicamente naturalizados num lugar de mulher-agricultora-mãe.

Janelas abertas para alternativas outras

Uma das questões que se revelou importante para a compreensão do universo das mulheres rurais assessoradas por essas instituições é que estas mulheres aprenderam a construir suas narrativas, seja em relação aos aprendizados técnicos da agroecologia, seja em relação aos variados e sutis casos de violência doméstica e institucional. Ser sujeita e protagonista de suas vidas é um ganho excepcional para essas mulheres.

Essas mulheres são referências em suas comunidades, ocupam espaços políticos e comunitários, estão organizadas, politizadas e fortalecidas.



Este aspecto trouxe outra abordagem para se pensar uma avaliação crítica sobre as políticas públicas que chegam nos seus territórios. Neste sentido, a metodologia do Grupo Focal foi uma estratégia acertada para que as mulheres pudessem enunciar suas experiências e histórias de vidas.

Ouvir as narrativas a partir de um mote, sem interrupções, sem falas explicativas, ouvir simplesmente, constituiu um exercício fantástico de escuta e de compreensão do universo, das dinâmicas desses diferentes grupos de mulheres com muitas identidades inter cruzadas. A narrativa da violência e da superação é muito semelhante. Os cantos e as palavras de ordem das mulheres da Paraíba são únicos e tão bonitos, tão oportunos, tão acolhedores das dores relatadas! Assim, compreendemos que são imprescindíveis estudos futuros sobre o papel do Estado e das políticas públicas, tal como das organizações mediadoras – ONGs – em fomentar estratégias estruturantes e metodológicas que propiciem uma integração da família às questões de gênero, a fim de se redefinirem os papéis na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, pois algumas mudanças em curso já são observadas, mas ainda são tímidas e árduas para muitas mulheres. A assessoria técnica tem-se constituído como um instrumento ímpar no processo de autonomia das mulheres, assim como da construção de uma ATER Feminista e Agroecológica.



REFERÊNCIAS

COSTA, Michelly A. G. **Assessoria da Casa da Mulher do Nordeste: reconfigurando as relações de gênero com as agricultoras no sertão do Pajeú-PE**. Dissertação do programa de mestrado PADR/UFRPE. Recife, 2014.

Jaimes C., Edgar J. **Metodología multifactorial y participativa para evaluar el deterioro agroecológico y ambiental de dos subcuencas en el estado Trujillo, Venezuela**. Interciencia, vol. 31, núm. 10, octubre, 2006, pp. 720-727.

HORTA, C. R. **Tecnologia social: um conceito em construção**. Revista Diversa da UFMG Ano 5 – nº. 10 – outubro de 2006.

OLIVEIRA, I. J. **Os quintais produtivos como espaços educativos para a convivência com o Semiárido: o caso da Agrovila Nova Esperança, Ouricuri/PE**, set, 2012.

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis: Revista de Saúde Coletiva. v 19-, nº 3, Rio de Janeiro, 2009.

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) & Universidade Federal do Ceará (UFC). **Projeto de Pesquisa ATER, Feminismo e Agroecologia: Olhares e sentidos sobre a política vivida**. Recife, 2016.



POR QUE AINDA DISCUTIR A “JUSTA” DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO? ALGUNS APORTES NECESSÁRIOS À LUTA POR IGUALDADE E LIBERDADE PARA AS MULHERES RURAIS NO BRASIL

Lorena Lima de Moraes
Laeticia Medeiros Jalil
Maria do Socorro de Lima Oliveira

O projeto, nomeado ATER, Feminismo e Agroecologia, se constituiu como um instrumento político para nos fortalecer, enquanto pesquisadoras ativistas, engajadas com a agroecologia na perspectiva do feminismo. O referido projeto foi financiado pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ/MDA).

O “projeto” iniciou sem uma proposta definida à priori. Por isso, o apelidamos de projeto/processo, uma vez que a proposta foi se constituindo durante o processo de execução, entre 2014 e 2017. Não se tinha um esboço desenhado, mas existia um norte (ou sul), que apontava para visibilizar, reconhecer, pesquisar e fortalecer as experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), proporcionadas pelos editais públicos de ATER Mulher e ATER Agroecologia do MDA. Como também, reconhecer a necessidade de fortalecer os processos, as trajetórias e os acúmulos das organizações que já atuavam com a ATER no campo da agroecologia e do feminismo na Região Nordeste.

Diante do processo de construção do projeto e da possibilidade de criar
a



partir de uma leitura crítica sobre a realidade e os territórios em que as experiências de fato eram desenvolvidas, foram definidas a realização de várias atividades, como: formação política e pedagógica nos territórios que executam a política de ATER; formação para as participantes diretas – totalizando 6 seminários regionais; a construção de uma cartografia feminista; intercâmbios entre agricultoras; pesquisa; produção de material audiovisual e a produção de uma campanha educativa¹, de cunho político e pedagógico.

É sobre a campanha que iremos nos deter no presente texto, ou melhor, sobre o mote ou tema da campanha. Assim como tivemos a liberdade para definir (coletivamente) por quais caminhos seguir frente à definição dos produtos e atividades executadas no projeto, também tivemos a liberdade para escolher o tema que a campanha educativa iria abarcar. Em um diverso coletivo formado por 70 mulheres (rurais e urbanas, jovens, negras, brancas, indígenas), foi unânime a escolha de que era fundamental discutir a divisão justa do trabalho doméstico. Poderia ter sido qualquer outra temática, no entanto, a (injusta) divisão sexual do trabalho se mostrou como um tema caro a todas as mulheres, independente de classe, raça, territorialidade e geração.

No marco da discussão sobre assistência técnica agroecológica para mulheres rurais, na perspectiva do feminismo e da agroecologia, acreditando que “Sem Feminismo não há agroecologia” (o que para o grupo participante do projeto era um princípio orientador para as ações e práticas políticas), perguntou-se qual era um dos maiores impeditivos para que as mulheres

¹ Como instrumentos da Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico, foram produzidos cartazes, panfletos, bolsas e camisetas que serão utilizados nos territórios, em feiras locais e nos eventos promovidos pelas organizações que fazem parte do projeto.



rurais acessassem outras políticas ou projetos, ou participassem de cursos, intercâmbios, seminários, ou até mesmo de associações ou sindicatos.

A resposta era unânime: o acúmulo das tarefas domésticas! Não ter com quem deixar os filhos ou idosos (ou qualquer outra pessoa que estivesse sobre seus cuidados) ou a responsabilidade sobre o cuidado em geral. Fazer a alimentação, lavar roupa, passar, limpar casa, terreiro, cuidar dos pequenos animais, fazer remédios, etc. Era comum o relato de que para saírem de casa, tinham que levar as filhas/os ou voltar antes deles chegarem da escola. Concluiu-se que a (injusta) divisão sexual do trabalho doméstico ainda se constitui como um forte impeditivo, ou uma grande barreira às mulheres para a conquista de seus direitos e a cidadania plena.

Pelas experiências em todos os territórios nos 9 estados do Nordeste do Brasil, o tema se reafirmou com muita força mostrando como antigos debates ainda devem ser discutidos e retomar as pautas, tanto acadêmicas, quanto dos movimentos sociais, feministas e mistos e das organizações de ATER, para que de fato a ATER seja um instrumento de transformação da realidade das mulheres rurais e contribua para um processo de desenvolvimento rural democrático, solidário e feminista.

Do que estamos falando?

Olê Mariê, olê Mariá. Mulé sai dessa
cozinha e venha ocupar o seu lugar.

(cancioneiro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do
Nordeste)

A segunda onda do movimento feminista (década de 1960) tem como uma de suas pautas o questionamento e a denúncia acerca da
d e s v a l o r i z a ç ã o



e precarização do trabalho realizado pelas mulheres – com ênfase nas mulheres urbanas. E é nesse sentido que as mulheres rurais passaram a se organizar, a fim de questionar e lutar pela valorização, reconhecimento e visibilidade do trabalho realizado por elas, tanto no campo (na roça), quanto ao que se refere ao trabalho doméstico – aquele que comumente não é considerado como trabalho, mas sim, como uma obrigação e/ou parte do seu “papel” de mulher e/ou esposa.

A discutida separação entre as esferas pública e privada reforçam os sistemas de dominação e de exploração que constroem as relações sociais com base em mecanismos materiais e simbólicos, que sustentam as desigualdades entre os gêneros e, no meio rural isso não é diferente, talvez, ainda mais problemático. As mulheres rurais não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos, sendo invisibilizadas enquanto trabalhadoras nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar, reforçando, assim, os mecanismos que alimentam as desigualdades (SILVA; PORTELLA, 2010).

Os diversos estudos sobre relações de gênero no meio rural (PAULILO, 2004; CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2004; SILVA; PORTELLA, 2010), principalmente, quando destacam a questão da divisão sexual do trabalho², reconhecem a invisibilidade e desvalorização do trabalho executado pelas mulheres.

² Corroboramos com Danièle Kergoat (2009, p. 67), que compreende a divisão sexual do trabalho como uma “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade”. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho caracteriza-se pelas atividades das mulheres estarem restritas à esfera reprodutiva e do cuidado, e as atividades dos homens estarem restritas à esfera produtiva, esta reconhecida e valorizada socialmente. Ainda que as mulheres rurais desempenhem atividades produtivas diariamente, elas estão ultrapassando o lugar a elas destinados, talvez por isso, a desvalorização e a invisibilidade da sua produção.



É fato que, além das atividades domésticas, as mulheres rurais cuidam dos pequenos animais e de seus quintais produtivos³. No entanto, como essas atividades são direcionadas, em sua grande parte, para o autoconsumo, esse trabalho não é contabilizado, portanto invisibilizado, uma vez que não gera renda monetária ou recursos financeiros.

As mulheres também trabalham na roça, no entanto, é consenso entre todos esses estudos que o trabalho da mulher na produção agrícola é considerado como “ajuda” pelos demais membros da família. Contudo, esse trabalho (percebido como “ajuda”) possui frequência diária, logo, é associado ou confundido com as atividades domésticas, como tal, não é remunerado e não faz dela um sujeito ativo na decisão da produção, comercialização e da aplicação do dinheiro arrecadado com a produção ou proveniente das políticas públicas. Assim, percebe-se claramente as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, admitindo uma relação hierárquica que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou sequer compartilhada (SILVA; PORTELLA, 2010).

Neste sentido, Melo e Castilho (2009) nos lembram que a utilização do conceito divisão sexual do trabalho foi consolidado durante o período de industrialização destacando a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, consideradas como não-trabalho, uma vez que são frequentemente confundidas com produção de mercadorias e trabalho com emprego – como no caso das mulheres rurais que a invisibilidade do seu trabalho é dupla.

³Os quintais produtivos são espaços de intervenção de assistência técnica reconhecidas como ação política de reconhecimento por ser um espaço de manejo e de poder das mulheres rurais, onde elas desenvolvem saberes e práticas fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar e para a reprodução do agroecossistema e da agroecologia. Os quintais, que em muitos lugares mudam de nome (ao redor de casa, terreiro etc), aqui reconhecemos como os espaços que normalmente ficam perto da casa (ou do espaço doméstico); onde a mulher tem domínio; desenvolve práticas agroecológicas e de saberes ancestrais; espaço de experimentações.



A jornada cotidiana das mulheres rurais é subestimada pela sociedade que não reconhece as diversas atividades exercidas por elas, pois as mulheres rurais se envolvem no trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico. Silva e Portella (2010) apontam as características e a importância de definir esses tipos de trabalho: a) trabalho produtivo: aquele inserido no mercado de trabalho, que produz mercadorias, que gera valor (simbólico e econômico), por exemplo, as atividades agrícolas que são voltadas para a comercialização; b) trabalho reprodutivo: aquele que pode estar inserido no mercado de trabalho, mas que gera condições que garantam a manutenção da vida social e que não estão nas relações mercantis, como as atividades dos serviços de saúde, educação ou manutenção das áreas comuns, este é o trabalho considerado reprodutivo em âmbito público e é claro que, na situação atual, grande parte dele é privatizado; c) trabalho doméstico: aquele que tem como finalidade a manutenção da família em todos os aspectos: limpeza da casa, das roupas, preparação dos alimentos, cuidado com as crianças e idosos, a coleta de lenha e água etc. Assim, o trabalho doméstico não se limita ao espaço da casa, mas também aos arredores (às vezes nem tão perto) que propiciam a matéria prima para a execução de algumas atividades domésticas (como cozinhar, que necessita da coleta de lenha e água, lavar roupa no riacho etc.).

⁴ Em outras partes do mesmo artigo, Silva e Portella (2010) reconhecem que o trabalho produtivo não se limita às atividades que geram mercadorias para serem comercializadas. Pois, é justamente o trabalho produtivo executado pelas mulheres que são invisibilizados por não gerarem retorno financeiro, já que nem sempre produzem mercadorias a serem comercializadas, mas destinadas para o autoconsumo ou para troca solidária, como apontado anteriormente. E é essa visão mais ampla do trabalho produtivo das mulheres que defendemos. Em relação aos trabalhos reprodutivos e domésticos, frequentemente, na literatura, esses trabalhos são percebidos como componentes da esfera privada e nem sempre são diferenciados.

⁵ Nos últimos anos, devido ao desmatamento, as mulheres estão se deslocando para lugares cada vez mais distantes para juntar um feixe de lenha, pois não é possível encontrar a quantidade de lenha necessária em suas comunidades e ao redor de suas casas. Sendo



Envolvidas em diversas atividades que preenchem o seu cotidiano, as mulheres rurais não convivem com a ideia da jornada de trabalho com marcação definida de tempo, ou seja, que possui um início e um fim. O trabalho das mulheres rurais articula a produção e a reprodução, admitindo um caráter de continuidade e sem definição de começo e término. Essa estrutura, a qual se reproduz o trabalho das mulheres rurais, contribui para a sua desvalorização e invisibilidade.

5

De acordo com os dados do último Censo (IBGE, 2014), 45,5% das mulheres rurais encontram-se inseridas no mercado de trabalho, já os homens rurais, compreendem 72,2%. Pois, envolvidas em atividades domésticas, reprodutivas e de caráter produtivo na propriedade rural, que também é o seu lar, as mulheres possuem menos oportunidades de se inserir no mercado de trabalho, diferentemente dos homens, que dispõem poucas horas semanais para o trabalho doméstico, como podemos ver no Quadro 1.

6

De acordo com a PNAD (2013), as mulheres rurais em sua maioria (90,8%) dedicam 26,1 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto 43,1% dos homens dedicam apenas 10,2 horas semanais para o mesmo tipo de trabalho. Os trabalhos produtivos e reprodutivos no contexto rural são desenvolvidos tanto por homens quanto pelas mulheres, o diferencial é a quantidade de tempo que se dispõe para cada atividade, a responsabilidade e visibilidade de quem executa, que condiz e reproduz as desigualdades de gênero.

⁶ Neste sentido, o dado aponta que 54,5% das mulheres rurais não estão no mercado de trabalho, logo, são categorizadas como “não ocupadas”, uma vez que elas não estão no mercado formal e sua produção não entra nas contas nacionais. No entanto, a sua produção agrícola corresponde a outro tipo de economia: a economia da feira, das trocas, a economia solidária e até mesmo as doações.



Em contrapartida, Butto et al.⁷ (2014) afirmam que os relatórios das atividades desenvolvidas nos Territórios da Cidadania, entre 2009 e 2010, registraram que as mulheres trabalhavam até 17 horas por dia, iniciando sua jornada às 4 horas da manhã e concluindo às 21 horas. Essa informação corrobora com os relatos obtidos durante as oficinas do projeto/processo, pois durante o trabalho das técnicas de ATER junto aos grupos de mulheres é frequente a utilização da “dinâmica do relógio”, que identifica cada atividade realizada pelas mulheres desde o momento que acordam até a hora que vão dormir – compreendendo as 24 horas do dia. Esta dinâmica visa não só contabilizar, mas também, valorizar e visibilizar a jornada de trabalho diária das mulheres.

Das 17 horas de trabalho, as mulheres rurais dedicam a maior parte do seu tempo às tarefas que compreendem o trabalho reprodutivo, ao trabalho doméstico e do cuidado (BUTTO et al, 2014). Desse modo, percebe-se uma grande discrepância nos dados referentes ao registro de tempo do trabalho feminino. Ainda que a PNAD (2013) apresente dados que sugerem as desigualdades na divisão sexual do trabalho, as investigações *in loco* afirmam que essas desigualdades se estabelecem de maneira ainda mais profunda.

As pesquisas sobre o uso social do tempo (MOLINER, 2009; AGUIAR, 2010) geralmente se referem ao cotidiano das mulheres urbanas, sendo possível estabelecer, de forma mais delimitada, o tempo empregado no trabalho reprodutivo e o tempo gasto com o trabalho produtivo. Diante das atividades cotidianas das mulheres rurais – que são frequentemente confundidas pela família e por elas próprias, dificultando as percepções

8

Em 2008, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios foram fundamentais para a construção dessa estratégia.



sobre o que compreende o trabalho reprodutivo e o que compreende o trabalho produtivo, ambos desqualificados – essas pesquisas não contemplam a sua realidade, como pudemos perceber na discrepância entre os dados oficiais da PNAD (2013) e da pesquisa de Butto et al (2014), ou mesmo, com os relatos apresentados nas atividades do projeto/processo. Assim, faz-se necessária a adoção de metodologias específicas que compreendam as tarefas desenvolvidas pelas mulheres rurais dentro da organização temporal diária.

Quadro 1 – Média de horas dispensadas com trabalho doméstico, por sexo e situação de domicílio – 2013

Proporção da População de 10 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por Sexo e média de horas semanais dedicadas, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio (PNAD / IBGE, 2013)						
Localização do Domicílio	Total		Masculino		Feminino	
	Proporção (%)	Média de horas	Proporção (%)	Média de horas	Proporção (%)	Média de horas
Brasil	65,9	19,4	44,7	10,4	85,5	23,8
Urbano	65,8	19,2	45,1	10,4	84,7	23,4
Rural	65,9	20,7	43,1	10,2	90,8	26,1

Fonte: IPEA - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - PNAD / IBGE

Além da não valorização do trabalho das mulheres, passa por invisível o suporte, ou se quiser chamar de infraestrutura, que os homens possuem para gerar riqueza material, uma vez que eles (em sua maioria) não compartilham (com a mesma intensidade) as responsabilidades do trabalho doméstico e do cuidado familiar e ainda usufruem dos seus produtos (refeições prontas, aquecidas e servidas no prato; roupa e casa limpa; filhos e idosos seguros e bem cuidados, contas pagas, economia doméstica etc.). Ou seja, enquanto eles produzem mercadorias em seus empregos, as mulheres (re) produzem a vida através de seu trabalho invisível.

A invisibilidade do trabalho das mulheres que se reflete nos dados



estatísticos, também se faz invisível na ciência. As ciências biológicas⁹ se desenvolveram inspiradas pela tradição filosófica grega que considerava que nascer mulher era um castigo dos deuses e que, para estes seres estava destinada a procriação, neste sentido, as ciências se desenvolveram baseadas no princípio da inferioridade feminina, desconsiderando as experiências e os saberes das mulheres em relação às plantas medicinais e à arte da obstetrícia (MELO, 2007).

Atualmente, podemos afirmar sobre as pesquisas questões das mulheres que se encontram mais diversas e estão se capilarizando por diversas áreas do conhecimento. No que se refere aos estudos de família, é necessário repensar essa instituição considerando-a não mais como um conjunto homogêneo, mas sim, como uma configuração que permite a convivência entre indivíduos que realizam atividades produtivas e reprodutivas a fim de compartilhar estratégias de sobrevivência.

Em relação às famílias heteronormativas, Hildete Melo (2007) chama atenção para o desconhecimento da especificidade do trabalho das mulheres, que faz com que as suas atividades sejam subestimadas e as desigualdades de gênero se fortaleçam nos espaços familiares, mas também, permaneçam invisíveis frente à economia do país.

Neste sentido, a autora alerta para a importância de se calcular o valor das atividades domésticas, uma vez que a teoria econômica desconsidera a economia reprodutiva, voltando-se exclusivamente para o viés mercantil (CARRASCO, 2006). Como as tarefas domésticas não geram renda, não são

9

As Ciências Humanas tampouco fugiram à regra e tratavam as mulheres no âmbito da estratificação social limitada aos estudos sobre a família, nos quais as mulheres reinavam. O casamento aparecia como uma das carreiras mais honrosas, o que dispensava de qualquer participação social, tornando o sexo feminino ignorado enquanto ator social. A família era considerada uma estrutura que atravessava a história, linear na sua evolução e perene quanto à composição de seus membros (MELO, 2007, p.438).



consideradas pela teoria econômica, assim, o trabalho doméstico não pago, não é valorado e não contabiliza no Produto Interno Bruto (PIB) nos países.

Cristina Carrasco (2006) também propunha forte crítica à teoria econômica e reivindica uma mudança radical na análise econômica da ocupação de homens e mulheres, partindo de uma perspectiva feminista. A autora afirma que é necessário construir uma economia (feminista) que integre a análise da realidade de mulheres e homens com base nas necessidades humanas, de modo a considerar as atividades produtivas, reprodutivas e do cuidado como trabalho, valorizando igualmente tais atividades.

Se está cuestionando el sesgo androcéntrico de la economía que se evidencia en las representaciones abstractas del mundo centradas en el mercado, donde se omite y excluye la actividad no remunerada o sin valoración mercantil, orientada fundamentalmente al cuidado de la vida humana y realizada mayoritariamente por las mujeres. Se está deconstruyendo los conceptos, los modelos y paradigmas utilizados tradicionalmente por la economía y elaborando nuevas categorías y marcos teóricos que tienden hacia un paradigma alternativo. (CARRASCO, 2006, p. 30)

De acordo com os valores referentes ao trabalho doméstico pago em interseção ao tempo gasto na realização de tarefas domésticas investigados na PNAD, é possível afirmar que o trabalho doméstico não remunerado corresponde em média 11,2% dos PIB brasileiros do período 2001-2005. No que se refere ao ano de 2006, 11,2% do PIB brasileiro, corresponde a R\$ 260,2 bilhões produzidos em tarefas ligadas à reprodução da vida, que deixam de ser contabilizados nas contas nacionais brasileiras (MELO, 2007).

O trabalho doméstico nos centros urbanos, bem como no meio rural (que é conciliado com a produção agrícola, como ressaltamos acima) não possui um valor monetário estabelecido, no entanto, quando este serviço é exercido por terceiros (mais frequente na realidade das mulheres urbanas), o valor do trabalho equivale ao valor da remuneração, mas quando



exercido por alguém da própria família, este valor não é considerado nas contas nacionais dos países (MELO, 2007). Ou seja, se as mulheres contratassem trabalhadoras/es domésticas/os para os serviços que elas realizam diariamente, iriam recompensá-las com um valor "x", correspondente ao trabalho executado, que as mulheres além de não receber quando são as executoras, são consideradas nas estatísticas como população não ocupada. E, em relação às mulheres rurais, além do seu trabalho doméstico não ser valorado, não se tem conhecimento de quanto vale a sua produção agrícola destinada à reprodução da vida familiar.

O trabalho feminino, frequentemente relacionado ao espaço familiar e ao doméstico, que se apresenta para a nossa sociedade como um espaço não produtivo, sem valor e até invisível em sua reprodução, se relaciona diretamente com a desvalorização do lugar da mulher na sociedade, além de restringi-las à esfera pública que abarca os espaços de socialização, de participação política e de mercado. Esta separação impossibilita que as mulheres sejam percebidas como um sujeito social e político, pois, para se fazer parte de uma classe é a posição no sistema de relações de produção que define a condição de classe de um sujeito social (ESMERALDO, 2012).

O que ainda nos falta para uma Justa Divisão Sexual do Trabalho?

A partir dos relatos das experiências das assessoras técnicas de ATER e do diálogo com a literatura percebe-se que ainda temos um grande abismo a ser vencido no que tange a questão das mudanças na divisão sexual do trabalho. No que estamos falando quando tratamos deste tema? Com quem estamos mexendo? Onde queremos nos meter? Estas são questões que vieram das oficinas e relatos que surgiram das experiências dos territórios em que as mulheres rurais foram questionadas.



Estamos querendo mudar as ¹⁰relações de poder na família e, sobretudo, dentro da família camponesa; mexer numa instituição “sagrada”, inquestionável, na qual as relações sociais ganham um sentido naturalizado: os homens nasceram para mandar; as mulheres nasceram para obedecer. As mulheres naturalmente cuidam, os homens, produzem. O sonho de toda a mulher é ser mãe. Uma mulher só se completa com um marido e com a maternidade! Quem nunca ouviu uma dessas frases? Como os discursos vão ganhando força de verdade e se institucionalizam na sociedade?

No que se refere à realidade no meio rural, a família é tida como instituição estrutural para a manutenção do modo de vida camponês, mexer em tal estrutura, questionar os papéis de gênero que reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres do campo, é mexer na própria unidade de produção e reprodução da vida, é demonstrar a insatisfação das mulheres, é mostrar que as mulheres querem e podem ocupar os mais diversos espaços (em casa, na roça, na feira, no sindicato), é mostrar que os homens devem se apropriar das responsabilidades domésticas, é mostrar que a vida não se pauta dentro de uma economia para responder ao capitalismo, é reivindicar uma economia feminista.

A injusta divisão sexual do trabalho doméstico ainda se apresenta em nossas realidades como um tema diário, exaustivo e fundante nas relações conjugais heteronormativas, que se reflete nas posições que as mulheres ocupam na sociedade, e ainda, nas posições que elas deixam de alcançar.

¹⁰Vale lembrar que este “nós”, que pergunta e responde, compreende o coletivo das 70 mulheres participantes do projeto/processo (incluindo as autoras do presente texto), mais as dezenas de mulheres que participaram das oficinas ministradas pelas técnicas de ATER, realizadas em diferentes territórios da Região Nordeste.



O trabalho doméstico não remunerado coloca as mulheres na condição de esposa, mãe e dona-de-casa como se fossem sinônimos, tarefas interdependentes e pré-destinadas. No entanto, com a Campanha *Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico*, temos o objetivo de desmistificar este trabalho que beneficia todos os integrantes da família e por este mesmo motivo, deve ser responsabilidade de todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, p. 64-82, junho 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BUTTO, Andrea; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição (Orgs.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho, 11-22, 1994.



CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, María Jesús, **Estudios sobre género y economía**, Madrid: Akal, 2006. p. 29-62.

CASA DA MULHER DO NORDESTE (CMN). **Projeto Mulheres na Caatinga**. Financiado pelo Programa Petrobras Ambiental. Afogados da Ingazeira: CMN, 2013.

CAVALCANTI, Lara G. de A.et.all. A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010. Texto apresentado no Fazendo Gênero 9. **Anais...** Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, SC, 23 a 26 de agosto de 2010.

ESMERALDO, Gema Galgani. Mulheres em movimento: da descoberta do corpo sexuado à invenção da existência social, política e profissional. In: GUETAT-BERNARD, Hélène; GRANIÉ, Anne Marie. **Genre & agriculture familiale paysanne Regards Nord-Sud**: Débates entre mondes académique, du développement et de la formation. Toulouse: Université de Toulouse II-Le Mirail. mai 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Conselhos nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2013a.



KERGOAT, Danièle. Verbete: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os Afazeres Domésticos Contam? **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 3, dez, 2007b.

MOLINER, Pascale. Temps professionnel et temps personnel des travailleuses du care : perméabilité ou clivage ? In: Les temps sexués de l'activité. Temporalités. **Revue des Sciences Sociales et humaines**. Paris, no. 9, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229- 252, jan./ abr. 2004.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, v. 33, p.1-133, 2013.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010. p.127-144.



A CAMPANHA PELA DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO: QUANDO UMA QUESTÃO TORNA-SE UMA PEDAGOGIA (METODOLOGIA) DE COMUNICAÇÃO FEMINISTA!

Glauce Freire Arzua Barbosa
Ingrid Delcristyan de Assunção Farias Souza
Janaina Henrique dos Santos

A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico foi um dos resultados do processo de construção coletiva do Projeto ATER, Agroecologia e Feminismo – UFRPE/MDA, desenvolvido entre os anos de 2014 a 2017, que reuniu uma diversidade de mulheres de todos os estados do Nordeste¹. Eram elas agricultoras, assessoras técnicas de ATER de organizações feministas e mistas, professoras, bolsistas de graduação, mestrado, doutorado e companheiras de lutas. Todas militantes feministas do feminismo atuando com a agroecologia, economia solidária, segurança alimentar e nutricional, e demais áreas envolvendo o contexto rural.

A proposta de lançar essa Campanha no processo de desenvolvimento do projeto fez brilhar os olhos feministas, pois, representava uma estratégia para dar conta de uma questão que mobiliza o movimento de mulheres: a invisibilidade, imposta a nós mulheres há séculos.

O tema da Campanha nasceu da pergunta fundamental que norteou as discussões sobre o contexto rural no projeto/processo: por que há tanta

¹ Também teve a participação de mulheres convidadas de demais organizações e estados.



dificuldade das mulheres acessarem as políticas públicas, até mesmo as desenhadas para elas?

Nesse processo, experimentamos refletir sobre qual é a questão prioritária das mulheres que lhes impedem de desenvolver-se em diversas dimensões frente à sociedade patriarcal e capitalista, principalmente, às mulheres rurais, que vivenciam a potencialidade das opressões, resistindo através de práticas agroecológicas de preservação da sociobiodiversidade e produção de alimentos saudáveis, que garantem a segurança e soberania alimentar de forma sustentável e solidária. Acreditamos que ligar as mulheres com trabalhos de menor valor está relacionado ao sistema patriarcal em nossa sociedade. Nessa ideologia, o homem tem supremacia sobre as mulheres, e assim, seus afazeres são mais importantes. O patriarcado ainda é muito presente hoje em dia. Ele se expressa de forma diferenciada em cada país, em cada cultura e em cada localidade. Muitas vezes o patriarcado se impõe por formas diversas de violência, física, moral, patrimonial, etc. E como acontece no meio rural? Embora o patriarcado esteja presente em muitos ambientes sociais, no meio rural, a violência patriarcal é mais difícil de enfrentar. Isso se deve ao isolamento em que as mulheres se encontram. Isolamento geográfico, falta de acesso aos meios de comunicação e às informações, falta de equipamentos públicos para lidar com a violência. No meio rural, os papéis da divisão sexual do trabalho e da liderança dentro da família são extremamente delimitados. As mulheres são rebaixadas a uma posição de pouco ou nenhum protagonismo social e submetidas a muitas formas de violência. Às vezes, nem mesmo acesso à água de qualidade é livre a elas. Por outro lado, as mulheres rurais vão além do papel doméstico.

Desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas, como o artesanato, o beneficiamento de frutas, verduras e pescados. Além do mais, recai sobre a mulher agricultora o trabalho de abastecer a casa com água, uma tarefa fisicamente desgastante nas zonas rurais. Por isso, a jornada de trabalho da



mulher é maior. Elas são as primeiras a acordar para preparar o dia dos membros da sua família e as últimas a deitar, organizando os afazeres para o dia seguinte.

Sabíamos, sim, que não podíamos perder aquela oportunidade de lançar aos quatro ventos as nossas necessidades enquanto mulher, mulher rural e assessoria técnica, bem como as nossas atuações tão invisibilizadas. A oportunidade nos dava ainda outra certeza: seja qual for a questão principal: esta só seria possível alcançar visibilidade através de nós mulheres.

Com o projeto-processo exercitamos discutir, coletivamente, e compreender juntas o que queríamos. Na construção da campanha também não foi diferente. Nisso, algumas várias respostas surgiram, mas uma foi unânime: a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é uma questão há muito tempo enfrentada pelas mulheres, tendo como expoente do enfrentamento mulheres militantes dos Movimentos Feministas. No campo da assessoria técnica sendo uma questão trabalhada como fundamental para o protagonismo e garantia da autonomia das mulheres nas práticas e atuação política para a agroecologia e na geração de renda. A questão apresentava-se de forma estratégica em três pontos principais: permitia discutir o trabalho produtivo nos diversos agroecossistemas que as mulheres vêm construindo; fundamentais para a sustentabilidade da produção familiar e para a segurança alimentar e nutricional, visibilizando e trazendo para a sociedade sua importância.

Outro aspecto estava relacionado com a necessária discussão sobre a importância do trabalho doméstico e de cuidados a serem valorizados por outra lógica econômica, que coloque a vida no centro e que precisa ser compartilhado para não se configurar como mais uma violência sobre as mulheres. E permite discutir a participação política delas, que não têm tempo para participar, pois, estão sobrecarregadas e, ainda, subordinadas ao espaço doméstico.



Ao discutir este contexto a cada momento ficou claro que esse era o tema da campanha. E o seu conteúdo também foi dado pelas mulheres participantes do projeto/processo.

Os afazeres de casa são os tipos de trabalhos invisíveis para a sociedade. Essa invisibilidade do trabalho doméstico é uma realidade que compromete a vida das mulheres como um todo, inclusive desde sua infância e adolescência. No Brasil, a pesquisa Trabalho Infantil e Trabalho Doméstico, lançada em março de 2016, pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), revela que 213 mil crianças brasileiras estavam envolvidas com trabalho doméstico, sendo que um montante de 94% são meninas. Se considerarmos a questão racial esse número é de 70,4%. Outro levantamento realizado pela PLAN Brasil intitulado Por Ser Menina no Brasil – Crescendo entre Direitos e Violências, aponta a notoriedade do trabalho doméstico infantil ser, majoritariamente, exercido pelo sexo feminino, simplesmente, pelo fato de serem meninas. Segundo o levantamento, 81,4% das meninas arrumam sua própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa, enquanto apenas 11,6% dos seus irmãos arrumam a cama, 12,5% lavam a louça e 11,4% arruma a casa.

De forma geral, essa jornada de trabalho exercida pelas meninas compromete seu desenvolvimento humano: substituindo, por exemplo, as brincadeiras, os estudos e a sociabilidade como um todo. Ademais, o patriarcado, o colonialismo e o machismo vão mais fundo e não perdoam essa mesma “menina” na sua fase adulta. Todo o trabalho doméstico e de cuidado exercidos na infância se configura no destino de “dona de casa”, obtendo jornadas de trabalho intensas e sobrecarregadas.

Na fase adulta, o trabalho doméstico compromete a conquista da autonomia pelas mulheres, principalmente, a econômica e a política, pois, responsáveis solitárias pelos afazeres de casa não conseguem oportunidade de trabalho fora de casa e geração de renda. As mulheres, t a m b é m , s ã o r e s t r i t a s a o s



espaços públicos, responsáveis pelas discussões e tomada de decisão, tendo sua opinião tolhida.

Mesmo aquelas que chegam a trabalhar também fora de casa ainda são consideradas as únicas responsáveis pelos trabalhos domésticos. Fato que atribui as duplas e triplas jornadas de trabalho, limitando o desenvolvimento intelectual e o seu Bem-Viver. "Há muito tempo as feministas argumentam que a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho é ao mesmo tempo causa e consequência do volume desproporcional de trabalho não pago que realizam em casa" (SILVEIRA; TITO, 2008). No contexto rural, a invisibilidade do trabalho doméstico não corresponde apenas ao ambiente da casa, mas se estende ao seu arredor, nos quintais produtivos, no agroecossistema. Onde as mulheres rurais sofrem também com a invisibilidade da segurança e soberania alimentar gerada a partir do seu quintal, bem como com a desvalorização da economia originada com a venda e doação do excedente da produção à comunidade. Desta forma, o Trabalho Doméstico, as rendas monetárias e não monetárias (troca, doação e autoconsumo) dos quintais e das cozinhas (doces, queijos, artesanatos, remédios caseiros, etc) das mulheres não são, igualmente, contabilizadas e visibilizadas.

Apesar das mulheres rurais serem as protagonistas das ações que envolvem os movimentos feministas e o trabalho de assessoria das ATERs da Rede, a campanha não tem o objetivo apenas de mostrar a realidade dessas mulheres, mas de todas as mulheres. Deste modo, nossas principais referências foram os desafios e opressões comuns vivenciados e compartilhados pelas técnicas de ATER, camponesas, quilombolas, indígenas, estudantes, quebradeiras de coco, pescadoras, professoras e toda a diversidade de mulheres que participaram do projeto.

Vimos ainda as diversas formas que a divisão sexual do trabalho se expressa, a partir do contexto e modo de vida de cada uma e também as
p r á t i c a s e



resistência cotidiana das mulheres em sua diversidade.

No processo de construção da campanha fomos além da compreensão desse contexto e da certeza sobre essa questão. Mas afinal, o que queríamos realmente? Foi daí que o processo nos ensinou que uma coisa, seria discutir o tema da divisão sexual do trabalho, outra coisa era tornar essa categoria em algo comunicável, e, principalmente, propositiva.

Desta maneira, a denúncia sobre a divisão sexual do trabalho tornou-se a nossa proposta de anúncio: o trabalho doméstico e de cuidados enquanto algo que necessita ser tratado como responsabilidades de homens e mulheres, apontando a necessidade de discutir com toda a sociedade sua origem, consequências na vida das mulheres, como também propondo uma mudança social: o compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa.

Com isso, dando a devida atenção, principalmente, ao compartilhamento do trabalho doméstico pelos homens, por exercerem uma dominação masculina sobre as mulheres, que relega o trabalho doméstico a uma desvalorização e invisibilidade, e, conseqüentemente, estendendo esses aspectos às mulheres. Muitas vezes, de forma opressora e violenta.

A experiência coletiva de construção da campanha se constituiu através de grupos de trabalhos durante os três primeiros seminários do projeto/processo. Os grupos discutiam sobre o próprio tema do trabalho doméstico; suas consequências na vida das mulheres; as estratégias de comunicar; criação de mensagens reflexivas; mudanças de comportamentos propostos; locais para realizar a comunicação, dentre outros. Aspectos simbólicos e, materialmente, expressos através do teatro, poesia, música e dança.

A metodologia vivenciada por nós aponta a necessidade do desenvolvimento da prática da auto-organização entre as mulheres. Algo tão caro para nós, frente à falta de oportunidades de nós, mulheres, sermos



protagonistas, seja na reflexão sobre nossos desejos, necessidades e potenciais sejam na construção de estratégias para enfrentar as opressões e superar as dificuldades, inclusive de políticas públicas, a fim de garantir nossa segurança, saúde, bem-estar, trabalho, participação política, respeito, reconhecimento, dentre outros, na constituição dos nossos Direitos.

Numa perspectiva, verdadeiramente, feminista de ouvir e acolher as experiências e ideias das mulheres, tecendo as prioridades no coletivo, com sororidade, resistência e criatividade, considerando as habilidades e contextos sociais, políticos e processos de aprendizagem – representados por uma diversidade de mulheres envolvidas na Rede.

A materialização da campanha traz uma tarefa (*briefing*) que não é simples: uma campanha para a mulher rural, mas também urbana; que seja crítica e propositiva; abordando os homens à responsabilidade, mas dialogando com as mulheres, crianças e jovens, com o objetivo de, sobretudo, mudar comportamentos culturais de homens e mulheres desde a infância até a maturidade. A construção coletiva era auto-organizada, do jeitinho que as mulheres sabem fazer, mas a tarefa de condução dos grupos e sistematização do que era construído foi confiada à Glauce Arzua, da ActionAid Brasil, e à Marcia Vales, da ONG Criar Brasil.

Nos seminários seguintes aconteceram as apresentações das sistematizações e propostas de peças para colocar o bloco na rua, a partir do que as duas compreendiam sobre o que desejávamos comunicar. Para Glauce: o processo de validação das mensagens e peças foi outro aprendizado, pois aí a gente vê como o nosso olhar e a nossa linguagem estão “naturalmente” dominados por referências machistas que mantêm a opressão. É imagem da mulher secando louça feliz ao lado da imagem do homem lavando louça com cara de que isso é um saco! É mulher estendendo roupa de boa, ao lado de homem varrendo sujeira para o pé dela. É mensagem que reforça o valor da família, o conceito de amor. Tudo,



rapidamente, apontado pelas mulheres como elementos que não queremos reproduzir nessa campanha, conta.

Na construção das peças outras companheiras se juntaram à comissão da Campanha, tendo como responsável Emanuela Marinho (Manu), da Casa da Mulher do Nordeste, que compartilhou, com Gabriela Monteiro (Gabi)/PE, Janaina Henrique, da AACCC/RN, e Georgia Figueiredo, do CETRA/CE, as angústias da necessidade de “pitacos” sobre cenários, falas, sotaques, cores, se tem horta ou roçado, se está heteronormativo, ou tira cenas de violências etc. Ao final do processo de construção das peças, essa comissão ganhou mais fôlego com a participação de Adriana Freire, da ASPTA, Ana Paula e Ingrid Farias, ambas da ActionAid, para planejar as estratégias de comunicação e botar a boca no trombone da igualdade. As peças da campanha são verdadeiros marcos simbólicos da luta feminista e da colheita da nossa construção coletiva, trazendo as cores e símbolos do feminismo e cenários cotidiano do trabalho doméstico, envolvendo mulheres, homens e crianças estão representadas na versão para impressão, através de cartaz; camiseta; sacolas, adesivos e folder. Na versão para utilização digital tem a imagem para uso no perfil do *facebook*; *cards* para *facebook* e *whatts app*. Em versão radiofônica, para sensibilização e utilização pedagógica em atividades coletivas, a elaboração de áudios em formato de cinco (5) radionovelas, um (1) spot de rádio, quatro (4) pílulas e um vídeo animação com 4'23"min de duração.

O lançamento interno da campanha para as mulheres da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste aconteceu no encerramento do último seminário do projeto/processo: o VI Seminário Mulheres em Território de Resistência, Lutas e Construções Feministas – por uma ATER Agroecológica, ocorrido nos dias 23 e 24 de março de 2017, na UFRPE.

Foi realizado um pré-lançamento durante o Seminário do Projeto Geração Solidária: Mulheres e Jovens Cirandando na Economia Solidária, realizado

n

a



Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES), em Natal - RN, no dia 17 de maio de 2017.

O lançamento oficial da campanha foi construído para acontecer de forma descentralizada, tendo como marco uma data única para todos os estados nas redes sociais e em atividades coletivas: aulas públicas; rodas de conversa; cine debate nas praças; oficinas de serigrafia em camisas; oficinas temáticas; nas feiras; mercados; Seminários; oficinas de lambe-lambe, dentre outras. Protagonizadas pelas mulheres das organizações e movimentos, que participaram do projeto/processo, sensibilizando e mobilizando as pessoas nas ruas, comunidades e instituições, mas também nas redes sociais.

Desta maneira, construímos, juntas, uma forma de comunicar a reflexão sobre a necessidade de ressignificar o que entendemos por trabalho, direitos e responsabilidades, e sua relação com a liberdade, economia e geração de renda das mulheres. A Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico vem apontar que as mulheres estão sobrecarregadas. Os afazeres de casa e de cuidado com as pessoas devem ser de responsabilidade de todos que habitam o mesmo lar. É necessária uma mudança de atitude. A luta por justiça começa dentro de casa, no compartilhamento do trabalho doméstico. Só assim se construirá uma realidade justa para todas as mulheres.

POR UMA COMUNICAÇÃO FEMINISTA – a CAMPANHA como ferramenta da pedagogia feminista.

A comunicação feminista é uma prática democrática e popular que visa instrumentalizar as mulheres através das ferramentas de comunicação, para que essas denunciem as opressões vivenciadas e compartilhem suas conquistas, a auto-organização para atuação nas diversas lutas e campos de saberes. Assim, como declara Glauce Arzua:



Buscamos referências, mas não fizemos uma comparação exaustiva de campanhas já existentes com o mesmo tema. Não buscamos fazer uma campanha original, para publicitários ganharem prêmios. A nossa Campanha foi criada com as mulheres, pelas mulheres e para as mulheres, onde elas se veem, para os canais que elas usam. Uma campanha que possa ser conduzida pelas organizações e por cada uma das mulheres no dia a dia. Instrumentalizando-as através de materiais de comunicação didática, de compartilhamento de informações e dados sobre a sobrecarga da tripla jornada de trabalho das mulheres. A produção de materiais da campanha servirá para a divulgação e disseminação da campanha, através da confecção de camisetas, bolsas, folders, cartazes que serão distribuídos pelos sindicatos, escolas, bares, igrejas e espaços de convívio coletivo, conta durante o lançamento interno da Rede.

A materialização da campanha também contribuiu para a própria materialização da criação da Rede de Agroecologia e Feminismo do NE, pois, foi neste processo de anunciar nossa proposta de mudança de comportamento patriarcal e machista que surgiu a necessidade de criação da logomarca da Rede, fazendo nascer a identidade da nossa construção coletiva no Nordeste. A marca da campanha junto com a marca da Rede são materializações feministas que nos uniu para além do projeto e do processo vivido. São símbolos que farão perpetuar a nossa pedagogia feminista.

Do mesmo modo que a Divisão Sexual do Trabalho não é um tema nem tampouco se esgotará numa campanha, é uma questão, que deverá ser pautada e denunciada por todas nós mulheres e por toda a sociedade que busca acabar com a desigualdade entre homens e mulheres. As maiores dificuldades enfrentadas nesse processo foram também oportunidades de aprendizados para o resultado exitoso: ver a força da nossa auto-organização vencer a burocracia dos processos institucionais; vencer o golpe e desmantelo das políticas democráticas e suas
i n s t i t u c i o n a l i d a d e s .



Para isso, foi necessário vencer a distância física entre as mulheres das organizações e a incerteza de recursos, e, principalmente, vencer a sobrecarga de trabalho de cada uma. Esse é o projeto para o qual viemos todas, respondendo a um chamado, a um alerta de urgência. E é com esse espírito que se lança essa campanha: com a urgência que é lutar contra a opressão vivida por nós mulheres, contra o direito a liberdade e autonomia.

C o m o c h a m a d o a a n u n c i a r a h a s h t a g
#PorUmaDivisãoJustadoTrabalho Doméstico!

Entre idas e vindas também foi a construção desse artigo, só para não perdermos o fôlego da coletividade e para lembrarmos que, juntas, andamos bem melhor ²!!!

REFERÊNCIAS

FNPETI. **Trabalho Infantil e Trabalho Infantil Doméstico no Brasil:** Avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2012-2013). Brasília, 2015.

PLAN. Por Ser Menina no Brasil [resumo executivo]. **Crescendo entre Direitos e Violências: Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil.** São Paulo, 2014.

SILVEIRA. Maria Lucia da; TITO, Neuza, org. **Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008. Várias autoras.

² Fazem parte também da Comissão da Campanha #PelaDivisãoJustadoTrabalhoDoméstico, e, que de alguma maneira contribuíram com este artigo, as companheiras: Geórgia Figueiredo; Emanuela Castro; Adriana Galvão; Gabi Monteiro; Ana Paula Ferreira e Juliana Funari.



O FEMINISMO E AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL, ESTADO E ONGS NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATER PARA MULHERES E ATER AGROECOLOGIA

Gema Galgani S. L. Esmeraldo

Lígia Alves Viana

Andrea Machado Camurça

Este artigo pretende dialogar com alguns dados da pesquisa ATER, Feminismo e Agroecologia: Olhares e Sentidos Sobre a Política Viva realizada no contexto das ações do projeto Organização produtiva de mulheres e promoção da autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica, apoiado pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), que estava vinculada ao então Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)¹, sob a coordenação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

A pesquisa foi efetuada nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte e teve como objetivo: analisar os significados atribuídos

¹ O projeto foi financiado ainda no Governo Dilma Rousseff (2014-2016) que foi interrompido com a instalação do Governo Temer. Este introduz, de forma articulada com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), medidas de restrição e corte de investimentos sociais e revogação de direitos conquistados historicamente pelos movimentos de luta no país. O MDA, dentre outros Ministérios e instâncias governamentais, que tratavam diretamente com direitos sociais, foram extintos como estratégia de alinhamento ao projeto político de ajuste econômico ao capital financeiro.



por agricultoras, técnicas, coordenadoras (es) das entidades executoras e coordenadoras das Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres (a partir da chamada 2013 a 2015) e a Chamada ATER Agroecologia (desde 2013 a 2015). A Política Setorial de ATER para Mulheres tinha como estratégia garantir a realização de ações específicas para as mulheres rurais, além de incidências em políticas públicas em outros setores, dentre eles, a ATER Agroecológica. Essas Chamadas Públicas ganharam novas configurações a partir do debate e conquista das mulheres organizadas em torno das propostas, que após uma dinâmica de disputas políticas nos movimentos sociais na definição de suas pautas prioritárias, chegaram até a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável realizada no ano de 2013, em Brasília. Um marco importante no avanço da Chamada de ATER para Mulheres e ATER Agroecológica. A Conferência garantiu, para todas as Chamadas de ATER, a obrigatoriedade do mínimo de 50% de participação de mulheres como público beneficiário, de 30% dos recursos das atividades dirigidos para as mulheres, a constituição mínima de 30% de mulheres nas equipes técnicas, além da obrigatoriedade de recreação infantil durante as ações. Os dados trazidos para esta reflexão se referem à pesquisa realizada no âmbito do estado do Ceará e à análise das entrevistas efetuadas com as (os) coordenadoras (es) das entidades executoras e com as coordenadoras das Chamadas Públicas envolvidas. São reflexões preliminares sobre a política de ATER, que a partir dessas Chamadas Públicas (ATER para Mulheres e ATER Agroecológica), expressaram um cenário de construção social, dinamização do diálogo, intensificação e pressão política que envolveu relações entre três dimensões: a Sociedade Civil organizada, o Estado e as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Esta discussão consistirá no primeiro eixo de análise deste artigo. O segundo eixo a ser abordado, trará para o debate os aspectos que

c o n f i g u r a m a



experiência vivida pelas entidades executoras de políticas de ATER, suas reflexões e desafios.

Política de ATER para Mulheres: relações entre Sociedade Civil organizada, Estado e ONGs

As entrevistas consistiram num diálogo sobre os processos, experiências e desafios na aplicação da política de ATER para Mulheres e possibilitaram identificar elementos que caracterizam a trajetória e as relações que se constituem entre as dimensões: Sociedade Civil, Estado e ONG's. A dinâmica entre essas dimensões apresenta convergências e divergências numa configuração relacional que apontam elementos de tensão, pressão, disputa, alianças, alinhamentos e articulações entre si. A Figura 1 ilustra uma representação da dinamicidade no processo de gestão e execução da política em análise que orientarão a discussão a seguir.

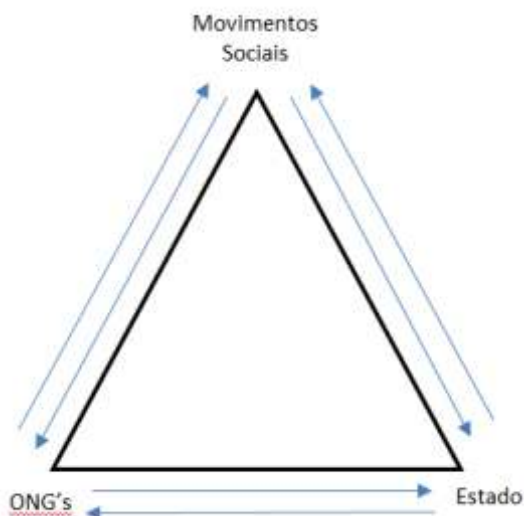


Figura 1: Fluxo de relações entre Sociedade Civil, Estado e ONGs

A presença das mulheres rurais nos movimentos sociais revela o caráter heterogêneo da sociedade civil organizada (DAGNINO, 2002) e indica a diversidade de pautas e demandas disputadas no âmbito das políticas públicas. Dessa maneira, as mulheres pressionam o Estado a cumprir agenda e estratégias específicas e a se fazerem representar nas suas diferentes estruturas de disputa e espaços públicos, tais como: nos encontros territoriais, nas conferências, nos fóruns de debates, nas Comissões Setoriais, dentre outros. A ocupação dos espaços de decisão por dentro da engrenagem do Estado constitui-se em elemento fundamental na estratégia de garantia da inserção da pauta específica das mulheres nas políticas públicas.

Entendendo o Estado como um campo de disputa de projetos políticos, econômicos, sociais e ambientais que se ancoram nas contradições expressas, fundamentalmente, pela classe trabalhadora, a análise de uma política pública requer a compreensão das razões e dos argumentos que levaram e levam governos a incorporarem determinadas políticas. Analisar o quadro constitutivo da política de ATER para Mulheres propõe, assim, conhecer sua dinâmica nas relações sociais em conflito e identificar suas possibilidades para a transformação social das mulheres.

A composição da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) foi resultado da atuação e pressão política das mulheres organizadas para criação de estrutura específica para atender suas demandas. Nesse sentido, criou e desenvolveu políticas que consideraram o reconhecimento da mulher como sujeito social de direitos e de garantia de participação das mulheres na redistribuição dos bens materiais (FRASER, 2007). Não foi a toa que a Diretoria teve como referência em seus objetivos a adoção de estratégias em três perspectivas: a promoção da autonomia das mulheres rurais que considera a dimensão produtiva e organizativa das mulheres; o acesso à terra e à cidadania, além da participação política



(DPMRQ, 2015). No âmbito discursivo, a Diretoria trouxe o debate das relações sociais de gênero, étnico-raciais e geracionais, considerando as realidades específicas das mulheres camponesas, indígenas e quilombolas para a superação das práticas de dominação e seu caráter patriarcal, que nelas se insurgiam (BUTTO, 2010).

Contudo, para o Estado, as políticas públicas representam a materialidade de intervenção na sociedade civil sendo que, no campo de disputa dos mecanismos de sua intervenção e considerando as relações de poder, tem-se a tensão entre os interesses privados e o acesso aos direitos sociais. O Estado diante dos processos de ajustes econômicos e estruturais, no contexto de garantir a dinâmica de eficiência econômica, cria mecanismos de transferência de atuação e execução de programas sociais para as instituições não governamentais.

Nesse sentido, o cenário entre Estado e ONGs aponta uma configuração diversa de atuação e manutenção destas. São constituídas relações com entidades para executarem políticas públicas na perspectiva das tendências governamentais e com entidades que trazem as agendas dos movimentos sociais e as trajetórias ético-políticas que as identificam com a sociedade civil organizada. As entrevistas analisadas indicam que as ONGs envolvidas na pesquisa funcionam como intermediadoras das reivindicações dos movimentos de mulheres junto ao Estado. Possibilitam um canal de disputa para acessar mecanismos da política de ATER para Mulheres que atendam aos interesses dos movimentos de mulheres e de suas pautas feministas.

Na construção dos laços de fortalecimento da estratégia de disputa de projeto junto ao Estado, vale identificar quais entidades têm projetos políticos e forma de atuação que estão alinhadas com a proposta ético-política dos movimentos de mulheres rurais. Dessa forma, os movimentos de mulheres rurais incidem na atuação das ONGs no alinhamento de suas pautas na formação política, controle, fortalecimento do diálogo e a



construção de um projeto político de transformação social.

A articulação das mulheres rurais, na adoção de estratégias de atuação em redes organizadas, constitui-se em aspecto importante e inovador a ser destacado no âmbito da dinâmica recente dos movimentos sociais e de sua trajetória política. As mulheres organizadas estão presentes em várias Redes que se constituem de diferentes sujeitos oriundos de diversos campos de atuação, que se unem no que há de comum em suas pautas temáticas. Isso significa a mobilização de novos recursos e a potencialização da força dos diferentes sujeitos.

Visando articular a agenda das mulheres rurais, estas se integram em ambientes políticos de caráter misto como: na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), para inserirem suas pautas específicas por meio da criação do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT de Mulheres da ANA) e na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) onde conquistam o Grupo de Trabalho de Gênero (GT de Gênero), dentre outros. É possível identificar uma interessante estratégia nessa trajetória, qual seja, a de inicialmente as mulheres inserirem-se na pauta geral das entidades, num envolvimento comum, como nos ambientes citados, que é a questão da Agroecologia. Porém, as discussões apresentam limites no que diz respeito às questões trazidas pelas mulheres, na medida em que estas pautas não incluem formas específicas de sua atuação e demandas.

Portanto, a constituição dos GT's, que questionam esses limites e trazem à discussão as formas hegemônicas de poder e de desigualdade, revela a dinâmica da construção social de um grupo que exige se fazer representar dentro desses espaços de disputa política. As mulheres nessas entidades vão provocar a reflexão crítica das experiências de vida e o questionamento da estrutura das formas hegemônicas de dominação masculina reproduzidas, inclusive, em espaços que se propõem construir projetos de transformação social (BOURDIEU, 1989; ESMERALDO, 2011).



A atuação nos movimentos de mulheres tem um papel fortalecedor, no que se refere à composição e inserção política da pauta feminista nas diferentes frentes de luta política. A militância com a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Nordeste (MMTR/NE), dentre outros, são espaços que ampliam a formação política das mulheres. Tal dinâmica, afirma o debate crítico sobre as políticas de caráter familista e limitado da concepção de gênero nas políticas públicas.

Esses lugares produzem práticas e reflexões voltadas para fazer avançar e fortalecer posições no campo da atuação feminista, como, também, em relação aos espaços sob o controle social. Assim, as mulheres organizadas em Redes inserem-se nas Conferências, nas Câmaras Setoriais, nos Fóruns, nas Comissões, para reivindicarem políticas específicas para as mulheres rurais e garantirem a inserção destas na dinâmica de execução das Chamadas Públicas de ATER. Esses elementos estão presentes no depoimento a seguir:

A ATER Agroecológica, executada na região de Sobral, e ATER Agroecológica, na região dos Inhamuns, são todas elas um avanço da política. Não é um ATER Mulheres na Agroecologia, mas um avanço na ATER Agroecológica que pressupõe, já, uma obrigatoriedade de participação de 30% de mulheres técnicas na chamada. Então, tem que ter esse esforço de buscar esse pessoal. Nesse campo que a gente trabalha tem uma discussão assim: dá mais trabalho "encontrar as mulheres pra trabalhar". Mas isso é um avanço, porque não elimina uma ATER exclusiva pra mulheres, mas também garante de acordo com a imposição do edital a participação delas. E se assim não fosse, esse ATER Agroecológica ia ter muito menos mulheres presentes. Como é obrigado a ter mulheres, você tem que fazer um esforço muito maior, porque senão é aquela história: "se todos são iguais então bota os homens que é mais fácil" (Coordenador de ONG, 2016).

A conquista de Chamadas Públicas amplia o campo de parceiros para a execução de políticas para as mulheres rurais e inclui ONGs que tinham atuação comprometida com os movimentos sociais rurais. As mulheres

n

ã

o



deixam de participar dos espaços mistos, o que ocorre é que esses espaços constituem-se em lócus de disputa política para inserção da pauta das mulheres nos projetos sociais. Aprofundar o controle do Estado na conquista de direitos faz parte da construção e ampliação da democratização das instâncias de atuação do Estado em direção aos interesses da sociedade civil.

As Experiências e suas Descobertas: Os Direitos das Mulheres como referência para as Ações Políticas

A problematização das narrativas se fez, ainda, em diálogo com as agendas produzidas pelas ONGs e movimentos sociais na incidência em políticas públicas que visavam o enfrentamento, a superação das desigualdades sociais e incorporação dos direitos das mulheres. Nesse sentido, foram identificados nas entrevistas, elementos que trazem reflexões e desafios vivenciados pela trajetória de execução das Chamadas de ATER para Mulheres e ATER Agroecológica.

A experiência vivida pelas entidades apresenta indicadores importantes que são frutos do exercício de envolvimento das mulheres na aplicação das ações de assistência técnica rural, da criação de metodologias de diálogo e escuta dessas mulheres. As ONGs analisadas na presente discussão já apresentavam em sua trajetória de atuação, ações que dialogavam com as mulheres e suas especificidades. As narrativas indicam que acessar as Chamadas Públicas representou uma oportunidade de agregar estratégias e ampliar os recursos. Dessa maneira, possibilitou trabalhar a assistência técnica e extensão rural com aprofundamento das questões das mulheres de forma mais sistemática, no enfrentamento das desigualdades sexuais e no fortalecimento da autonomia produtiva das mulheres.



A chamada, na verdade, cria uma gama de oportunidades pra o que a gente queria construir, em termos de um programa de formação política em gênero. A gente queria fazer isso e viu a chamada como uma oportunidade institucional, uma possibilidade real de construir um programa de formação política interno. Era a consolidação de uma expectativa na execução da chamada de ATER Agroecológica. Nesse sentido, pra gente era muito tranquilo trabalhar com 50% de ATER para Mulheres e na ATER Agroecológica. Era uma chamada mista, mas que dava a possibilidade de trabalhar com um segmento que já fazia parte de nossa trajetória institucional. Acabava agregando todo um conjunto de possibilidades pra qualificação e ações que a gente queria ter com as mulheres (Coordenadora de Chamada de ATER, 2016).

A execução das Chamadas fortalece a pauta de gênero e a agenda feminista nos espaços de atuação das ONGs. Essa dinâmica expõe o caráter contraditório das políticas públicas voltadas para o meio rural. O desafio colocado para a aplicação da política de ATER para Mulheres e ATER Agroecológica está na desconstrução da hegemonia da prática dicotômica da aplicação das políticas de assistência técnica e extensão rural, que tratam o homem como centro de decisão e como legítimo responsável pela produção e reprodução na agricultura familiar. Nessa hegemonia, as mulheres são colocadas no plano secundário, em condição de subalternidade e invisibilidade. Mas a institucionalização da participação da mulher, no quadro técnico e de beneficiária nas políticas de ATER, são elementos que podem contribuir para processos de mudanças na estrutura de organização dos papéis sociais de homens e mulheres. A perspectiva crítica, adotada pela entidade no fortalecimento da pauta feminista, representa um potencial transformador da realidade no âmbito dessas relações.

O caráter familista das políticas de crédito é problematizado no depoimento a seguir, ao mesmo tempo, a fala dialoga com a pauta feminista dos movimentos para explicitar as contradições dessas políticas.



Você tem dois problemas dados: o primeiro, a gente trabalha com um grupo chamado agricultor familiar. Então, só em ser familiar, já tem todo o conceito de opressão dentro. Na família você tem o pai, que de certa forma exerce o poder maior, a mãe que exerce o poder menor, e o filho sobre a filha. Como é que eu vou fazer esse trabalho de "destruição" dessa unidade familiar pra acabar com a opressão? Então você tem aí uma contradição do conceito de agricultura familiar que é incompatível com o conceito de feminismo. Onde você tem uma política pública, de crédito que é o Pronaf. Aí você tem uma questão limitante que é o espaço, que é a área da propriedade. Esses projetos de crédito rural são em função do que você pode pensar para produzir naquela área. Todo projeto tem uma área pra criar capote, criar galinha e essas áreas tem limitação. Só que no programa de Pronaf você tem várias modalidades. Mas se a primeira modalidade, a modalidade do homem, ele fizer um projeto onde toda a propriedade seja já comprometida com o retorno financeiro,

As narrativas trazem a análise crítica do modelo de organização social de caráter familista que incide nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Esse modelo familista reforça a desigualdade de gênero ao manter invisibilizado o trabalho feminino, ao desqualificar o trabalho reprodutivo e ao aprofundar a divisão sexual do trabalho.

A inclusão da categoria gênero, como foco de execução de políticas públicas voltadas para mulheres, apresenta uma perspectiva limitante, pois, não alcança o cerne do debate estrutural da dominação masculina, considerando o fato do próprio Estado, assim como outras estruturas sociais, ter um caráter patriarcal. A pauta feminista, por sua vez, tensiona e busca garantir os mecanismos de aplicação das políticas numa perspectiva crítica, realizando de forma mais efetiva o papel mobilizador na disputa política dos movimentos sociais em suas diferentes pautas.

Dessa maneira, é estratégico perceber como as entidades executoras, ao integrarem as possibilidades apresentadas pela inserção da categoria gênero



e a incorporação da agenda feminista, constroem suas abordagens e metodologias na materialização do potencial transformador da política de ATER para Mulheres e ATER Agroecológica. O uso da categoria gênero, como instrumento de identificação das relações de opressões entre homens e mulheres, assim como a agenda feminista, tem sido e são fundamentais para constituir a mobilização e a auto-organização das mulheres.

Eu penso que existe algum risco que as instituições correm em atender as mulheres a partir daquele percentual obrigatório, que é o de se perder no caminho das questões que são fundamentais, as questões que são mais importantes de serem discutidas com as mulheres. Como é que eu vou fazer uso? Então, trabalhar as discussões que são mais pertinentes, que são de interesse, que são relevantes para organização e fortalecimento dessas mulheres pro seu empoderamento dentro dessas execuções (Coordenadora de ATER, 2016).

Fortalecer a formação feminista junto às mulheres rurais nos seus territórios apresenta um caráter de retroalimentação, visto que, as técnicas também têm a oportunidade de formação feminista e a própria entidade executora avança na perspectiva crítica sobre a pauta das mulheres. Essas dimensões podem ser percebidas quando as narrativas apontam para uma intensificação da participação das mulheres rurais nos espaços políticos mistos e específicos como: nas Redes de ATER, Redes de Agroecologia, no Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, nas articulações da Marcha Mundial de Mulheres e na constituição de ONGs feministas.

As entidades desenvolvem mecanismos de correlação e integração das questões feministas dentro das demais temáticas trabalhadas na ATER. O cotidiano das mulheres e/ou o reflexo das técnicas e organização produtiva sobre as mulheres tende a ser considerado na execução das atividades de assistência técnica, conforme a narrativa a seguir:



As atividades de construção do conhecimento nos permitiram propor pra dentro da ação, questões que são fundamentais como: os intercâmbios, os dias de campo, as atividades específicas com as mulheres etc. A organização produtiva foi um trabalho muito bacana. Primeiro porque a gente foi em áreas que já trabalhavam, mas com a ideia da agricultura familiar. Foi muito bom ter 100% de mulheres na equipe. Já dá um impacto muito positivo no sentido de chamar as mulheres pra essa ação, possibilitando maior liberdade das mulheres falarem delas, se sentirem mais à vontade pra trazer suas questões, seus problemas, suas soluções. Juntar essas mulheres pra debater para além dos quintais não só no aspecto produtivo foi muito importante. E ainda trazer, quais são as outras questões que a gente poderia evidenciar que tá no campo delas e, inclusive, avaliar qual é a carga de trabalho que elas têm no cotidiano com a família. Foi legal potencializar as atividades que elas já faziam, como por exemplo, o beneficiamento de produtos, o que gera renda, o que gera

A execução da política remete a várias reflexões sobre a sua eficácia na aplicação, revela também os seus limites e oferecem elementos para avaliar e visibilizar os aspectos a serem reformulados na liberação das Chamadas Públicas de ATER seguintes. Casos relacionados à dinâmica no repasse dos recursos e à temporalidade que a aplicação das Chamadas apontam para a descontinuidade das atividades diante do curto tempo de sua duração. A demanda de cuidados das crianças para garantir a participação das mulheres e a importância de considerar a trajetória feminista da entidade executora, dentre outros aspectos, culminam com a conjugação de elementos concretos que incidem na reformulação da política de ATER, considerando já os aspectos de aplicabilidade avaliados nos relatórios apresentados pelas entidades executoras. A Chamada executada não muda a trajetória de aplicação desta, obviamente, mas influencia nas disposições apresentadas para as Chamadas Públicas futuras.



CONSIDERAÇÕES PARCIAIS PARA O DEBATE

A presença das mulheres nas Redes, que debatem e constroem pautas em defesa da Agroecologia, enriquece e amplia o sentido de Agroecologia, na medida em que considera e incorpora na sua concepção teórico-metodológica a cosmovisão campesina e feminista em suas dimensões variadas da vida cotidiana no meio rural. A reprodução humana é problematizada na perspectiva da crítica feminista e considera a integração entre ser humano e natureza como fundamentais num processo de transformação para o bem viver. A produção dos alimentos, sua transformação, preparação e consumo fazem parte de um todo, que requer ser considerado num sistema agroalimentar voltado para garantir a segurança e soberania alimentar de um povo. A incidência sobre um processo de ruptura no binômio: produção – reprodução, repercute no debate crítico da divisão sexual do trabalho cujo caráter desigual, é emblemático na manutenção dos modos de produção e de vida alicerçados nas estruturas de dominação que regem o sistema capitalista. A pauta feminista apresenta em sua dinâmica vários processos de trajetória na disputa política de inserção de suas demandas, no âmbito dos movimentos sociais mistos e específicos. Esse contexto reflete no tensionamento do Estado e na definição de estratégias ético-políticas de atuação das ONGs. No campo da Agroecologia, a pauta feminista, movimenta as mulheres em suas Redes, incidindo na construção de um projeto político voltado para a superação da desigualdade entre os gêneros e o fortalecimento do protagonismo das mulheres no campo das políticas públicas, e no próprio cotidiano das mulheres em suas diferentes dimensões e espaços. Dessa maneira, a expressão Sem Feminismo não há Agroecologia se faz presente e ilumina o sentido e os significados que as mulheres incorporam ao projeto agroecológico na sociedade.



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. **Mulheres na Reforma Agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2010.

DPMRQ. **Políticas públicas para mulheres rurais**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, DPMR, 2015.

DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 9-15. (Capítulo 1).

ESMERALDO, Gema G. S. L. Mulher rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política. **Revista Latinoamericana PACARINA de Ciencias Sociales y Humanidades**. Salta/Argentina: Universidad Nacional de Salt, 2011, p. 122-138.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, 2007, V. 15, N. 2. (maio-agosto), p. 291-308.



PROJETO ATER MULHER NA REGIÃO DO PAJEÚ – PE¹: UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA E FEMINISTA

Graciete Gonçalves dos Santos
Laeticia Medeiros Jalil

Introdução

O reconhecimento dos direitos e das pautas das mulheres rurais no Brasil, tem como marco o processo de democratização do país na década de 1980, culminando na Constituinte de 1988, na qual as mulheres se organizam e exigem novos direitos enquanto trabalhadoras – tanto em relação ao Estado (como acesso à previdência, aposentadoria, licença maternidade, etc), quanto no campo político e cultural, como direito à sindicalização e participação política.

A participação das mulheres rurais nos espaços políticos e de controle social, assim como o seu reconhecimento como sujeitos políticos, não foi algo fácil, seja no âmbito dos movimentos sociais do campo misto, compostos por homens e mulheres ou nas instâncias de controle social e na relação com o próprio Estado. Por outro lado, como uma das estratégias de enfrentamento às discriminações e à falta de inclusão das pautas das mulheres rurais no interior das organizações de trabalhadores rurais, surgem os movimentos específicos e autônomos de mulheres rurais, a exemplo do Movimento da

¹Este artigo é parte da Dissertação de mestrado As Mulheres na política e a política na vida das mulheres: olhares sobre a ATER Mulher no sertão do Pajeú PE, defendida em agosto de



Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Movimento de Mulheres Agricultoras (MMAs) e, depois, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ingressando na Via Campesina; Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte e Nordeste, que se transforma no final da década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Os movimentos de mulheres rurais evoluíram em sua forma de organização, no modo de atuação e visibilidade pública, nas suas estratégias políticas e na sua diversidade. Ampliaram seus campos de luta e suas bandeiras, saindo das reivindicações previdenciárias e de direitos sociais, para temas ligados à produção e ao modelo econômico, assim como questões específicas inclusive, em relação ao questionamento do papel atribuído à mulher na agricultura familiar, à violência de gênero, ao questionamento à divisão sexual do trabalho etc. O que se observa atualmente é o fortalecimento da auto-organização das mulheres rurais nos movimentos sociais do campo, a exemplo dos sindicatos, e uma maior aliança com os movimentos feministas. À medida que tais movimentos e organizações de mulheres se fortalecem, conquistam espaços internamente nos demais movimentos sociais e vão transformando a agenda do desenvolvimento rural, integrando-se nos debates mais amplos e construindo alianças políticas na defesa dos seus direitos. Essas novas práticas sociais foram capazes de impulsionar o Estado a elaborar políticas públicas voltadas para o acesso das mulheres à cidadania e à promoção da autonomia econômica com vistas à maior igualdade (BUTTO; HORA, 2014).

Neste processo complexo e dialógico, tomamos a Marcha das
M a r g a r i d a s ²

² O nome é homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assinada em 1983. Aconteceram cinco marchas em 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015.



como expressão da construção de um projeto político feminista para as mulheres rurais em sua pluralidade.

Se constitui num espaço de diálogo e de construção de uma agenda coletiva com o Estado e organizações da sociedade civil e formada por mulheres rurais, urbanas, militantes de diferentes movimentos do campo, da floresta e das águas, e movimentos feministas do Brasil. Na primeira Marcha, em 2000, as agricultoras ocuparam o espaço público e reivindicaram o direito de serem reconhecidas como produtoras rurais e demandaram do Estado políticas específicas que respondessem às suas demandas.

Nessa ocasião o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) apresentou como demanda a criação de um crédito para as mulheres rurais, que impulsionou o debate sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as mulheres, entendendo que essas duas questões estavam inteiramente relacionadas. O desdobramento desse debate se desenvolveu e ganhou corpo no diálogo com o Estado, na primeira gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003.

Nesse período é criado o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero Raça e Etnia (PPIGRE), inserido no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para assessorar e articular as questões relativas às mulheres rurais. Nesse âmbito, foram desenvolvidas muitas estratégias e parcerias com os movimentos feministas, que impulsionaram importantes avanços no âmbito da organização produtiva, onde aqui destacaremos a política de ATER Mulher.

A partir deste contexto o presente artigo tem como objetivo analisar a participação do movimento de mulheres rurais e organizações feministas no processo de construção da política de ATER, descrevendo os avanços ocorridos a partir da execução do projeto da chamada pública ATER Mulher na região do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Destacamos duas mudanças na implementação dessa política para as mulheres rurais: a

c a p a c i d a d e



propositiva dos movimentos de mulheres, para repensar os arranjos institucionais das políticas públicas e a abertura do Estado, para dialogar e incorporar as demandas de gênero (e do feminismo) nas propostas a serem elaboradas pelo governo.

A pesquisa qualitativa³ foi realizada no Sertão do Pajeú com três assessoras técnicas, através de entrevistas semiestruturadas e um grupo focal com sete agricultoras envolvidas no projeto da chamada pública ATER Mulher, no período de 2014 à 2016. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas ex-gestoras da DPMRQ e uma integrante do Comitê Gestor de Organização Produtiva, da sociedade civil.

A Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas e a Participação do Movimento de Mulheres Rurais e Feministas na Construção da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma relação complexa e dialógica

A partir de 2003, com a ampliação da participação social no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi impulsionado uma agenda de desenvolvimento rural sustentável e solidário, e assumido o compromisso com o movimento de mulheres rurais organizadas, de reduzir as desigualdades de gênero no país, com a criação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE). Posteriormente, se constituiu em Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), ficando diretamente articulada à secretaria executiva do MDA, com maior representatividade, recursos próprios, condições de proposição de novos programas, e também com o

³ Pesquisa realizada para dissertação de mestrado As Mulheres na Política e a Política na Vida das Mulheres: olhares sobre o projeto ATER Mulher no Sertão do Pajeú em Pernambuco, Brasil. SANTOS, Graciete. POSMEX-UFRPE, 2017.



desafio de dialogar com outras secretarias do MDA, ministérios e com os movimentos sociais. Como relata uma das gestoras entrevistadas sobre a DPMRQ:

Então, o lugar dela na estrutura administrativa do MDA não é pouca coisa, porque o fato dela estar vinculada ao vice-ministro facilitava o diálogo institucional e normativo [...], então a gente participava das reuniões, mesmo no primeiro escalão, de reuniões fora, outros escalões. Isso dá um respaldo super grande e, além do que, a gente tinha uma estrutura organizativa às vezes maior que algumas várias secretarias dos Ministérios e orçamento, a gente era uma diretoria com coordenações e equipe. (Gestora II)

Um novo arranjo institucional se impõe na estrutura do Estado e na construção de uma agenda política articulada às demandas das mulheres rurais a favor de seus direitos. A missão da DPMRQ era trabalhar com a promoção da autonomia das mulheres e a superação da desigualdade de gênero no meio rural. A principal estratégia foi desenvolver e executar políticas específicas para as mulheres rurais, e também incidí-las, nas demais políticas do MDA, para garantir os recortes de gênero na reforma agrária, nas políticas de crédito, na assistência técnica e no desenvolvimento territorial.

No âmbito da política de Extensão Rural, alguns desafios se apresentavam para as mudanças na perspectiva do desenvolvimento rural. Reverter o foco na visão modernizadora e produtivista da agricultura, e na visão da família patriarcal rural, (cujo representante é o homem-chefe), onde cabia, para os técnicos homens, a assistência técnica para produção agrícola, voltada para os agricultores e, para as mulheres, eram pensadas as atividades relacionadas ao bem-estar social, cuidado com a água, com a saúde e com a alimentação oferecidas pelas assistentes sociais.

4

Baseada no pacote tecnológico da revolução verde que estimula o uso de insumos químicos, agrotóxicos, e a produção em grande escala voltada para o mercado externo.



Essa visão dicotômica e segmentada das ações de ATER é reflexo do patriarcado nas políticas de Estado, em que há uma reafirmação dos papéis tradicionais atribuídos aos homens (como chefe e produtor) e às mulheres (como cuidadoras e reprodutoras) e que pode ser uma das formas em que se expressam o “machismo estatal”.

Nesse bojo de mudanças, a ATER passa para a instância do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em 2004, cria-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), implantada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). Essa política foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal e diálogo com estados, sociedade civil, instituições de ATER, empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão.

Aqui, destacamos a importante participação do movimento de mulheres rurais e da DPMRQ nessa construção, garantindo na PNATER os princípios da equidade nas relações de gênero, raça, etnia e adoção dos princípios da agroecologia, com enfoque preferencial para produção sustentável. A proposta apresentada foi a criação de uma ação específica de ATER para as mulheres, fundamentada nas dificuldades das mulheres rurais em ter acesso à assessoria técnica qualificada, que as reconheça como sujeitos produtivos e

⁵ A ação da ATER pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. (Plano Nacional de Assistência Técnica. MDA-SAF-DATER. Brasília, novembro de 2007.) www.mda.gov.br. Acesso em maio de 2017.



esteja comprometida com a superação das desigualdades de gênero, como explica a gestora entrevista abaixo.

A gente elaborou um documento e essas propostas de diretrizes, elas foram incorporadas já no nascimento da PNATER. Aí foi se construindo os instrumentos, e, claro, o MDA foi tendo dificuldades de execução de recursos em função do modelo de convênio⁶, que era um modelo muito inapropriado para ação de assistência técnica [...] a gente tinha que explicitar que era necessário ter uma assistência técnica para as mulheres e ter também um trabalho de estímulo para juntar as organizações. Para que isso aconteça, esse foi o primeiro esforço nosso de participar. (Gestora I)

Importante destacar que havia um esforço duplo da DPMRQ de diálogo e convencimento do governo da importância de garantir uma ATER para as mulheres, e, ao mesmo tempo, de incidir na política geral de ATER para garantir a igualdade de gênero e o acesso às demais políticas públicas fundamentais para o reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos de direitos e agentes econômicos. Junta-se a esse processo interno, a articulação com os movimentos sociais, organizações e a ação destes, frente ao governo e nas disputas por reconhecimento, recursos e ações específicas do Estado.

A auto-organização do movimento de mulheres rurais foi fundamental para exigir do Estado a implementação dos seus direitos. A existência da

D M P R Q ,

⁶Para executar o financiamento da assistência técnica e extensão rural antes da Lei de ATER, o MDA fazia o repasse de recursos, por meio da celebração de convênios. Esta modalidade de execução de recursos realizava o repasse na maioria das vezes em mais de uma parcela, e que eram liberadas após a aprovação da prestação de contas das atividades previstas no plano de trabalho e, também, na prestação de contas financeira. Com a Lei de ATER, a modalidade de execução dos recursos foi alterada, passaram a ser contratos de repasse, permitiram o pagamento antecipado de atividades, assim como a prestação de contas regular a cada atividade executada, permitindo assim não concentrar a prestação de contas e nem análise de um número grande de atividades e com isso a regularidade da prestação de serviços de ATER.



facilitou o diálogo e efetivou os avanços para inclusão das demandas das mulheres rurais na política de ATER. A construção de parcerias entre a DPMRQ, os movimentos de mulheres rurais e organizações feministas, resultou em importantes avanços, na produção de conhecimentos e desenvolvimentos de programas. As experiências anteriores de organizações feministas e movimentos de mulheres rurais na ATER, fortaleceu e qualificou a atuação da DPMRQ para dentro do Estado (nas disputas e convencimentos da incorporação das "pautas das mulheres), como também possibilitou a reafirmação de novas alianças com os movimentos de mulheres rurais no Brasil.

O principal desafio da DPMRQ e dos movimentos e organizações feministas na ATER, foi o de garantir o reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos econômicos e produtivos, as condições físicas para que as mulheres participassem, mesmo tendo que levar as filhas/os, oferecendo cuidadoras e ações de recreação infantil, incidindo no âmbito das mudanças na divisão sexual do trabalho e combate à violência.

Como analisa Daniele Kergoat (2003), todas as relações sociais têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho. É uma forma de dividir o trabalho, de maneira decorrente das relações sociais de sexo, adaptada a cada sociedade, definida por algumas características como aponta a autora a seguir:

Tem por características a distinção prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Tem princípios organizadores: princípio de separação (existem trabalho de homens e trabalho de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT,2003,p.56)



Muitas foram as estratégias construídas pela DPMRQ⁸ e pelos movimentos de mulheres e feministas para superação das desigualdades no marco da política de ATER. O fortalecimento da auto-organização das mulheres em espaços políticos e de controle social, como o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), o Comitê de Mulheres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CONDRAF)⁷ e o Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva da DPMRQ, são exemplos deste processo, e da capacidade de incidência articulada nos espaços públicos de concertação e construção de pautas que marcaram as políticas de desenvolvimento rural deste período.

Destacamos o Comitê Gestor de Organização Produtiva da DPMRQ, como espaço estratégico de diálogo entre a DPMRQ e os movimentos sociais, formado por movimentos de mulheres do campo; da floresta e das águas; redes de mulheres; quilombolas; comissões de mulheres do movimento sindical; ministérios e secretarias.

O Comitê de Organização Produtiva desempenhou um importante papel na construção da proposta de ATER Mulher na PNATER, nos debates e na formação feminista, se configurando como um espaço de construção de estratégias e de reafirmação das pautas feministas e do movimento de mulheres na proposição de políticas públicas, com destaque para ATER, e

7

Destaca-se que a partir do processo de Impeachment sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, em abril 2016, a democracia brasileira foi profundamente abalada e assim, todos os espaços de diálogo foram desarticulados e profundamente enfraquecidos. Soma-se a isso a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, consequente, fim da

8

Composto por: MMTR-NE, MMC, CONTAG, MIQCB, MST, FETRAF, Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, GTMulheres da ANA, Rede Xique-Xique, REMERA, REF, ANP,MPA, UNICAFES, Setor Gênero do MST, MDA, SAF,INCRA, SDT, MDS, MTE, CONAB, INCRA, SPM, CNS.



influência da agenda governamental. Outra questão é perceber o Comitê como espaço de aprendizados para as mulheres rurais, que passam a ter a necessidade de novos argumentos e entendimentos sobre a burocracia, institucionalidades e racionalidades distintas, o que exige a incorporação e reconhecimento de “outras narrativas” tanto para dentro do Estado, como também para as mulheres rurais.

Segundo as Gestoras entrevistadas, foi espaço de trocas, de preparação para incidência nos espaços mistos, onde as disputas e resistências eram maiores. As Gestoras ressaltam que esses momentos com as mulheres eram de muitas discussões, conflitos, mas também de construção de consensos e pactuações.

[...] como é que acontece esse espaço da política setorial. Elas se reúnem; definem; falam; brigam; elas exigem; a gente comia juntinhas. E era bom, porque era um debate franco e fraterno, se estava errado, elas falavam o que tinha que mudar, a gente também falava, e depois daquele espaço a gente pactuava, então, qual o consenso. Elas diziam o que queriam, a gente falava o que estávamos pensando, pactuava consenso, então agora vamos para o espaço coletivo. E aí a gente ia juntas, nós, porque assim a contradição de gênero, ela está dentro e fora do governo, está nos movimentos e também está no governo, não era porque a gente era governo a gente era consenso dentro, né? Então, todas as opressões de gênero, a gente também sofria dentro do governo, não era uma coisa tão tranquila, embora a gente tivesse uma representação e apoio interno no ministério, mas a gente pactuava quando chegava nos espaços

Para as Gestoras a política setorial específica para as mulheres foi fundamental, não só para consolidação da política de ATER, quanto para as gestoras e para as mulheres que vivem a realidade da política na prática. Essa relação dialógica parece ter sido o elemento principal que sustentou a ATER



Suas ideias nos ajudam a analisar os processos de gestão desenvolvidos pela DPMRQ e sua relação com a sociedade civil¹¹, com destaque para o Comitê de Organização Produtiva. E nos perguntamos em que medida essa experiência, se constituiu um processo contra-hegemônico ao Estado patriarcal e capitalista, e construiu novas racionalidades¹², dando outro sentido à ação política para as mulheres rurais. Para Oliveira (2001), os movimentos de luta

¹²Novas racionalidades refere-se à construção acumulada de experiências contra hegemônica. Ver Oliveira, 2001.

contra-hegemônica devem ter um caráter desformalizador e desregulamentador, que questionam as regras e as formas de participação¹³ e representação política.

Compreendemos que o papel da sociedade civil (aqui representada pelo movimento de mulheres rurais e feministas) no Comitê Gestor de Organização Produtiva, foi fundamental no processo de construção da política de ATER, contribuindo para criação de novas formas e regras de participação e representação política, mas sobretudo nos princípios da ATER e arranjos das chamadas que foram executadas.

No bojo desse processo de construção, destacamos a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, realizada em 2013, como outro marco histórico importante para o processo de fortalecimento da institucionalidade da agenda feminista e para os avanços das questões das mulheres no âmbito da ATER e do desenvolvimento rural no Estado.

Os movimentos de mulheres rurais estiveram presentes, com sua diversidade de bandeiras e cores, entoaram músicas e palavras de ordem afirmando os direitos e autonomia das mulheres. O lema para essa II CNDRSS foi Paridade no Atendimento da ATER. Faixas, camisetas e lenços coloriram esse momento, simbolizando a forte participação e as lutas das mulheres rurais. Uma das propostas apresentadas tratou de garantir 50% do público beneficiário fosse de mulheres e 30% dos recursos em atividades específicas estivessem voltado para as mulheres. Também garantir a oferta de um espaço criança, para recreação, e facilitar a participação das mulheres beneficiárias. Outra questão foi exigir 30% de técnicas mulheres nas equipes das chamadas de ATER.

¹³ Desregulamentador mudança nas regras de representação. Desformalizador mudança na forma de representação (JALIL, 2009, p. 19). Ver Francisco Oliveira, 2001.



Essas propostas encontraram resistências de alguns companheiros membros de organizações da sociedade civil e do movimento agroecológico, integrantes do CONDRAF. Esse fato demonstra o quanto os processos de mudanças são contraditórios e as questões relativas à autonomia das mulheres encontram resistências e preconceitos. Como vemos, esses conflitos são vividos e experimentados pelas mulheres tanto na relação com o Estado, como na relação com a sociedade civil, à medida em que, como afirma DAGNINO (2002, p. 282), “esta não pode ser vista como espaço do bem, mas que reflete relações de poder e que pode disputar distintos projetos políticos”.

Apesar dos conflitos, as propostas apresentadas pelas mulheres na II CNDRSS, foram aprovadas e incorporadas em todas as chamadas de ATER, e contribuíram na construção do Plano de Desenvolvimento Rural (2013), cujo um dos objetivos é promover a autonomia das mulheres por meio da garantia do acesso à terra e a cidadania, da organização produtiva, gestão econômica e qualificação das políticas e serviços públicos.

Outra questão que destacamos aqui é o investimento dado pela DPMRQ na inclusão do conteúdo feminista (economia feminista; divisão sexual do trabalho; violência contra a mulher) como estruturante para os processos de formação, incidência e mudanças das desigualdades de gênero, no âmbito da política de ATER. Segundo uma das gestoras, foi preciso discutir a política geral, na qual a ATER para mulheres espera contemplar, além de construir as referências e conteúdos.

Porque precisa incidir no conteúdo, não é só a quantidade, não é só colocar a cota, embora a cota seja uma estratégia importante, nós nunca abrimos mão, tinha que ter cota pra forçar a discussão. Mas como é que você respalda a mudança de conteúdo? Aí você faz a política específica, porque na política específica consolidam-se as estratégias, as ações, discute-se em profundidade os conteúdos das desigualdades com quem sofre, com a oprimida, não é o opressor que muda, é a oprimida que toma consciência. Então, a política setorial de ATER para mulheres é taticamente consequência



dessa estratégia. Se você tem uma política de ATER, você tem a necessidade de discutir que ATER para mulheres se quer. A divisão sexual do trabalho, não adianta ir na ATER mista e discutir, sem ter base, sem ter metodologia, sem ter parâmetros [...] ATER específica ajuda a revelar essas contradições, revelar como se manifesta as desigualdades. Por que as mulheres são as que mais produzem leite e queijo, mas não têm oficinas de pastoreio, vazão, mas têm pano de prato? [...] Nesse espaço, elas se sentem à vontade para falar, sentem que é delas, ninguém olha atravessado para quem entrou, suas roupas [...] já nos espaços mistos, é mais difícil para as mulheres se posicionarem. Quando pedem a fala, são sempre as últimas a falarem, quando falam os outros se viram para olhar. Então, na setorial é mais fácil você fazer isso, porque você incide, você

Para outra gestora, fica da experiência a ideia para as mulheres que o Estado pode ter outro papel, ser mais democrático e inclusivo, e ressalta que é possível fazer outro arranjo institucional orientado pela participação dos movimentos sociais, enfatizando a importância da organização das mulheres:

Eu acho que o que fica é uma experiência, uma ideia que fica muito clara para as mulheres é que o Estado pode ser outra coisa para elas, que o Estado pode jogar, mesmo com todos os limites que a gente vivenciou na experiência, a gente pode ter uma relação, seja ela uma relação democrática, que seja uma ideia de reconhecimento e valorização, e uma coisa muito concreta para melhorar a vida delas, mas só no sentido de reconhecimento político concreto. Minha vida melhorou, minha autonomia se alterou. Isso fica, não tem golpe nenhum que derrube isso aí. Outra coisa é o aprendizado, claro que o Estado que é muito ruim, que é pensado e concebido para os grandes, que é concebido para interesses patronais, que é concebido para fazer a política em grande escala e em prol do setor que não é impermeável para essas demandas e que é possível fazer outro arranjo que seja democratizante, que seja orientado mais para igualdade. Acho que essas duas coisas são as principais e outra, para fazer isso, só se faz se tiver um processo lento de organização de mulheres, só se faz se tiver um diálogo grande com a sociedade civil, porque essas coisas não se fazem por ideia, é a relação cotidiana. Essa foi uma diferença no MDA que você não tinha em outros ministérios [...]. (Gestora I)

Para Dagnino (2002), a importância dos movimentos sociais na ampliação da democracia – no caso, aqui, o movimento de mulheres rurais e de feminista –, foi fundamental. Segundo a autora esses movimentos buscam ampliar os espaços de participação política, bem como contribuir na criação de um novo projeto político participativo. Esse projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos e, diferentemente da simples reivindicação, para capacidade propositiva, o que os coloca como sujeitos políticos reconhecidos em outras esferas políticas e como negociadores com o Estado, fazendo com que os movimentos saiam do protesto para a proposta.

Até aqui, analisamos o processo de construção da política no âmbito do Estado e como se materializou a proposta de ATER Mulher. A seguir, vamos, também, analisar como é vivenciada no contexto da política vivida a partir da visão das agricultoras e das técnicas em seus cotidianos.

A política vivida: a relação entre técnica e agricultora no Sertão do Pajeú

Vamos apresentar algumas questões que a pesquisa trouxe, a partir da relação entre as assessoras técnicas e as agricultoras beneficiadas, inseridas no Projeto ATER Mulher no Sertão do Pajeú/PE, chamando atenção para a política vivida, ou seja, abordando a dimensão das experiências nos territórios, em sua particularidade (como são por elas vivenciadas) e muitas vezes alteradas em conformidade com as suas necessidades, identidades e capacidades de proposição e apropriação das políticas. Destaca-se algumas



questões referentes à experiência da execução do Projeto¹⁴ inserido na Chamada Pública ATER Mulher, na Região do Sertão do Pajeú.

Para tal, analisamos como essa política foi desenvolvida e chegou na vida dessas mulheres destacando a relação entre agricultoras e técnicas, além de algumas observações sobre as alterações na divisão sexual do trabalho na família, na autonomia econômica e na relação com o movimento feminista e a agroecologia.

Estamos falando do Sertão do Pajeú, uma das importantes regiões do semiárido pernambucano, no Nordeste do Brasil. Se destaca por sua força e diversidade cultural na poesia, na música, na dança, nas experiências da agricultura familiar e camponesa, nas práticas agroecológicas e de convivência com o semiárido. Marcada pela forte organização social e participação política dos movimentos sindicais, das organizações não governamentais (ONGs), do movimento feminista e de organizações de mulheres. Região semiárida, caracterizada por longos períodos de estiagem, intercalado com chuvas irregulares e pela presença do bioma Caatinga¹⁵.

¹⁴Lote 03 no período de dezembro de 2013 à dezembro de 2016. Participaram 240 mulheres agricultoras de diferentes municípios. Esse Projeto foi executado por uma organização não governamental do movimento agroecológico em parceria com duas organizações feministas atuantes na região. O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá foi a organização proponente da Chamada. Fundado em 1993, trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Mais informações ver www.centrosabia.org.br.

A execução foi realizada em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste - CMN que atua no Sertão do Pajeú desde 2003 e com a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, criada pela CMN e hoje auto gerenciada. Para mais informações consultar www.casadamulherdonordeste.org.br; www.redemulherespajeu.org.br.

¹⁵O Bioma Caatinga em tupi guarani significa Mata Branca. É um bioma exclusivamente brasileiro e se caracteriza por ter espécies xerófitas, com suas folhas como espinhos. Sua composição florística não é uniforme em toda sua extensão e apresenta uma grande variedade de paisagens, de espécies animais e vegetais, nativas e adaptadas, com alto potencial e que garantem a sobrevivência das famílias agricultoras da região. Na sua pluralidade pode-se falar que existem pelo menos 12 tipos de caatingas, que chama atenção especial pelos exemplos incríveis de adaptação ao habitat. Fonte.



Em Pernambuco são 3 milhões 655 mil pessoas que vivem no Semiárido, o que corresponde a 41,46% da população do estado, e a 20,91% da população residente no semiárido brasileiro. (IBGE (2010).

O que exige um olhar diferenciado para a ação de políticas públicas e para pensar um modelo de desenvolvimento que considere todas as especificidades existentes (JALIL, 2016). A Região do Sertão do Pajeú abrange uma área de 13.350,30 Km² e é composta por 20 municípios¹⁶. Destaca-se também por ser uma região com forte atuação de movimentos sindicais e sociais, a exemplo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC) e algumas organizações feministas, o que o faz ser identificado como um território feminista (JALIL, 2016).

São diversas as experiências e projetos desenvolvidos na região do Pajeú em ações articuladas e integradas entre organizações e movimentos, voltadas para práticas agroecológicas e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido.

Foi nessa região que o Projeto ATER Mulher foi desenvolvido e a pesquisa de campo foi realizada. As narrativas das agricultoras e técnicas revelam alguns desafios, avanços e indicam elementos para nossas análises. Quando perguntadas sobre qual a percepção de ter uma ATER específica para mulheres as agricultoras e técnicas enfatizaram sua importância e diferença.

O ATER Mulher é diferente, [...] ele é direcionado para as mulheres do campo. Então, assim procurando atender às necessidades dessas mulheres. Porque procura ouvir a mulher, saber o que ela mais necessita na sua comunidade e como pode ser feito. Com a parceria das técnicas, com a agricultora, ali,

¹⁶Distribuídos em microrregiões: Microrregião São José do Egito: Itapetim, Tuparetama, São José do Egito, Santa Terezinha e Brejinho; Microrregião de Afogados: Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Igaraci, Ingazeira e Solidão e Microrregião Serra Talhada: São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi. Itapetim, Tuparetama, (Plano Territorial de Desenvolvimento



discutindo, procurando o melhoramento das suas hortas, dos seus quintais produtivos. Essa é a razão de ser uma ATER específica que procura entender, procura o que as mulheres mais necessita. (Agricultora II)

[...] é diferente sim! Porque com os homens as mulheres ficam mais tímidas e com as técnicas mulheres a gente num fica envergonhada pra falar das coisas mais de mulher [...] da vida sexual, dos problemas que a gente sofre [...] a violência, a gente não fala com os homens [...] (Agricultora I)

[...] antes, trabalhava em instituições mistas, a gente não dava esse foco de empoderar as mulheres. Na experiência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), vimos como as mulheres não sabem de suas terras. Elas não acompanham a gente, quem acompanha é o homem. Nós, técnicas mulheres, temos mais facilidade de chegar às mulheres. Alguns maridos não querem deixar sua mulher sozinha com um homem técnico. (Assessora técnica I)

As narrativas das agricultoras e técnicas apontam para a necessidade da ATER ter uma escuta específica à realidade das mulheres e reafirmam a necessidade de ser executada por técnicas para tratar das questões próprias de suas identidades enquanto mulheres (como as questões sobre violência, sexualidade, etc). Outra questão destacada aqui, é sobre os impactos da metodologia feminista nesse Projeto, provocando e questionado as relações sociais no âmbito da família. Os conteúdos trabalhados sobre economia feminista, divisão sexual do trabalho, violência contra mulher, provocaram mudanças no pensar e no sentir dessas mulheres. Vejamos alguns relatos:

Eu antes dessas capacitações, desses debates dentro do nosso grupo, eu fazia o serviço todo em casa, cuidava dos meninos. Assim, para mim o serviço era meu. E depois dessas discussões, desses debates dentro do grupo, mudei. Hoje, meu marido me ajuda bastante, não só dentro de casa, como com os filhos. Já cheguei, até, a viajar e deixar meus filhos três ou quatro dias com ele, sem me preocupar. Porque no começo eu achava que o serviço era só meu, mas sabendo, agora, que é dele também. Os direitos são iguais! (Agricultora I)



É presente na narrativa da agricultora o questionamento à naturalização da responsabilidade das mulheres com o trabalho doméstico, de cuidados, e a necessidade de transformar as desigualdades nas relações na família entre homens e mulheres.

Sobre a violência vivenciada pelas mulheres no âmbito das práticas agroecológicas, uma das técnicas entrevistadas chama atenção para a importância de valorizar a afirmativa construída pelo movimento feminista e agroecológico, sem feminismo não há agroecologia. Essa afirmação nos provoca a pensar sobre a relação entre a agroecologia e o feminismo, os pontos de convergências e tensões. Desafia a agroecologia como ciência, movimento e como prática, a superar as relações de poder entre homens e mulheres na família, e a opressão e exploração vivenciadas pelas mulheres em sua organização produtiva, acesso a bens e reconhecimento de seus saberes.

¹⁷Essa afirmação surgiu no debate com algumas feministas no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia em Porto Alegre em 2013. Depois passou a ser o lema do GT Mulheres da ANA no III ENA em Juazeiro em 2014, ver em www.agroecologia.org.br.



[...] a gente tem um lema: sem feminismo não há agroecologia. Como a gente pode discutir agroecologia, quando as mulheres estão sendo desrespeitadas? Por aí afora, acham que agroecologia é só não usar veneno, mas é não existir violência contra às mulheres, é também não ferir a terra, não usar enxada, tem todo um processo de cuidar, da terra[...] se ainda existe violência não existe agroecologia completa. Temos práticas agroecológicas, troca de insumos, várias que proporcionam, mas quando a gente volta pra sem feminismo não há agroecologia, acho que a gente quer e pensa para o mundo, são poucos os exemplos. A gente vai caminhando porque a gente quer e acredita e quer que chegue. (Assessora técnica II)

Para as agricultoras, a violência contra a mulher no trabalho rural é um tema difícil de ser tratado, e precisa garantir uma assessoria continuada, assim como ações de apoio às mulheres que enfrentam violência pela gestão pública nos municípios.

Teve oficina nesse sentido, muito boa. Muito debatido, quais os nossos direitos. Isso veio a esclarecer muitas coisas que a gente não sabia. É um tema que aqui é difícil de ser tratado. Tem muita coisa a fazer nessa área de violência contra a mulher, dentro dos grupos de mulher, principalmente na zona rural.[...] na comunidade rural é mais difícil saber quando uma mulher sofre violência, por que mora longe uma da outra né? As vezes ela sofre lá. Eu não tô falando só da violência física, não, eu tô falando da violência mental que é uma agressão, como ele trata a mulher[...] essa oficina que a gente teve nos orientou [...] é um tema pra ser trabalhado ainda, que eu acho que tem dar continuidade em outros sistemas, em outras atividades, ele precisa ser mais trabalhado. (Agricultora II)

Um outro elemento que observamos sobre a produção das agricultoras, é que muitas já produziam e comercializavam seus produtos nas comunidades, nas feiras e nos municípios, antes do Projeto ATER Mulher ser implementado. Nos relatos das agricultoras e também das técnicas, fica evidente que já havia um trabalho de assessoria técnica desenvolvido por uma organização não



governamental feminista¹⁸, nessa região, o que possibilitou uma maior coerência entre as propostas do projeto, com as práticas anteriores, não sendo percebidas como novidades metodológicas e políticas, mas, bem sim, como reafirmação das escolhas e estratégias desenvolvidas anteriormente.

Reconhecer a existência de uma ATER Feminista desenvolvida por algumas organizações (mesmo que poucas) antes da formulação e inclusão das questões específicas na política de ATER, nos possibilita compreender o processo de construção da ATER Mulher, como vimos no item anterior.

Vejamos o que dizem algumas mulheres:

Essa chamada possibilitou trazer de volta esse trabalho, e foi muito bacana mesmo. Estar com as mulheres, como fazíamos lá atrás. (Assessora técnica III)

Eu já participava das feiras na minha comunidade. Agora eu participo na feira do município e vendo para o PNAE da prefeitura. E também na minha comunidade. (Agricultora IV)

É, melhorou bastante. Porque eu já vendia nas feiras há muitos anos. Aí depois da chamada ATER Mulher, eu comecei entregar no PAA do IPA. É um programa muito bom! [...] entrego galinha, ovos, bolos. (Agricultora V)

[...] a agroecologia, na verdade, foi reforçada porque já era tratada, há tempos, pela Casa da Mulher do Nordeste. Todas as técnicas que trabalhavam lá com a gente, elas tratavam da agroecologia. E mudou muito, assim, a forma da gente trabalhar e também orientar os esposos da gente, porque para eles, tudo deles era veneno, queimar tudo, danar veneno. “Vamos passar veneno”! Se era uma roça de milho, “vamos passar veneno”! Se era uma roça de pasto, “vamos passar veneno”! E a gente foi orientando e foi mudando essa lógica deles trabalhar. (Agricultora III)

¹⁸A Casa da Mulher do Nordeste desenvolve práticas educativas e assessoria feminista no Sertão do Pajeú desde 2003. Para mais informações consultar www.casadamulherdonordeste.org.br



Quando indagadas sobre a relação com a assessoria técnica, observa-se nos relatos das mulheres rurais, a ênfase na amizade e aprendizagem estabelecida entre elas no desenvolvimento do Projeto. Algumas falam em parceria e chegam a destacar que há uma troca entre elas, tanto ensina como aprende também. Indicando assim ser uma relação horizontal, onde a troca e diálogo de saberes parece acontecer entre técnica e agricultora. Também enfatizam que a assistência técnica praticada por técnicas mulheres é melhor, porque elas se sentem mais à vontade que por técnicos homens. Vejamos o que elas analisam sobre essas questões.

[...]é diferente sim! Porque com os homens as mulheres ficam mais tímida e com as técnicas mulheres a gente desenrola e num fica envergonhada. (Agricultora II)

O ATER Mulher é diferente, porque tem as capacitações que a gente aprendeu nos intercâmbios sobre as plantas medicinais para fazer remédios. Tanto ensina como aprende também. E a convivência do dia a dia com a violência que as mulheres sofrem, que não é pouca. É muita! E tudo isso é esclarecido nas oficinas de ATER para Mulher. Por isso, acho que é diferente das outras. (Agricultora III)

[...] as técnicas mulheres são mais sensíveis aos grupos de mulheres[.] (Agricultora IV)

Nas primeiras reuniões teve um levantamento das necessidades, dos nossos desejos, das nossas curiosidades, das nossas dificuldades. [...] primeiro elas ouviram a gente, o que eu acho que foi um ponto positivo. Ouvir nossas necessidades, o que estávamos querendo. Daí partiu o trabalho delas trazer o conhecimento pra comunidade.[...] então, houve muita troca de conhecimento do nosso saber, valorizar o nosso saber, né? E trazer as técnicas para auxiliar o nosso saber. Muitas trocas de experiências, muito relatos dentro dessas oficinas por pessoas mais velhas [...] às vezes, a gente sabia fazer as coisas mas faltava um pouquinho pra melhorar [...] (Agricultora II)



Essa também foi uma observação feita pelas técnicas quando falam que as agricultoras preferem técnicas mulheres porque acham que são melhor entendidas, sentem-se mais à vontade para falar de assuntos relativos à sexualidade e violência, por exemplo. Essa questão indica para a política de ATER, o quanto se faz necessário trabalhar a formação sobre gênero e feminismo nas equipes técnicas. Entender que existem questões do campo da subjetividade feminina que só compreende quem vive e sente. Também, considerar o contexto vivenciado por essas mulheres marcado pelo patriarcado nas relações familiares, onde muitos dos maridos não permitem que suas mulheres sejam acompanhadas por técnicos homens.

[...] com base no feminismo e na realidade das mulheres [...] construímos a teoria a partir do conhecimento delas. As práticas acontecem com a participação das mulheres. Elas constroem. Na verdade, a gente constrói um roteiro, elas constroem os conhecimentos. Ex: armazenamento de alimentos, estocagem de alimentos para animais, silagem, feno, sementes [...] na perspectiva da convivência com o semiárido. Trabalhamos a fitoterapia animal e as mulheres deram um show de bola! Algumas mulheres ministraram as próprias oficinas, ficamos na facilitação. [...] elas têm um conhecimento muito forte, fizemos momentos de intercâmbios, isso proporcionou uma ensinar à outra. Foi muito forte! (Assessora técnica II)

Outra questão que chamamos atenção é para os riscos com a proximidade e os laços de amizade criados com as técnicas, enfatizados pelas agricultoras. É inquestionável a importância de haver uma avaliação positiva sobre as técnicas: de respeito, cuidado e afeto e, como elas mesmas colocam, de aprendizado mútuo. Logo, sabemos que há uma relação de poder diferenciado entre a assessoria técnica e a agricultora e que deve ser problematizada.

Cabe aqui, o olhar de pesquisadora, questionar, estranhar, problematizar a realidade estudada, como nos fala Bourdieu (1999). E sobre isso indagamos: pode essa relação criar uma certa intimidade levando a confundir os papéis de cada uma, escondendo e dificultando explicitar as

t e n s õ e s ?

C o m o

s e



expressam as críticas e as insatisfações ocorridas no processo? Essas são questões que precisam ser observadas e consideradas.

Quanto à metodologia usada no Projeto, analisamos o Edital da Chamada Pública, onde está previsto o desenvolvimento de metodologias participativas e de temas como divisão sexual do trabalho, a economia feminista e solidária entre outros.

Deverão ser abordados os conceitos de economia feminista e solidária, de igualdade de gênero, divisão sexual do trabalho, trabalho não remunerado, socialização do trabalho doméstico e dos cuidados, organização produtiva das mulheres [...] (Chamada Pública número 10/2013/DPRQ/MDA, p.7)

Observamos que o Projeto foi desenvolvido baseado nos princípios feministas: conteúdos e metodologia proposta pela DPMRQ, prevista no referido Edital. Os relatos das agricultoras indicam que o Projeto trabalhou com uma perspectiva ampla sobre ATER, articulando outras dimensões para além da econômica e produtiva, como a política, a sexualidade e subjetividades também. Em nossa análise, existe coerência entre as narrativas das gestoras e das agricultoras quando se referem à importância da ATER Mulher incidir nos conteúdos e na ampliação da visão feminista.

[...] a gente está discutindo a necessidade de superar a contradição do trabalho produtivo e reprodutivo, são todos trabalhos e precisam estar articulados. Então, preciso discutir isso com a ATER, porque se eu não discutir economia feminista nesse tema, [...] a ATER vai pra campo e vai reproduzir os processos históricos de desigualdades, vai deixar a mulher

Quando perguntadas sobre a divisão do trabalho doméstico em suas casas, observamos nas narrativas das agricultoras terem abordado essa questão nos eixos das ações do Projeto, fez com que, para algumas mulheres, fossem provocadas a pensar sobre a natureza deste trabalho e a

r e s p o n s a b i l i d a d e ,



refletindo sobre os arranjos na família e a participação de outros membros nas atividades domésticas e de cuidados, tendo que ser compartilhado com os homens na família.

Assim, pra mim também foi debatido aqui esse tema. E pra mim, assim, foi um tema muito bom, também. Eu só que vou fazer as coisa em casa? Às vezes eu saía, chegava em casa e se não tivesse almoço pronto, chegava cansada da feira, de qualquer lugar, já tinha trabalho. Eu: você fez almoço? Ele, “não!”. Apôis, eu também num vou fazer, não! (risos) Porque o direito, assim pelo debate com as meninas, com as técnicas daqui, eu aprendi que as tarefas de casa não podem ser só minhas. Por que, também, eu num ajudo ele fora? Ele também pode me ajudar muito bem em casa! Então, assim, eu cheguei pra ele e conversei: ou você faz ou, então, morre de fome! Porque, eu já comi fora. Então, faça também pra você e pros menino da gente, porque os meninos, os filhos não só da mulher. Tem que os dois 'tomar de conta' dos filhos, cuidar da casa e da roça e de qualquer lugar. Os dois que têm direito. (Agricultora IV)

Fizemos oficinas pra levantamento do trabalho que elas realizam. No quintal, o trabalho não é visto e tem uma sobrecarga muito grande. Elas trabalham muito, fizemos o mapa da propriedade, elas estão em tudo, trabalham muito e não enxergam isso. Quando a gente pergunta que horas levanta. Elas levantam às 4 horas da manhã e são as últimas a se deitar, quando todos dormem, às 10 horas. Teve momentos que foi até chocante para elas [...] muitas dizem que os companheiros ajudam mas, no grande grupo, não assumem, dizem que eles ajudam. Mas o que a gente vê no cotidiano não é o real. É raro o caso que, verdadeiramente, os homens dividem o trabalho em casa. Não é fácil, é provocar um conflito. Quem faz isso são as lideranças, principalmente as que passaram pela escola feminista [...] já conseguem provocar esse conflito, não é fácil. São mulheres mais jovens. Muitas dizem: ele ajuda, me permite ir na feira [...] já ouvi uma dizer, nasci pra isso pra carregar o fardo, lá em casa ninguém olha pra isso quer as coisas prontas. As mais jovens conseguem provocar mudanças. (Assessora técnica III)

Outro aspecto do Projeto apontado pelas agricultoras, foi sobre a produção de conhecimentos. A agricultora IV analisa a importância desse Projeto na vida dela, ressaltando os aprendizados e os conhecimentos

a d q u i r i d o s .



Segundo ela, o que se aprende não tem preço! E conclui dizendo: «quando você tem o conhecimento, você tem aquela capacidade, você

[...] sobre o autoconsumo, o projeto aqui na nossa comunidade, melhorou bastante a nossa alimentação. Eu tenho meu quintal, mesmo eu não tendo pra vender, mas eu tenho pra consumo. Minha criação de galinha está pequena, mas eu como ovos e a carne eu já não preciso comprar mais. As meninas aqui na comunidade têm horta, pra gente facilitou, porque pega um coentrinho verde; vai ali, na colega, pega o pimentão; tem a cebolinha, tem a alface, tem a couve. Isso a gente tem uma alimentação, hoje, mais saudável, bem melhor, aqui, na nossa comunidade, de um preço acessível mais que na rua, melhor ainda, porque a gente compra na própria comunidade. [...] Então, houve uma troca, houve essa experiência, houve esse conhecimento. Financeiramente, houve um crescimento do projeto ATER aqui dentro do grupo AMA. Porque tiveram novas técnicas de conhecimento de como reaproveitar melhor as sementes, a água, plantar de uma maneira correta, ter menos desperdício. Pra mim, isso foi ganho! Sem contar que eu considero bastante o ganho do aprendizado, porque eu acho que o ganho do conhecimento, aquilo que você conhece, aprende, não tem preço. [...] às vezes, no meu grupo, se fala muito no fomento, muito em dinheiro [...] mas se a gente levar em consideração o que a gente recebe dentro de um projeto desse, que eu sempre falei isso, que pra mim é o mais importante, tá? Quando você tem o conhecimento, você tem aquela capacidade, você pode fazer.” (Agricultora IV)

O relato da agricultora traz muitos elementos da economia feminista, como vimos, um conteúdo fundamental na metodologia da ATER Mulher. A economia feminista questiona a economia clássica que desconsidera e invisibiliza a contribuição econômica das mulheres. Busca, em primeiro lugar, visibilizar as mulheres como “sujeitos” econômicos e, assim, enfocar o grande

¹⁹Economia clássica preocupa-se com o trabalho como fonte do valor das mercadorias (Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* em 1776). Os economistas clássicos não consideravam o trabalho doméstico nem as mulheres em suas análises econômicas.



volume de trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres (FARIA, 2009). Valoriza o trabalho doméstico e de cuidados, como parte do sistema produtivo, ou seja, quer desconstruir a visão dicotômica que separa trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (trabalho de mulher, trabalho de homem).

Ela ressalta, em sua narrativa, o valor do bem-estar em sua vida através da alimentação saudável, das trocas solidárias entre as mulheres em sua comunidade, no valor imaterial do conhecimento, e do autoconsumo, princípio fundamental para agroecologia e para a economia solidária. Por fim, ressalta o conhecimento como uma capacidade para fazer você mesma algo em sua vida.

Dialogando com Carrasco (2012), que se aporta no conceito de desenvolvimento de Amartya Sen²⁰, e a partir da economia feminista desenvolve o enfoque das capacidades. Compreende que a centralidade está nas necessidades humanas, e na oferta de oportunidade para as pessoas desenvolverem capacidades e escolherem o que querem para suas vidas.

Capacidades aqui expressa no relato da agricultora, no conhecimento sobre agroecologia e economia feminista que fez com que ela escolhesse mudar sua alimentação e investir em seu quintal produtivo, onde contribui para sua segurança alimentar através do autoconsumo e das trocas de produtos com outras mulheres.

Sua experiência demonstra ser um bom exemplo de indicadores com base na experiência das mulheres, como fala Cristina Carrasco. Em seu estudo, indica nove capacidades²¹ aqui destacamos: a saúde, a educação e o

²⁰Ver, principalmente Sen 1992, Desenvolvimento como liberdade.

²¹As capacidades do estudo de Carrasco são: acesso à água, à educação e ao conhecimento, a um espaço doméstico adequado e seguro, a um trabalho remunerado e a rendimentos, à mobilidade, aos cuidados, ao tempo livre, a uma vida livre de violência, à participação social e política na comunidade e, por fim, inclui indicadores específicos para população imigrante.(Carrasco, 2012, p.21).



que, juntos, dialogam com a experiência aqui registrada. Podemos observar nas narrativas das mulheres que o Projeto ATER Mulher trouxe impactos em várias dimensões de suas vidas: como o acesso às novas tecnologias e aos conhecimentos, na forma de fazer agricultura, na relação familiar, na política, no acesso a mercados e na maneira de pensar e agir como mulher no mundo.

Considerações Finais

Os movimentos de mulheres rurais e feministas em sua forma de organização, sua visibilidade pública e sua diversidade, ampliaram seus campos de luta e suas bandeiras, saindo das reivindicações previdenciárias e de direitos sociais, para temas ligados à produção e ao modelo econômico, assim como questionaram o papel atribuído à mulher na agricultura familiar, à violência de gênero. O que se observa é o fortalecimento da auto-organização das mulheres rurais nos movimentos sociais do campo, e uma maior aliança com os movimentos feministas.

À medida que tais movimentos e organizações de mulheres se fortaleceram e foram transformando a agenda do desenvolvimento rural, integrando-se nos debates mais amplos e construindo alianças políticas na defesa dos seus direitos. Essas novas práticas sociais foram capazes de impulsionar o Estado a elaborar políticas públicas voltadas para o acesso das mulheres à cidadania e à promoção da autonomia econômica com vistas à maior igualdade, a exemplo da ATER Mulher. Viu-se que o compromisso do Estado com as questões das mulheres rurais ganha materialidade com a criação da DPMRQ, que buscou legitimar os movimentos de mulheres rurais e feministas, e construir canais de participação, que, como retrata a pesquisa, foram fundamentais para os avanços da política de ATER. No âmbito das capacidades de articulação com a sociedade civil e outros ministérios do



governo, o Comitê Gestor de Organização Produtiva, foi estratégico no diálogo, na construção de propostas e concertação, entre a DPMRQ e os movimentos de mulheres rurais e mistos, se configurando num espaço de muitas trocas de conhecimentos e preparação de ambas as partes, gestoras e militantes, para enfrentar os debates e as disputas dentro e fora do governo.

A experiência de ATER Mulher aponta para a necessidade de reconhecer a existência dos conflitos e disputas no âmbito da sociedade civil e que se expressam nas ações do Estado, a exemplo das políticas públicas. Vimos, no âmbito da construção da ATER, as disputas entre os movimentos em defesa da agroecologia e os movimentos feministas. O lema Sem Feminismo não há Agroecologia permanece enquanto desafio e necessita ser aprofundado e enfrentado por esse movimento.

Podemos assim afirmar que esses movimentos alteraram as dinâmicas e estruturas do Estado em sua forma e regras. Desenvolveram estratégias de ação por mudar a forma de representação, quando propõe ser as mulheres as representantes dos movimentos e interlocutoras com o Estado. Como também mudam as regras de representação e exigem ser as mulheres os sujeitos das políticas públicas.

No que se refere à contribuição da política de ATER Mulher na mudança de conteúdos e de práticas, indicamos sua importância em questionar o Estado sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar e exigir o reconhecimento delas como sujeitos econômicos e produtivos, no âmbito do desenvolvimento rural. A problematização da divisão sexual do trabalho foi central para análise da política de ATER e compreensão das condições de opressão e violências vivenciadas pelas agricultoras nas relações familiares.

No âmbito da política vivida, destacamos o papel das Agricultoras e Técnicas, que passam tanto a trazer para a esfera pública questões que se relacionam às suas práticas, buscando recolocá-las e ressignificá-las, quanto propor outro projeto de sociedade, fortalecendo o movimento

f e m i n i s t a e a a u t o -



organização das mulheres rurais em sua pluralidade, articulando os vários espaços em que estão inseridas, partindo desde o local ao nacional, ampliando e complexificando o fazer da política.

E, nesse sentido, podemos concluir que a experiência de ATER Mulher no Pajeú, proporcionou às técnicas e agricultoras, refletirem criticamente sobre sua participação em suas comunidades, exigindo nos diversos espaços, nas organizações, sindicatos, conselhos e associações seus direitos e sua participação como cidadãs, transformando assim a política local. A experiência do ATER Mulher demonstra, ainda, sua importância para garantir o acesso das mulheres à ATER. Em nossa análise, contribuiu para transformar o padrão universal masculino nas políticas públicas e inserir a perspectiva feminista.

Trazendo para a atual conjuntura política do país com o governo Michel Temer, muitas mudanças interferiram nos avanços conquistados no âmbito das políticas públicas para mulheres rurais, a exemplo da extinção da DPMRQ do MDA e, com isso, a política de ATER Mulher. Chamamos atenção para o risco de retrocessos no processo democrático que havia em curso, na relação entre Estado e sociedade civil, na disputa pela hegemonia.

Destacamos, também, sobre os discursos e posições em defesa às políticas universais e generalistas – questionado, inclusive, o sentido de garantir ATER para mulheres –, que parecem ganhar força nos debates entre os movimentos rurais mistos e no Estado. Nesse momento, levantando o alerta para os possíveis retrocessos. Como disse Barbosa Lima Sobrinho “o ataque aos direitos adquiridos é um ataque ao próprio direito”. (Oliveira, 2001, p.)

A experiência do ATER Mulher é inspiradora e indica muitos elementos para o enfrentamento das disputas e conflitos com o Estado e com a sociedade em geral, que parece encontrar tempos mais difíceis. As desigualdades entre homens e mulheres no meio rural não estão superadas. Integrá-las à família como um “todo” homogêneo, parece ser um risco de, novamente,



invisibilizar a separação entre trabalho masculino e feminino. O patriarcado na família, no Estado e na sociedade não foi superado. Sejam os vigilantes!

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. et al. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob Suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2012.

DAGNINO, E. **Sociedade Civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In DAGNINO, E (org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.285-302.

FARIA, Nalu. **Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. BUTTO(org.) MDA. Brasília, 2009, p.13-28.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Contexto dos Territórios da Cidadania**. In BUTTO, Andrea et al (Org.) Mulheres Rurais e Autonomia: formação e participação para efetiva política pública nos territórios da cidadania. Brasília: MDA, 2014, p.14-44.

JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar**: a luta para a transformação do meio rural. 2009. 198 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Na Luta política, a política que se transforma: o protagonismo das mulheres rurais no sertão do Pajeú, PE - Brasil**, 2016. (artigo apresentado para o IICA).



KERGOAT, Daniele. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo.** In NOBRE, Mirian (Org.) Desafios para Políticas Públicas: trabalho e cidadania ativa para as mulheres. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-69.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma:** que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis, 2001. 40 p. Programa Gestão Pública e Cidade/FGV.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **Mulheres Rurais e Políticas Públicas no Brasil: abrindo espaço para o seu reconhecimento como cidadãs.** In GRISA, Cátia; SHENEIDER, Sergio (Org.) Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p.571-590.



MULHERES RURAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: UMA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SUAS REAIS DEMANDAS

Michela Calaça
Célia Watanabe

Este artigo se propõe a refletir sobre a construção histórica de políticas públicas para as mulheres rurais a partir de suas demandas, considerando sua percepção de mundo rural e do reconhecimento delas como trabalhadoras rurais. Para tanto, faremos um breve resgate sobre a construção da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e como as mulheres se situavam nesse debate. Na sequência, versaremos sobre o período da redemocratização do Brasil e o protagonismo das mulheres rurais do país inteiro nas lutas e nos debates sobre a sua condição de trabalhadoras rurais, vindo a conquistar diversos direitos, com destaque na discussão sobre a Agroecologia como estratégia importante de fortalecimento do trabalho das camponesas. Por fim, iremos refletir sobre a construção dialógica de políticas com os sujeitos públicos dessa política, principais avanços e os desafios que a atual conjuntura impõe a essa pauta.



Por uma assistência técnica e extensão rural agroecológica e feminista As mulheres lutam e a vida melhora

Muito embora a agricultura no Brasil faça parte de toda a nossa história desde quando habitado apenas por nossos povos originários, passando pelo período de colônia de exploração e até os dias atuais, somente por volta de 1948 a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) adquire institucionalidade com a criação do Sistema Brasileiro de Extensão e, em 1968, transforma-se na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) com objetivo maior de promover a transferência tecnológica agropecuária para os produtores rurais (FONSECA, 1985). Nesse período, os países desenvolvidos já estão vivenciando a implantação da revolução verde, perspectiva que atua no sentido de inserir os camponeses e as camponesas em um mercado de produtos agrícolas que os e as levariam à dependência e subordinação aos interesses das grandes empresas multinacionais desse ramo. O Brasil desenvolvimentista investiu fortemente em uma política agrícola subordinada à indústria e fomentou a implantação de grandes campos de monocultura para a produção em alta escala e ampliação das fronteiras agrícolas, o que trouxe consequências danosas para as questões fundiárias, agrárias, sociais e ambientais, entre outras. Nesse contexto, a ATER chega ao Brasil vinculada a uma estratégia de modernização conservadora do campo (GRAZIANO, 1982). Essa investida ganha tamanha força, que incide na construção dos currículos dos cursos da área das ciências agrárias em todos os níveis – escolas técnicas e superiores. Essa lógica de ATER prevalece a partir dos anos 1970, mas sua implantação não se deu sem resistência.

Em um cenário de enfrentamento à ditadura militar e restauração da democracia, podemos citar duas formas de resistência: uma advinda dos agrônomas e agrônomos que, envolvidos nas lutas ambientais e p o l í t i c a s



pela democratização, questionavam a adoção desse pacote tecnológico de dependência dos produtos químicos, máquinas e implementos. Esses profissionais se articulavam na Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e as/os estudantes na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Ambas as entidades buscavam demonstrar os tipos de agricultura alternativa ao modelo da revolução verde (PALUDO et al., 2013). É essa construção que, ao se aproximar das/dos camponesas e camponeses, amplia-se e forma a base da discussão agroecológica no Brasil.

Outra importante forma de resistência ainda é pouco sistematizada, e expressa a luta das camponesas, no questionamento ao modelo de agricultura vigente que não enxergava as mulheres. Predominava uma agricultura feita por homens e para homens, com imposição dessa lógica para toda a família. Segundo essa lógica, as camponesas eram proibidas pela assistência técnica a guardar suas sementes ou ter raças de animais que sempre criaram. Viram os plantios de sua família perderem a diversidade e serem homogeneizados em nome de um mercado cuja consequência foi o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e diversas técnicas de artificialização da natureza. Ainda assim, as camponesas se mantiveram guardando suas sementes, cultivaram em seus quintais algumas espécies que para elas eram importantes e, na medida do possível, preservaram suas raças preferidas de animais. No entanto, nem todas tiveram a oportunidade de se manterem na resistência, sendo levadas a fazer opções em relação ao que guardar e ao que perder. Mas os materiais e os conhecimentos preservados foram e são fundamentais para o desenvolvimento da perspectiva agroecológica.

Adicionalmente, a ATER, conservadora vigente, não levou em conta a condição da mulher e sua força de trabalho no campo, onde as condicionantes da estrutura patriarcal se refletem e as relações sociais de gênero, no dizer de Scheffler (2007, p. 157), "constrangem o desenvolvimento"



pleno das mulheres e obstaculizam a sua cidadania”, o que faz a agricultura familiar camponesa ser vista enquanto um modo de sobrevivência no qual “as relações de produção e reprodução se dão no mesmo espaço”. Elas atuam para além das tarefas domésticas circunscritas ao espaço privado, e são responsáveis por uma diversidade de atividades agrícolas, mas estas não são consideradas trabalho, quase sempre por sua dedicação à produção para o autoconsumo.

As mulheres e o reconhecimento como camponesas

A efervescência política do período da redemocratização do Brasil é demarcado pela mobilização de diferentes segmentos sociais. As camponesas também passaram a se organizar de forma mais expressiva na luta por reconhecimento de sua condição de trabalhadora rural e pela constituição de direitos. Muitas eram organizadas em sindicatos, em movimentos sociais de luta por terra, entre outros, mas parcela das camponesas entendiam que era necessário instituir novas formas de organização, nas quais a pauta das mulheres camponesas fossem visíveis. Elas buscavam o reconhecimento como trabalhadoras, rejeitando o rótulo de ajudantes ou apenas esposas de alguém, e também buscavam debater a agricultura enquanto seu modo de vida e trabalho. Assim nasceu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reuniu diversos coletivos de camponesas organizadas em diferentes estados Brasileiros e cuja primeira grande luta de forma mais organizada foi pelo reconhecimento de seus direitos previdenciários na constituição de 1988, e posteriormente seguiram em luta pela regulamentação de cada direito: em 1991, passaram a ter direito à aposentadoria rural; em 1992, ao auxílio em casos de acidente de trabalho; em 1994, ao salário-maternidade. Ainda assim, a cada conquista se percebia a existência de



Estado. Em 1997, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) iniciou uma campanha chamada “Nenhuma Trabalhadora sem Documento”, pois se percebeu que, mesmo com a conquista dos direitos formalmente em lei, muitas camponesas, em especial do Nordeste e do Norte, ainda não conseguiam acesso a esses direitos, pela ausência da documentação. Muitas não existiam para o Estado, visto não contarem nem com a certidão de nascimento.

Nessa mesma linha, no sentido de dar visibilidade ao trabalho e à luta das mulheres rurais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e várias organizações parceiras, realizaram em 2000 a primeira Marcha das Margaridas, com um caráter de denúncia das condições em que as camponesas viviam face à agudização do neoliberalismo no Brasil. A partir de 2003, o foco passa a ser a visibilidade à pauta das mulheres do campo, das águas e das florestas, associada a uma agenda de negociações por políticas públicas com os governos. Em sua dinâmica, a Marcha acontece em todos os estados brasileiros e culmina em uma grande mobilização nacional. A última realizada foi em 2015, contou com a participação de aproximadamente 100 mil mulheres rurais de todo o país reunidas em Brasília. A Marcha das Margaridas representa um momento de grande visibilidade para as lutas travadas por todas as mulheres rurais todos os dias, representando, nos últimos 14 anos, uma importante interlocutora do governo para melhorar a vida das camponesas.

Construindo as respostas

O Estado brasileiro tinha toda sua ação voltada para o grande produtor, principalmente aqueles que se “modernizaram” e se tecnificaram a partir da lógica da revolução verde. Mas esse modelo se mostrou concentrador de terras, associado ao aumento do êxodo rural, com favelização dos

c e n t r o s



urbanos e bolsões de miséria nas áreas rurais e periurbanas, além do agravamento do quadro de conflitos agrários. O ano de 1996 ficou gravado na história do país pelo massacre de 19 trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará.

Ampliam-se as ações dos movimentos sociais que exercem forte pressão. Mesmo na fase mais agressiva do neoliberalismo, o Estado Brasileiro começa a dar resposta às demandas dos camponeses, muito embora, em princípio, seja para financiar, via empréstimo, a “modernização” das áreas de produção camponesa. Assim, nasce o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e também a utilização do termo agricultura familiar.

As lutas por terra, por direitos, por assistência técnica se mantêm fortes e cada dia as camponesas ampliam suas lutas e demandas por direitos. A partir de 2003, essas demandas vão encontrar um lugar no Estado para que as respostas sejam construídas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário passa a ser melhor estruturado e, respondendo às demandas das camponesas, foi criada a Assessoria Especial em Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), que posteriormente transformou-se em uma diretoria com orçamento próprio e programas a ela vinculados: a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ).

Nesse bojo de transformações no Estado brasileiro, na forma de elaboração, execução e gestão de políticas públicas, associada à visão das mulheres na luta por direitos, o tema da assistência técnica e extensão rural ganhou força ao incidir na pauta de reivindicação das camponesas em duas vertentes: a) que possa existir uma ATER capaz de atender às demandas específicas das mulheres, considerando o que elas querem produzir, que pense as ações olhando as condições de trabalho delas e que respeite o seu conhecimento; b) as mulheres também querem ser consultadas e envolvidas no trabalho que acontece em toda a propriedade da família. Se existe uma assistência técnica



que atende a família, esta deve trabalhar levando em consideração a melhor forma de incluir as mulheres nas tomadas de decisão, porque no trabalho, seja de plantio, tratos culturais, colheita e beneficiamento, elas já estão envolvidas.

A ATER voltada para a “família”, tratada aqui como ATER geral, sempre teve dificuldade em enxergar as mulheres na condição de trabalhadoras. Limita-se a considerá-las como auxiliares, realizadoras de trabalho não produtivo ou apenas como alvo do “trabalho social” da equipe. Essa não é uma característica individual do agente de ATER, ou mesmo das organizações de ATER, é uma postura que reproduz o sistema patriarcal que se estabelece via divisão sexual do trabalho e atribui socialmente à mulher camponesa o lugar de ajudante na unidade produtiva familiar.

Pensando sobre o caráter familiar da produção

A agricultura familiar camponesa é a principal produtora de alimentos do país e é uma agricultura que tem o trabalho mais sustentável, que busca a valorização das tradições e dos saberes locais. E, por ser familiar, traz em si questões que não podem ser invisibilizadas.

Vivemos em uma sociedade baseada no sistema de exploração/opressão capitalista, patriarcal e racista, na qual a família é um dos principais meios de manutenção desse sistema, porquanto se ancoram em estruturas de poder que favorecem, na maioria dos casos, os homens. A lógica da família como uma unidade homogênea, na qual os interesses são sempre comuns e representados por uma só pessoa, não é real, uma vez que mulheres e jovens têm olhares e interesses distintos do interesse do marido/pai.

Não é raro identificar famílias cuja estrutura destitui mulheres e jovens do poder não só de decidir, mas também de opinar. Conhecer essa realidade é importante para que as organizações sociais, movimentos sociais,



organizações não governamentais, organismos governamentais, entre outros que atuam no universo da agricultura familiar camponesa possam contribuir para a superação das desigualdades e construir relações justas entre as pessoas e com a natureza.

No rural brasileiro, ainda encontramos associações e cooperativas em que apenas uma pessoa da família representa toda a família. Reforçar essa lógica pode ampliar a subordinação de alguns sujeitos da família e delegar apenas a esses a responsabilidade de sair da condição em que se encontra. De forma empírica, podemos perceber, durante nossa vida profissional, que atitudes como essas nas organizações fazem com que as mulheres e a juventude muitas vezes só participem de atividades que o homem não considera importante ou nunca venha a participar. É importante discutir em que medida os projetos que são construídos pelas organizações dos camponeses e das camponesas podem incorporar a dimensão que reforça ou desconstrói a subordinação das mulheres. Não podemos pensar a construção de um desenvolvimento sustentável sem que mulheres e a juventude construam isso junto e que se baseie em relações justas.

A título de provocar a reflexão sobre essa questão, é recorrente ouvirmos a frase “trabalhamos na lógica da família e na lógica da família todos estão incluídos”, utilizada com frequência para justificar a elaboração e execução de projetos com ações voltadas para os homens e a partir das necessidades deles, como se o pensamento do “chefe da família” estivesse sempre voltado para o bem comum.

Entretanto, as inúmeras experiências de trabalho com famílias camponesas têm mostrado que o trabalho das mulheres é que realmente beneficia toda a família, pois, quase sempre, elas investem todo o dinheiro que ganham para atender às necessidades das/os filhas/os e da casa (QUINSUMBING e outros, 1995; QUINSUMBING e MALUCCIO, 1999).



Deere e León (2002) trazem de forma resumida algumas conclusões sobre essa questão:

[...] Uma quantidade considerável de evidências empíricas tem sido coletada interculturalmente e demonstra que: a) nem toda a renda gerada pelos membros da família é necessariamente reunida em um fundo comum; b) homens e mulheres gastam sua renda de modos diferentes; e c) a renda reunida no fundo comum não resulta necessariamente em consumo compartilhado ou em partes iguais destinadas ao consumo para todos os membros da família. Descobriu-se que a renda controlada pela mulher tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e o bem-estar dos filhos do que a controlada pelo homem. (MOSER, 1989; QUINSUMBING e outros, 1995, QUINSUMBING e MALUCCIO, 1999 APUD DEERE e LEÓN, 2002, p.)

Nesse contexto, é importante refletir em quais itens as mulheres rurais geralmente gastam o dinheiro que ganham e estabelecer um comparativo com aquilo em que os homens geralmente gastam. Deere e León (2002) citam os estudos de Reinhardt (1988); Deere (1990); Buarque e Warren (1981) entre outros que trazem exemplos concretos dessa diferença em vários países da América Latina.

O estudo realizado por Deere (1990) descreve a seguinte situação:

Dentre famílias camponesas pobres, a autonomia econômica feminina era uma condição necessária para garantir o consumo compartilhado do produto do trabalho da família. Homens camponeses pobres podiam fazer uma venda no mercado e ir direto para um bar, onde bebiam o trabalho da família de um mês inteiro. Era comum ver uma mulher tentando desesperadamente arrancar o marido de uma chichería (bar) exatamente por isso (DEERE, 1990, p. 287 apud DEERE e LEÓN 2002, p. 43).



Infelizmente, esse não é um quadro que se refere somente ao passado. Situações como essas nos ajudam a perceber a importância de incluir as mulheres nos projetos de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento econômico. A inclusão das mulheres na vida econômica das famílias melhora a qualidade de vida de todas/os.

Mas, esse é apenas um dos elementos que gostaríamos de discutir com quem ainda pensa ser possível que a família seja representada pelos homens. A partir da história de luta e organização das mulheres, é importante também salientar que elas têm o direito de participar por serem cidadãs e não apenas porque podem trazer melhores resultados ecológicos, econômicos e sociais.

Até mesmo os organismos internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), como demonstra o estudo de Almeida (2017), já têm elementos que apontam que o investimento nas mulheres melhora as condições de vida das famílias e do próprio país. Assim, como Almeida (2017), somos críticas à perspectiva de ação desses organismos que colocam sobre as mulheres a responsabilidade de gerenciar a pobreza, quando apresentam como saída econômica para os Estados a implantação do neoliberalismo que traz no seu bojo a desresponsabilização do Estado e atribui às pessoas a responsabilidade de melhorar sua condição de vida. Entretanto, reconhecemos que os incentivos desses organismos para que os Estados implantassem políticas públicas que atendessem às demandas econômicas das mulheres, contribuíram para que elas pudessem construir novas saídas para melhoria de suas vidas.



A influência da participação nos espaços construtores das políticas públicas

Em 2008, aconteceu em todo o país o processo de construção da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, espaços de amplo diálogo entre o Estado e a sociedade. Nessa conferência, as camponesas tiveram uma atuação muito destacada, o que possibilitou que várias de suas demandas fossem aprovadas. No documento final dessa conferência, é possível encontrar a realidade das mulheres *t r a n s v e r s a l i z a d a* .

Indica aspectos importantes para a construção da autonomia política, econômica e social das mulheres: a titulação conjunta obrigatória da terra para homens e mulheres. Entre a I e a II CNATER ocorreu a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) que delibera pela obrigatoriedade de 50% de mulheres atendidas nas chamada de ATER Agroecológica, esse é um importante reconhecimento do papel das camponesas na construção da agroecologia.

Na II CNDRSS foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que se materializa no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), também representa um marco na possibilidade de valorização do trabalho das mulheres, que participaram da construção do plano em todas as etapas. No PLANAPO as mulheres rurais tiveram um papel importante desde o início, quando seus movimentos reivindicavam uma política pública para o fortalecimento da agroecologia. Em 2011, a demanda apareceu de forma central na Marcha das Margaridas.

O PLANAPO I trouxe várias metas que incluíam as mulheres rurais como beneficiárias, sendo as ações relacionadas à ATER as que constituíram o grande avanço, por instituírem um mínimo de 50% de mulheres como público da ATER Agroecológica e que 30% da equipe técnica fosse composta por mulheres.



O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), fruto da II Conferência de Desenvolvimento Rural, amplia a meta de no mínimo 50% dos beneficiários da ATER sejam mulheres em todas as chamadas públicas, vindo a se materializar no Plano Plurianual do governo federal (PPA 2016-2019) aprovado em 2015.

A conquista da meta de no mínimo 50% de mulheres atendidas pela ATER em todas as chamadas é muito importante, embora ainda não esteja plenamente instituída. O Quadro a seguir analisa a quantidade de mulheres beneficiadas nas chamadas da ATER, onde, mesmo apresentando um total de 52% de mulheres beneficiárias, nota-se que existem algumas modalidades de chamadas (leite, café), que pouco incluem as mulheres.

Quadro 1. Participação das mulheres como beneficiárias da ATER

Chamada	Nº de mulheres beneficiárias	Nº de beneficiários/as total	Porcentagem de mulheres beneficiárias
Agroecologia	20.782	28.473	73%
Pesca e aquicultura	3.774	8.680	43%
Sustentabilidade	17.653	58.545	30%
Sustentabilidade leite	4.194	22.806	18%
Sustentabilidade Café	708	6.294	11%
Diversificação áreas de tabaco	5.561	10.660	52%
Sustentabilidade PNCF ¹	7.167	24.002	30%
Jovens rurais (2012)	120	280	43%
PBSM ²	62.983	76.959	82%
TOTAL	122.942	236.699	52%

¹ Chamadas públicas para os/as beneficiários/as do Programa Nacional de Crédito Rural.

² Chamadas públicas ligadas ao Programa Brasil Sem Miséria para agricultores em



Cabe ainda, observar esses números qualitativamente, analisando se a metodologia e o conteúdo trabalhados são adequados para o atendimento das demandas das camponesas.

ATER MULHERES - o começo da mudança

A ATER Específica para Mulheres, realizada no âmbito da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA, representou um avanço metodológico e uma possibilidade real de valorização do trabalho das mulheres no meio rural.

A primeira experiência de ATER para as mulheres foi realizada com uma metodologia de trabalho coletivo, com a organização em grupos produtivos. Isso possibilitou um bom debate metodológico no campo da agroecologia, mas a partir da mudança na Lei de ATER em 2010 foi necessário adaptar a metodologia para uma ação voltada para o indivíduo, o que foi trabalhado com criatividade pelas organizações feministas que atuavam na execução das chamadas de ATER Mulher.

Esse processo trouxe outros desafios, vindo a potencializar debates com Universidade, construindo parcerias para realizar formação em feminismo e agroecologia visando melhorar a atuação da ATER Mulher e geral. Importante visualizar que a parceria possibilitou identificar as múltiplas possibilidades do diálogo entre a gestão da ATER, universidades, agentes técnicos e organizações representativas das mulheres rurais em uma perspectiva de consolidação da metodologia de ATER feminista e agroecológica.

Mesmo entendendo essa experiência como fundamental para pensar a metodologia da ATER agroecologia e os desafios da execução dos 50% de ATER para mulheres, a iniciativa não atingiu nem 1% do número de mulheres rurais do Brasil, sendo claramente uma experiência piloto.



Desafios do último período

Pensar uma ATER Mulher pública, gratuita e de qualidade passa por situar o nosso olhar para a conjuntura do Brasil, buscando entendê-la em suas entrelinhas. No Brasil como em toda a América Latina, os governos progressistas que buscaram atender as demandas historicamente negadas da classe trabalhadora, sofreram duros ataques das forças conservadoras internas do seu país, que mobilizadas pelos interesses dos países do capitalismo central, que passam por uma grande crise desde 2008 e buscam retomar suas taxas de crescimento com a velha receita de expropriação das riquezas dos países latinos americanos e da África. Essa receita não é nova, são apenas repaginados os seus métodos para alcançar.

Vimos no Brasil em 2016 a volta do neoliberalismo em sua versão mais agressiva quando se pensa em ataque aos direitos dos trabalhadores, a reforma trabalhista aprovada no congresso que possibilita que a negociação entre patrão e empregado mude direitos previstos em lei, a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos trazem um retrocesso enorme para toda a classe trabalhadora, mas quando voltamos o nosso olhar para o campo, esses retrocessos são ainda piores. A reforma da previdência propõe alterações no que se refere a idade mínima de contribuição do camponês e da camponesa, e a obrigatoriedade de contribuição mensal, o que inviabilizará a aposentadoria no campo, dificultando muito a vida no meio rural.

Nesse último ano não houve nenhuma chamada de ATER Mulher, as conquistas, até então gradativas e progressivas, sofrem diretamente com o impacto da extinção Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas.

As estruturas que ainda existem para atender a demanda de todo o campesinato brasileiro contam com orçamento pífio, o que

c o m p r o m e t e



sobremaneira a execução de políticas afirmativas pela igualdade de gênero, geração e para povos e comunidades tradicionais. Esse público parece que voltou à invisibilidade e só ganha olhares no aumento dos índices de violência no campo.

O processo de discussão e valorização da ATER geral e específicas tem sofrido com a paralisia, é necessário voltar a discutir sobre a quantidade e qualidade da ATER que o campo, a floresta e as águas precisam, essa discussão precisa acontecer, envolvendo os camponeses e as camponesas, a academia, as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais, ONG e os agentes e as agentes de ATER.

As mulheres camponesas e urbanas estão em luta permanente desde o 8 de março, contra os retrocessos em todas as suas pautas históricas: direitos previdenciários, direito a saúde, direito a educação. Especificamente no campo, as lutas pela volta de políticas públicas que possibilite a autonomia econômica, social e política das mulheres.

Nesse sentido a Assistência Técnica e Extensão Rural, representa uma importante política e caberá um novo ciclo de construção e de resistência das camponesas, agora com os acúmulos das experiências vividas, do sabor das conquistas e com o apoio das pesquisas realizadas, somadas e um contingente de agentes de ATER sensibilizados e sensibilizadas com a necessidade de mergulhar nas reais demandas delas, considerando uma visão multidimensional do mundo rural.

A grisa de conclusão é importante frisar que não existe desenvolvimento rural sustentável e menos ainda solidário sem que as mulheres rurais sejam protagonistas de suas vidas e tenham seu trabalho produtivo e reprodutivo valorizado, mais do que nunca, é preciso deixar em evidência a grandiosa contribuição das mulheres na produção de alimentos saudáveis, na construção de um rural com vida digna a partir dos princípios do feminismo e da agroecologia.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Janaiky P. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. Orientadora: Cristina Yannoulas. Brasília, Tese. UNB - 2017.
- BRASIL, **Documento final da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CONDRAF/MDA** - Brasília. 2008
- BRASIL, **Relatório final da I Conferência Nacional de ATER. MDA**. Brasília - 2012
- BRASIL, **PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - CONDRAF/MDA** - Brasília. 2013
- DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FONSECA, Maria Teresa L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. Coleção educação popular**. N. 3. São Paulo. Loyola. 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- QUINSUMBING, A.R Et Al. **Women: the key to food security**. Washinton. D.C. Internacional Food Policy Reseach Institute, 1995. (relatório da política de alimentação). Disponível em 14/01/2016 no endereço eletrônico: <https://core.ac.uk/download/pdf/6289051.pdf>
- QUINSUMBING, A.R; MALUCCIO, J. A. **Intrahousehold Allocation and Gender Relations: New Empirical Evidence**. Relatório de pesquisa sobre políticas públicas sobre Gênero e Desenvolvimento. Working Paper Series, No. 2 Washinton. D.C. Internacional Food Policy Reseach Institute. Out 1999. Disponível em 14/01/2017 no endereço eletrônico: <https://pdfs.semanticscholar.org/ad2e/93c307b7feaecf52ed02c724d61429664311.pdf>



PALUDO, Juliana; CARDOSA, Irene Maria; FERRARI, Eugênio A.; SOGLIO, Fábio K Dal. **Os caminhos da Agroecologia no Brasil**. In: GOMES, J. C. e ASSIS, W. Agroecologia: Princípios e reflexões conceituais. Coleção Transição Agroecológica. Volume 1. Brasília - DF. EMBRAPA, 2013.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. O trabalho da Mulher na Agricultura Familiar, In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra; COSTA, Ana Alice Alcântara; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SOARES, Vera Lúcia (Orgs). **Transformando as relações Trabalho e Cidadania: produção, reprodução e sexualidade**. SNMT/CUT Brasil, NEIM/UFBA, SOS Corpo, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, CUT, 2007, p. 151 - 165.



DEPOIMENTOS

Adriana Galvão Freire, AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia – Paraíba.

No início, um desafio. O que seria o projeto de Ater, Feminismo e Agroecologia? Ao desenrolar as atividades, o projeto virou processo, se transformou numa grande teia de aprendizagem, de cumplicidade e compromisso.

Aprendemos juntas com a experiência de tantas mulheres que o semiárido não é igual e nem são iguais as nossas vivências. Reconhecemos e demos visibilidade às capacidades das mulheres por meio do exercício de extrair conhecimentos a partir das experiências concretas. Centenas de experiências de mulheres agricultoras na luta pelo enfrentamento das desigualdades e da violência. Aprendemos a olhar e encontrar o que é comum e que nos fortalece, aprendemos a trocar com as diferenças, a enfrentar os desafios e a tecer novas realidades. Sistematizamos nossas experiências em textos, mapas ou durante a elaboração da campanha a partir de um referencial comum de observação e reflexão. Conseguimos dar coesão ao conjunto do nosso trabalho dando força e expressão a magnitude do que acumulamos sobre uma Ater feminista.

Experimentamos juntas novas metodologias, ousamos construir novos instrumentos pedagógicos. Por fim, esses anos foram fundamentais para fortalecer nosso papel como assessoras e nos dar vozes para fazer ecoar que sem feminismo, não há agroecologia!



Ailsa Cristiane Arcanjo Soares, Núcleo de Extensão Rural Agroecológico (NERA) – Paraíba.

Receber o convite para participar de um projeto que envolve tudo aquilo que você ama conviver, isto é, a força mágica das mulheres e a agroecologia, não foi difícil! Esse presente recebi quando estava no NERA (Núcleo de Extensão Rural Agroecológico), e não esperava receber tanta luz e sabedoria no decorrer dele. Ali presentes estavam “Musas” que eu admirava de longe e que fizeram parte dessa minha formação, pessoal e profissional, bem pertinho...do lado de dentro do meu coração!

Cada reencontro trazia um laço mais forte com cada uma, uma extensão entre a sabedoria vivida e o amor adquirido nesse tempo em que estivemos em formação. Cada momento foi único. A troca de experiência entre nós, mulheres guerreiras, foi um banho de saberes que me ajudam nas lutas diárias. O melhor...ele não para por aqui!

Agradeço muito tamanha oportunidade e levo dentro de mim a missão de continuar a luta “Até que todas sejamos livres!” em conjunto com a agroecologia, pois...

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

“Companheira me ajuda

Que eu não posso andar só...

Eu sozinha ando bem

Mais com vocês eu ando melhor!”

Ana Celsa Sousa, Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) – Bahia.

Essa iniciativa piloto da Universidade foi uma sacada de mestre... Isso era tudo que a gente queria!!!! O tema tratado no projeto foi muito bem acertado, pois trouxe a importância da qualificação da assessoria técnica e

m



projetos voltado para mulheres. Já era uma angustia ver os projetos “na vida real” só trabalhando com índice da participação da mulher (30%, 50%....), sem de fato intervir qualitativamente nas especificidades que as agricultoras querem trabalhar.

Outra questão importante, mas desconsertadora foi às técnicas analisarem e sistematizarem seu olhar/atuação. Este fato suscitou/cutucou uma revisão pessoal, profissional e institucional. Essa análise traz a necessidade de repensar as estratégias de atuação para o trabalho com mulheres. Oportunizou também a reflexão com técnicos/colegas sobre os dados concretos de desigualdades entre homens e mulheres, a partir da visualização da carga horária do trabalho (Rotinas diárias, aplicada por eles com as famílias).

Os momentos coletivos (encontros, seminários...noite cultural) proporcionou momentos indescritíveis de troca de experiências, saberes e sabores das diversas partes do Nordeste. As análises de conjuntura política foram muito importantes para ampliar conhecimentos e fortalecer a intersetorialidade política na base.

A construção da Cartografia nos transportou para cada um de nossos territórios e fez a gente mapear as nossas riquezas. A cartografia explicita a identidade do povo, diversidade e as particularidades de cada estado. Esse instrumento é muito dinâmico e proporciona maior indagação de cada território e pode ajudar no trabalho com mulheres.

A campanha do trabalho doméstico, traz a pauta um assunto que fica cada vez mais acomodado, em segundo plano, atrás de outros temas d i t o s mais importante... Mas as relações desiguais começam em casa, nas relações familiares... Depois se amplia para outros âmbitos. A campanha vai irradiar o tema do trabalho doméstico para vários estados. Lá na Bahia vai proporcionar várias rodas de conversas, trocas de experiências, casos de superação/avanços e o lançamento da VI Feira Agroecológica d a s M u l h e r e s



contra a Violência.

O projeto teve muito foco. A relação entre as participantes foi muito boa. Não houve disputa. A metodologia, ambiente, materiais, místicas foram muito boas. Agradecer a paciência de acompanhar as que não andavam nos mesmos passos, mas que se ajustou durante o processo. O filme que nos traz recordação e depoimentos das companheiras sobre nossos posicionamentos político e análise da vida comunitária. A administração do projeto foi bastante ágil diante das barreiras no percurso de execução, Parabéns!

Ana Paula Ferreira, ActionAid – Pernambuco.

É muito complicado ser mulher em um mundo feito para os homens. Há determinados momentos em que tudo nos é muito hostil. Ser agricultora, ser técnica agrícola, ser uma assistente social, ser veterinária, ser agrônoma, é bem diferente do que ser agricultor, ser técnico agrícola, ser um assistente social, ser veterinário, ser agrônomo. Nós, mulheres, muitas vezes passamos por dificuldades pessoais e profissionais pelo simples fato de sermos do sexo feminino. Não é incomum termos nossas competências questionadas e sermos desacreditadas.

O projeto ATER Feminista foi inspirador. Em um processo dialógico, aprendemos e ensinamos sobre produção, metodologias de acompanhamento técnico, a importância da sistematização de experiências, cartografia social, entre outros temas. Sobretudo, a experiência nos fez refletir sobre sermos mulheres em um mundo feito para os homens. Juntas, entendemos que somos capazes de exercer e modificar, com muita qualidade, uma assessoria técnica que, de início, era feita por homens para atender os homens. Aprendemos e vivenciamos o significado real da palavra sororidade. Como disse uma agricultora do

s e r t ã o d o P a j e ú , q u a n d o a s



mulheres se unem elas se fortalecem muito, e quando voltam para seus territórios elas nunca mais ficam sozinhas. É assim que me sinto. Gratidão a todas vocês pela construção desse projeto.

Cristiane Rego Pinheiro, Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA) – Maranhão.

Primeiro FORA TEMER, e MAIA jamais...

"Companheira me ajude, que eu não posso andar só.. eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor" ...foram embalados pelo som desta canção que nos reunimos vários meses, durante três anos para termos momentos de aprendizagens, de partilha de conhecimentos, de vivência, encontro de trocas de conhecimentos entre as técnicas e as agricultoras rurais, juntamente representantes dos movimentos sociais feministas. Esse projeto trouxe um diferencial pois, fomentou o protagonismo das mulheres, o empoderamento das mulheres, que SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA. E nos munuiu de saberes que nos desafiou a nos tornamos mulheres multiplicadoras de ações voltadas para o enfrentamento ao machismo, a cultura patriarcal, contra a cultura da dominação e submissão, ao fortalecimento da justa divisão sexual do trabalho, promoção da igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres. Aprendemos que temos que lutar por direitos iguais para as mulheres, que são sujeitos de direitos. Também nos possibilitou com o compartilhamento de olhares distintos após a construção do mapa das ações de ATER no Nordeste através da cartografia, a formação coletiva de uma REDE de ATER FEMINISTA, pois uma das características fundamentais no processo de empoderamento feminino que é a prática de visibilização da causa e da luta das minorias étnicas e de gênero, acredito que a Rede de ATER FEMINISTA dará esse olhar..esse tom lilás.. Foram momentos prazerosos, a cada abraço muita energia, muita



cumplicidade, laços de amizades, nas cirandas um momento de fortalecimento da luta ...aprendemos que não estamos sozinhas.

Divaneide Pinheiro Lins de Souza, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) – Sergipe.

Fazer parte dessa construção foi muito gratificante e me serviu de incentivo a querer saber mais sobre ATER, agroecologia e suas práticas.

Por ocasião do início do processo de construção estava fazendo um curso em economia solidária, e tinha um trabalho de pesquisa ação e o Projeto Ater Mulher e Agro Ecologia me ajudou a optar pelo tema Mulheres e agroecologia para trabalhar. Fiz um bom trabalho com as mulheres e seus quintais produtivos. Aprendi muito com essas mulheres e também passei o que aprendi com vocês. O trabalho ficou ótimo vai fazer parte de um livro de experiências que o CFES Nordeste está lançando agora agosto próximo, vocês vão ter oportunidade de ler.

Quanto à Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico tenho divulgado e é um sucesso nos espaços onde tenho participado.

A vocês mulheres meu obrigado pela amizade pela troca de conhecimentos e



as boas reflexões que foram capazes de despertar.

Precisamos fazer da nossa rede nosso um santuário de informações de partilha de saberes...

A luta continua... E viva as mulheres!

Edjane Maria Neves Pereira e Maria Rizelda Feitoza Vieira, Aldeia Couro Dantas, Território Indígena Xukuru do Ororubá – Pernambuco.

Ao relatar a experiência vivenciada pelo projeto Ater, Feminismo e Agroecologia é para nós representantes indígena do povo Xukuru do Ororubá um motivo de grande satisfação por todas as conquistas que o mesmo nos proporcionou, e pela importância que os temas abordados têm para os povos e comunidades tradicionais, e isso exigiu de nossa parte uma imensa responsabilidade. Pois, representamos um povo e especificamente uma parte da nossa população que assim como a sociedade envolvente tem um processo histórico de relações sociais injustas e desiguais. Somos mulheres, indígenas, no Nordeste brasileiro. A nossa história de vida é marcada por intensas lutas e muitas resistências frente aos invasores e suas práticas e procedimentos que levaram a degradação da Terra Mãe e dos Elementos que a compõem, como também das tentativas de destruições da nossa cultura, das nossas crenças, costumes e tradições. Relatar a nossa experiência de convívio com as demais mulheres guerreiras que representam várias organizações de vários estados do nordeste brasileiro foi para nós algo extraordinário. A nossa luta e resistência foi enriquecida pelos conhecimentos de outras lutas e resistências, outros saberes. Os opositores são comuns, as dificuldades também são comuns. Partilhamos as nossas angústias, revoltas e indignações. Ampliamos uma rede de solidariedade



com e para as mulheres. Os temas e assuntos abordados, as falas das companheiras e seus relatos nos possibilitou clareza em determinadas situações que também enfrentamos na nossa sociedade Xukuru. E dessa forma passamos a nos questionar enquanto sociedade que busca de forma coletiva a construção do Bem Viver. Qual é o verdadeiro papel da mulher na nossa sociedade Xukuru? Na caminhada de luta do nosso povo onde estavam as mulheres? Onde estamos? Para onde vamos? Que sociedade do Bem Viver Xukuru podemos ajudar a (RE)construir?

Aproveitamos o nosso depoimento para trazer a memória do Cacique Xikão Xukuru que nos fala: “Tá no querer da Natureza. A Natureza que disse e ninguém pode se negar.” Baseado nisso, nos colocamos perante o nosso povo na condição de problematizar situações que na nossa visão trazem sérias consequências para a nossa organização. As nossas vidas são guiadas pela crença no Mundo dos Encantados, a fé nos Encantos de Luzes. Baseado nessa concepção de vida, argumentamos que esse “Mundo” enxergar igualdade de direitos e deveres, não discriminar cor de pele, gênero e geração. Todos e todas somos iguais perante a Natureza Sagrada. Essa filosofia de vida (Limolaygo Toype) nos deixa mais ainda encorajadas enquanto mulheres indígenas Xukuru para questionar e ajudar o nosso povo a desqualificar e, conseqüentemente, rever práticas distorcidas e equivocadas que foram impostas pelo sistema colonizador/invasor que de certa forma encontram-se enraizadas nas mentes e que se materializam no cotidiano com práticas de convívios que levam à opressão, violência e injustiças. Dessa forma defendemos o protagonismo das mulheres e lutamos pela nossa visibilidade. Nossos lugares são também nos terreiros de rituais, cantando, dançando e guiando a Roda de Toré com os homens, crianças, juventude e com os nossos velhos e velhas. Somos capazes de desempenhar tarefas e ocupar espaços de “Poder” que hoje somente são ocupados por homens e que dessa forma ao se esforçarem para manter

e s s a t r a d i ç ã o



supostamente aprovada pelo Sagrado replicam práticas de opressão. Esse é nosso entendimento, pois acreditamos que a Natureza Sagrada não faz escolha baseada em gênero. Ela partilha DOM para todos e todas. E aí que está a riqueza, pois temos a manifestação dos mais variados DONS que se complementam, se fortalecem e consolidam a Nação do Ororubá. Sendo assim, temos que ocupar espaços nas formas organizativas do nosso povo, na Saúde e Educação Xukuru. Também na condução da organização sócio política, no conselho de Lideranças e na representação das aldeias. Ou seja, é reocupar espaços que são estratégicos para a construção coletiva do nosso projeto de vida.

É assim que nos apresentamos hoje após esse momento de convívio com o projeto. Não só Edjane e Rizelda, mais também Ânegela, Renata, Ana, Maria e tantas outras mulheres Xukuru. Trazemos nesse relato parte da nossa vivência no projeto e também o diálogo que a mesma possibilitou no nosso território. Juntas construímos momentos e animamos espaços de discussão e formação internamente na nossa comunidade. A Casa das Sementes: Mãe Zenilda, a Casa da Cura – Xeker Jetír, o grupo de espiritualidade Xukuru são conquistas com e das mulheres. Assim, ajudamos a reorganizar o nosso modelo sócio político. Apoiamos as construções das trilhas do Limolaygo Toype (Bem Viver Xukuru), trazendo elementos da ecologia e da espiritualidade como essência, a agricultura como modo de vida, base da cosmologia Xukuru. Reforçamos as nossas forças. Compartilhamos experiências e solidariedades. Somamos essa experiência ao conjunto de ações e práticas Xukuru em curso e que são vivenciados pelo coletivo da agricultura Xukuru – Jupago Kreká, pelo coletivo da juventude – Poyá Limolaygo e pela organização das mulheres Xukuru. Nós, mulheres Xukuru somos as guardiãs da chave do Encantamento, dos conhecimentos e práticas ancestrais da agricultura como modo de vida. Somos detentoras do sistema tradicional de cura Xukuru, da culinária tradicional, dos sistemas e cultivos



Salve Tamain! Salve a Rainha das Florestas! Salve a Dona das Águas! Salve a Força Encantada! Salve a Natureza Sagrada!

Importância do projeto para mim é fundamental, pois durante sua permanência, seminários, depoimentos e falas nos fortaleceram enquanto mulheres e enquanto grupos, aprendi que somos como as águas, quando nos juntamos nos tornamos mais fortes. Acredito que para o MIQCB foi também oportunidade única, pois só veio a fortalecer o movimento e abrir mais as portas para participação de novos e melhores projetos agroecológicos feministas.

Aprendi a construir amizades, conhecer pessoas diferentes e lugares diferentes, a respeitar as opiniões da outra e reivindicar com mais força os nossos interesses e ainda ser solidária e amar mais o movimento, e que Sem Feminismo não há Agroecologia. A metodologia foi tudo que precisamos para compreender passo a passo do projeto feito para fortalecer as mulheres

do Brasil. Da forma que foi aplicada foi dinâmica e fácil de acompanhar, pois foi com o carinho de cada feminista que fez e faz parte do processo. O que ficou? Saudades, fortaleza, criatividade, união, coragem, lembranças e a cima de tudo conhecimentos. Abraços fraternos.

Gema Galgani S. L. Esmeraldo, Universidade Federal do Ceará (UFC) – Ceará.

Sobre as Recordações que ficarão no meu Coração.

Trazer à memória a experiência individual e em coletivo que vivi nesses três anos, com o grupo que se formou para construir esse projeto, me traz muitas alegrias e desejos de sonhar com novos encontros.

Começamos no ano de 2013 com o desafio de gestar um projeto ainda embrionário, no sentido daquilo que se pretendia realizar. Foram então, os sonhos, os desejos de aglutinar mulheres do Nordeste que animou os primeiros passos dessa belíssima experimentação. Aglutinar para escutá-las, para acolher seus corpos carregados de terra, de experiências, de dores, de afetos, de indignação, de lutas para afirmarem um lugar nesse mundo de desigualdades.

Nosso primeiro colo, solo foi acolher o desafio de construir caminhos de pertencimento para e com essas fortes e guerreiras mulheres. Mulheres que vieram da terra, da água, do mar, com vidas plenas de afetos, de entregas e também de sonhos.

Daí, como fazer esses sonhos se encontrarem e se tornarem realidade? Humanamente, a comissão foi auscultando vozes de diferentes lugares, com diferentes rostos e cores. E assim, foi se tecendo uma rede de diálogos, permeados de tensões, de encontros e desencontros.

Essa bela experiência foi se costurando numa dinâmica de muita potência, na



medida em que 50 a 60 mulheres de diferentes lugares desse nosso Nordeste (e com algumas de outras regiões, acolhidas a cada encontro) foram se achegando com suas bandeiras, produções, folhetos, livretos, alimentos, cantos e mais, com suas histórias, que traziam os desafios e as conquistas que se expressavam nos símbolos de suas organizações.

Esse grupo foi então tomando como alimento: a entrega, a amorosidade, a confiança, a solidariedade. E com esses valores criou processos participativos para fazer os caminhos acontecerem e a construção coletiva desse projeto, se manifestar. Cada seminário anunciava e alimentava o compromisso com as ações semeadas no diálogo. Por vezes parecia ao grupo que não se enxergavam essas ações. Por vezes o grupo pedia para ser levado para caminhos seguros. Caminhos esses que não nos fazem pensar, agir e ser protagonistas de nossas próprias vidas. Mas eram esses momentos os mais criativos e insurgentes para forjar e suscitar a formação ativa, autônoma e emancipadora dessas mulheres.

E nesse embalo, muitos experimentos metodológicos foram sendo vivenciados, como o entendimento das sistematizações de experiências agroecológicas realizadas por entidades e mulheres; como a construção de uma cartografia feminista que fez mulheres desenharem suas vidas e lutas em linhas e tecidos; como a construção de uma campanha cujo tema foi



unanimidade ao anunciar e denunciar a opressão vivida na história dessas mulheres e de suas ancestrais.

“Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico” vai se constituir num dos elos a unir as mulheres nessa Rede daqui pra frente.

Os seminários foram ainda, espaços de muitos debates sobre temas caros às mulheres, de seus interesses específicos e para a formação crítica e feminista das mulheres. Foi também lugar de intensas reflexões sobre o momento político vivenciado no nosso Brasil com o Impeachment e o Golpe Civil instalado em 2016.

E chegamos ao seminário de 2017, o sexto. Este foi pródigo de sinais emblemáticos desses aprendizados. Não havia máscaras. E as alegrias e as dores que contam a história de cada uma dessas mulheres, que plantou a semente dessa Rede ATER Mulher Nordeste, sangrou nos rostos das Rosas, das Marias, das Sacramentos, e de tantas mais mulheres que estão no mundo para se fazerem reais, justas, verdadeiras. Mulheres que querem ser felizes! Mulheres que querem estar na Vida com Dignidade! Mulheres que querem estar na Vida para serem Respeitadas e Amadas! Falo agora de agradecimentos! À Laetícia por sua Generosidade, Acolhimento, Insubordinação permanente! À Socorro por sua Presteza e Sensibilidade! À Graciete por sua Presença e Diálogo Ativo! À Karla Hora e Andréa Butto por acreditarem que os Sonhos podem se realizar! À equipe do NEEPA/UFC que se fez presente para partilhar aprendizados! A todas as mulheres que semearam esse processo de Experimentação de Vida Libertária! Numa noite calma de final de março em Fortaleza.

Glauce Arzua, ActionAid – Rio de Janeiro.

Era 2014 quando recebi um convite para participar de um seminário em Recife. Não entendi muito bem a princípio o conteúdo e o que se
e s p e r a v a d e



mim. Lá descobri que o objetivo era gerar aprimoramento da assistência técnica levada às mulheres rurais. Porém, mais importante que o conteúdo foi o formato pensado para esse trabalho: uma verdadeira jornada participativa e solidária que ia durar anos à frente na afirmação de um novo olhar para as mulheres e seu trabalho. O projeto gerou muitos frutos: reflexões, questionamentos, mapas, sistematizações, livros, campanha. Todos muito bonitos, verdadeiros e fortes como as amizades e companheirismo cultivados pelo grupo ao longo desses anos. Para mim, esse processo significou um aprendizado enorme sobre a força das mulheres, sua inventividade e capacidade de solução permanente, sua análise fina e corajosa das causas da violência e desigualdades, sua resistência firme e afirmativa da vida. Sou profundamente grata a todas vocês que me convidaram, me receberam e me permitiram caminhar com vocês nessa linda construção.

Gloria Araujo, Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC) – Paraíba.

Queridas amigas e companheiras,

Em primeiro lugar preciso dizer que estou muito feliz pelos momentos que compartilhamos juntas durante nossa caminhada nesses três anos. Neste projeto/processo nos encontramos, dividimos nossos encantos e desencantos, nossas alegrias e dores. Infelizmente não participei de todos os momentos e eventos do projeto, mas sinto que a trajetória resultou em um processo que se faz corpo e alma nas entranhas de nossas vidas. Tudo isso nos energiza, dando novos significados ao que está em curso nas comunidades rurais e nos territórios do Nordeste Brasileiro onde atuamos. Hoje me sinto mais corajosa para continuar a luta, revisitando nosso olhar sobre o papel das mulheres na política, na economia, na construção da



soberania e segurança alimentar, na relação com os bens comuns e com a Natureza. Para mim, o feminismo é a base da luta pela vida das mulheres e pela agroecologia. “Feminismo é revolução”.

A conjuntura brasileira nesses tempos foi marcada pelo golpe contra a democracia, contra os direitos sociais, contra os direitos das mulheres do campo e da cidade e de todas as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil. Nesses últimos três anos, o Brasil vem sendo marcado pelo enfraquecimento da democracia e diminuição de investimento nas políticas de desenvolvimento, sobretudo, para as mulheres. Consta-se que as ações articuladas entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, apoiadas por setores econômicos e pela mídia brasileira, provocaram uma grande conspiração que resultou na derrubada da presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta da República, por duas vezes, pelo voto direto.

Mesmo em tempos de crise, de retrocessos, de desmonte de direitos conquistados, consigo enxergar alguns avanços frutos do nosso projeto/processo. Nesta perspectiva destaco a consolidação e fortalecimento da Rede Feminismo e Agroecologia. Trocamos experiências, visibilizamos coletivamente nossas fragilidades e fortalezas, demarcamos nosso território. De forma participativa e interativa construímos a cartografia das experiências das mulheres, assessoras, pesquisadoras, camponesas, indígenas, quilombolas, pescadoras do Nordeste Brasileiro. Talvez, o que somos seja o menos importante agora, para mim o mais interessante é que iniciamos um processo de demarcação e visibilidade do território feminista e agroecológico no Nordeste Brasileiro.

Nessa trajetória construímos a Campanha “Pela divisão justa do trabalho doméstico”. A campanha foi sendo construída, a partir do que é vivido por todas nós. O trabalho doméstico recai de forma desigual e opressora sobre as mulheres. Esta Campanha será irradiada e refletida ao mesmo

t e m p o

n o s



mais diversos lugares com mulheres, com mulheres e homens, com a juventude. A Campanha ecoará em vários cantos e entoará um canto de unidade em defesa da divisão justa do trabalho doméstico.

Tudo que construímos até agora nos dá base para a consolidação efetiva de uma Rede de Mulheres na região Nordeste, que atua na perspectiva do feminismo e da agroecologia. Nossos territórios serão nossas trincheiras de luta permanente pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, contra as diversas formas de violência e opressão sobre as mulheres. Mulheres em movimento mudam o mundo, para transformar as mulheres, para transformar o Brasil e o mundo.

Com todo meu carinho e afeto.

Campina Grande-PB, 20 de março de 2017.

Graciete Santos, Casa da Mulher do Nordeste - Pernambuco.

O Projeto/ processo foi a oportunidade de vivenciarmos na prática, desejos, sonhos, dores e muita luta. Processo porque nos desafiamos a construir juntas, a nos colocar nessa construção, assumir as responsabilidades e dividir os trabalhos, as dores e alegrias. Processo porque vivenciamos cada momento, aprendemos, ensinamos, sentimos, choramos, participamos como pessoas, mulheres em nossa diversidade. Portanto, aprendemos na prática que esse Projeto é nosso, tem um pouco de todas nós.

Fizemos ricos e longos debates, nos cansamos, sofremos com as tantas dificuldades do sistema burocrático, autoritário, machista que estrutura o Estado, nosso maior interlocutor. Vivemos o golpe! Nos manifestamos contra o desmonte dos nossos direitos, em especial das mulheres rurais, conquistados à custa de tantas lutas. Reafirmamos nossas bandeiras de lutas e nos fortalecemos em conjunto. Esse processo/projeto nos alimentou em todos esses momentos, na troca de forças, ideias, de t r a b a l h o , d a n o s s a



sororidade. Fui aprendendo a escutar mais do que falar, a desacelerar as minhas angústias quando o tempo exigia paciência com as diferenças, com os tempos de cada uma. Mas, também aprendi que em meio a tantas coisas, desejos, opiniões, precisamos exercitar nosso foco, nossas estratégias. Mas não esquecemos dos cuidados umas com as outras, nosso corpo sempre muito desprezado, cansado e carregado, quando nos encontrávamos. Mas cuidamos disso, sempre havia uma preparação, uma dinâmica, um banho de cheiro, um óleo, uma música, uma dança. Nos permitimos a nos desapegar de velhas posturas e nos alimentar de outras ou talvez renovadas formas de expressar nossos feminismos.

Uma verdadeira feira regional, saberes, receitas, dinâmicas, músicas, afetos.... Fomos trocar também nos locais das outras em diferentes estados, comunidades, levando as nossas experiências, apoiando as companheiras em suas atividades. Nosso lema foi ficando cada vez mais forte. Companheira me ajude que eu não posso andar só!

O Projeto termina mas essa energia de construção e de troca é nossa maior riqueza. Gratidão a cada uma de vocês, mulheres tão especiais e diversas. À Laetícia por aceitar o desafio mas trazer para roda, dividir o fardo, mas também as glórias, os méritos. Não teve medo de compartilhar. E a partir desse seu fazer, fomos chegando e nos sentindo parte, e nos apropriando. Muitas vezes isso não ficou muito compreendido por algumas de nós, mas não havia nada fechado e definido mesmo. Essa dialética nos orientou e desorientou o tempo todo, pois em meio a tudo tínhamos o Sistema, nos cobrando, nos exigindo, nos excluindo. Mas fomos seguindo!

Esse processo não pode e não vai parar aqui! Toda essa riqueza expressa nas nossas falas, relatos, nos nossos produtos, a campanha, as cartilhas com a sistematização, a cartografia e a pesquisa, ficarão como registro dessa nossa história que vamos continuar escrevendo e vivenciando, nos vários territórios do Nordeste, nas redes, nas ruas, nos intercâmbios, e m o u t r o s p r o j e t o s . N ó s



agora estamos enredadas em uma teia, em uma REDE, que já começamos a balançar mais não vamos deixar cair. Nossa força está em NÓS! Seguiremos em frente até que todas estejamos LIVRES! Com meu amor, minha gratidão e meu carinho!

Irene Cardoso, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) – Minas Gerais.

O projeto foi um processo em construção! Isto só foi possível porque criou-se um espaço para que as pessoas pudessem se engajar no projeto, a partir de seus saberes e habilidades. O projeto possibilitou também a partir da pesquisa ação, investigar, atuar e transformar a realidade das pessoas. Parabéns, assim espera-se que sejam as pesquisas em agroecologia!

Irlania de Alencar Fernandes, Caatinga – Pernambuco.

Como já sabemos ser mulher e viver em uma sociedade patriarcal, não é nada fácil. Esses dois anos de ação do projeto, para mim foram muito relevantes, tive a oportunidade de participar de diversos momentos de reflexão, aprendizado e de auto-consciência, nos quais nós mulheres compartilhamos experiências, refletimos criticamente, e com isso nos fortalecemos para agirmos no enfrentamento contra o patriarcado. As metodologias construídas, exercitadas e experimentadas coletivamente por nós mulheres tiveram como princípios o diálogo e a articulação entre nós ser individual e também como sujeito coletivo. Esse movimento nos permitiu ampliar nosso olhar sobre nós mesmas: Quem somos? Como vivemos? E como agimos e enfrentamos as desigualdades vividas por nós mulheres em um mundo de tantas desigualdades? Foi assim que na caminhada estamos juntas e unidas engrossando as fileiras de luta e resistências por um mundo melhor para todas nós mulheres. Sem Feminismo não há Agroecologia!!! Abraços.



Janaina Henrique dos Santos, Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN (AACC/RN) – Rio Grande do Norte.

Participar do projeto/processo, desde 2014, significou amadurecer e me fortalecer enquanto mulher, militante feminista e profissional - tudo ao mesmo tempo! Ao longo dos encontros, oficinas e seminários fui vivenciando um processo metodológico de construção coletiva e feminista, que permitiu compreender que o aprendizado entre as mulheres acontece na auto-organização. As metodologias que nos ajudaram a construir as sistematizações de experiências, a cartografia, a campanha me acompanhará para sempre enquanto construção de conhecimentos e aprendizagem feminista.

Neste processo, também fui dando conta das minhas limitações, mas também dos meus potenciais. Ao me reconhecer nas demais companheiras: suas dificuldades, confianças e realizações. Foi nesta roda que busquei o fortalecimento para atuação na coordenação de um projeto que teve como protagonistas as mulheres agricultoras urbanas, como também retomar as reflexões acadêmicas sobre as realidades de opressão e superação vivenciadas pelas mulheres.

Alí, tive a oportunidade de conhecer mulheres do NE: indígenas, companheiras de assessoria técnica, de militância, fortalecer amizades e construir tantas outras. Percebi também que ali estava uma “estante presencial” de referências feministas, que tinham pernas, mãos, olhos e braços... e me abraçavam, me acolhiam e me ajudaram a entender tanto as repressões por mim sofridas, quanto identificar os entraves ao engajamento feminista e profissional. Ali, me percebi mulher, me reconheci feminista, me constituí militante e profissional!

Sem Revolução Feminista não há Agroecologia e Feminismo!!!

Tarde de Eclipse de Lua Cheia, Pium-RN, 07/08/2017.



Jozelita Tavares da Silva, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – Brasília/DF.

Participar das atividades do projeto de ATER Mulheres, foi pra mim algo inovador, beber nas fontes de várias frentes de lutas das mulheres dos estados da região Nordeste, isso foi muito gratificante, e nos anima a seguir firmes na luta que é incessante e nossa caminhada é longa. Não tive condições de participar de todos os encontros, porém os que consegui acompanhar me trouxe o sentimento de que aonde quer que eu esteja a luta das mulheres será também minha luta. Lembro-me dos momentos tensos aonde tivemos certeza de que íamos ser golpeadas. Como de fato fomos no processo de retirada da Presidente da Republica, e naquele encontro de dezembro de 2015, nós dissemos que daquele dia em diante nós precisávamos estar mais unidas do que nunca, porque o que vinha não era coisa fácil, e precisávamos estar apoiadas umas nas outras pra não esmorecer e foi o que fizemos. Nos momentos de estudos era sempre uma mensagem nova, a construção coletiva da cartografia feminista, muita mística envolvida, aprendi muito com cada uma conhecendo um pouco delas através dos relatos das realidades das regiões as formas de resistências para defender os territórios.

Os momentos de integração regadas com vinho, cerveja, músicas, danças e muitas risadas. Não posso esquecer que num desses encontros tive a oportunidade de conhecer a Claudia da FASE, que nos deixou repentinamente, mais que seu exemplo de mulher da luta ficou pra nós.

No mais agradecer a todas que de uma forma ou de outra contribuiu na abertura desse leque de amizades e de lutas nos seus territórios. Agradeço de modo particular a Laetícia pelo convite a participar dos encontros. Os frutos desses encontros já estão sendo socializados pra que todas as organizações possam ter acesso. Saudações Camponesas Feminista.



Juliana Funari, ActionAid – Pernambuco.

Esse processo foi fortalecedor em diversas dimensões, transformou minha caminhada enquanto jovem, trabalhadora, pesquisadora e militante pela agroecologia e feminismo. Enquanto assessora técnica as vivências do projeto trouxeram um aporte teórico-metodológico fundamental, o "como fazer" mais profundo e coletivo para construção de ações feministas a partir da valorização da história de vida de cada uma e da horizontalidade. Esses aprendizados nos colocam lado a lado no enfrentamento aos sistemas opressores e na construção de alternativas enraizadas em nossa diversidade. Acredito que além de fortalecer e aprimorar os diversos feminismos, atrelados as histórias, práticas e perspectivas de cada uma, também pudemos construir juntas o nosso feminismo, plural por raiz, popular, agroecológico e revolucionário.

Com essa rede de mulheres que se forma não me sinto sozinha na disputa para colocar a importância estrutural do feminismo na pauta do dia da agroecologia e questionar as relações de poder nos diversos espaços dentro e fora das organizações. Nós, mulheres, podemos nos comunicar em rede trocando informações e estratégias, tecendo uma proteção afetiva para segurarmos as pontas e realizar ações de enfrentamento em nossos lugares de existência e luta. Para mim, a importância da auto-organização e dos feminismos ficam, o horizonte de sociedade que queremos construir juntas ficam, as formas autênticas e contra-hegemônicas das mulheres de liderar e construir processos. Tudo isso alimentará nossa resistência ativa e propositiva até que todas sejamos livres.



Karine Freitas, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

Desde o início da graduação, quando resolvi estudar feminismo e mulheres negras, percebi como a academia oferece uma formação incompleta. O projeto ATER Mulher e Agroecologia deu a oportunidade de transcender os limites da graduação com a troca de saberes e o (re)conhecimento de outros sujeitos, no caso as mulheres, detentoras de diversos saberes e práticas transformadoras para a sociedade e o meio ambiente. Conheci na prática a vivência de mulheres que fazem história todos os dias em seus territórios de luta e resistência junto à agroecologia e ao feminismo, sobretudo nos tempos atuais de governo golpista e ameaça de direitos. Os grupos focais, as entrevistas, os seminários, a cartografia feminista, a campanha pela divisão justa do trabalho doméstico e todos os espaços construídos coletivamente, fortaleceram uma rede de mulheres empoderadas e protagonistas de ações transformadoras, a qual eu também ajudei a construir e que me faz sentir orgulho e muita gratidão, porque foram caminhos trilhados ao lado de grandes mulheres. Sou incapaz de mensurar todo aprendizado e como minha formação enquanto pesquisadora e historiadora ampliou ao longo de todo processo; construí conhecimento e luta junto às mulheres, e aprendi que sozinha ando bem, mas juntas caminhamos melhor e vamos muito mais longe. Gratidão mulheres!

Karla Emmanuela R. Hora, Universidade Federal de Goiás (UFG) e (ex-Diretora de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário) – Goiás.

O projeto/processo ATER, FEMINISMO e AGROECOLOGIA apresentou inúmeros resultados quantitativos e qualitativos, mas também desafios. A



sua proposta, desde o início, não era uma cifra, mas o fortalecimento de uma caminhada e de uma estratégia que visava garantir direitos para as mulheres rurais em toda a sua diversidade.

Os desafios foram sendo rompidos, um a um, à medida que aprendemos a lidar com a burocracia das diferentes instituições envolvidas e os transformamos em possibilidades, alianças e aprendizados. Os resultados positivos são múltiplos: as trocas de saberes; as vivências coletivas; o compartilhamento de experiências; a liberdade de falar, ousar e questionar; as ações coletivas realizadas; a renovação cotidiana da esperança e autoestima em tempos temerosos; o conhecimento autoconstruído; o redescobrir-se mulheres com direitos; ampliação das possibilidades de produção agroecológica; a percepção sobre os ecossistemas socioambientais; o questionamento das metodologias clássicas de ATER e a proposição de novas abordagens; a ocupação dos espaços institucionais na universidade; o conhecimento sobre os territórios e as identidades...

Vimos de diferentes lugares e com diferentes paradigmas para construir esta proposta. Mas, ela foi um sonho coletivo que se materializou apesar das adversidades. O projeto/processo se enraizou nas almas e nos semblantes das participantes, das gestoras, das técnicas, das mulheres em sua condição de pluralidade. O projeto passa, o processo segue. Segue em caminhada de mãos dadas até conseguirmos que todas as mulheres possam ser sujeitos sociais com direitos, respeito, autonomia e liberdade.

Goiânia, 7 de setembro de 2017.

Lorena Lima De Moraes, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

Participar do Projeto ATER Mulheres foi uma das coisas mais singulares que já vivi durante a minha vida acadêmica, justamente, porque este "projeto" (como assim o referíamos), veio para desconstruir tudo o que aprendi durante a minha formação cartesiana sobre a construção do conhecimento. Este projeto concretizou a construção de um processo de formação política coletiva, feminista e agroecológica a partir de questões reais compartilhadas por todas as mulheres participantes, atentando para enfoques da "experiência vivida", que nem sempre a academia tem condições de abarcar. Mulheres rurais, agricultoras,

experiência foi o VI Seminário Mulheres em territórios de resistência, onde as mulheres apresentavam os seus relatos, de como o projeto contribui para suas vidas, experiências, histórias, conquistas, lutas contra o machismo, racismo, agronegócio, patriarcado, por um país democrático. Neste encontro pude perceber, as mulheres rurais como sujeitos e agentes de transformação e defesa dos seus territórios, na construção da agroecologia, no questionamento das políticas públicas, proposição de novos arranjos e na construção cotidiana de resistência, na casa, no quintal, na comunidade, no seus municípios. Sendo tudo isso muito enriquecedor para o meu crescimento como mulher e como profissional. Gratidão por participar desse projeto lindo, Gratidão a todas as mulheres!

Luiza Carolina Silva, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

Ao ingressar na Universidade, em um curso voltado ao Agronegócio, senti que a formação em Engenharia Agrícola e Ambiental, para uma pessoa militante, não era o suficiente. Na busca por uma perspectiva diferente para o curso, em meu segundo período da graduação tive meu primeiro contato com a agroecologia. Fui convidada para o V Seminário: ATER, Feminismo e Agroecologia e pude conhecer mulheres incríveis que decidiram romper com toda a lógica econômica, de produção e principalmente fortalecendo as relações entre mulheres. Aprendi que nem todo o conhecimento estava nos livros, e a cada depoimento de mulheres guerreiras, nascia em mim uma flor. Virei um jardim! Cada experiência foi ímpar, pude acompanhar o projeto até o VI Seminário: ATER, Feminismo e Agroecologia que culminou em um belíssimo momento de resistência. Eu poderia ter me formado sem passar por essa experiência, poderia até ser um boa Engenheira, mas não me tornaria a Mulher que me tornei. Eu andava bem sozinha, mas com todas vocês eu ando bem melhor!



Luíza Cavalcante, agricultora – Pernambuco.

Iniciei no Projeto como agricultora convidada pelo querido Centro Sabiá e durante o processo, ouvir de vocês, os relatos de como a presença e atuação da Técnica feminista, mudava a vida das mulheres no Campo, muito me estimulou também, estar Técnica e ter maior poder de atuação. Fiz um curso Técnico em Agroecologia.

Nesses três anos, foram muitas aprendizagens e compartilhadas. Gostaria de destacar a Cartografia Feminista! Um processo riquíssimo que nos apontou o quanto temos em comum nas regiões, de como podemos articular as ações. A Cartografia se mostrou uma potente ferramenta para visibilizar e denunciar injustiças sócio ambientais, patriarcais, racista, assim como localizar-nos no Território com todas nossas faturas de saberes e fazeres, desde reconhecer onde estão as Mulheres rezadeiras, parteiras, raizeiras no território? As plantas por elas usadas? Dessas plantas, quais as contraceptivas? Como identificar onde estão as Feiras Agroecológicas e toda rede de comercialização no território percebendo que fronteiras, é um instrumento para fortalecimento do capitalismo e manutenção do patriarcado em detrimento do cessamento do direito de acessibilidade territorial das pessoas, em especial de nós mulheres.

Fronteiras Não devem ser impedimentos para a organização e transformação Feminista.

Valeu Mulheres Queridas! Muita luz e sabedoria a todas!

Abraços Militantes, Feministas e Étnicos Raciais.



Maria Aparecida da Silva Feitosa, Grupo Mulher Flor do Campo – Pernambuco.

É possível relatar que o projeto veio contribuir de forma significativa para aprimorar meus conhecimentos e me tornar mais resistente na luta, foi um momento excepcional onde vivenciei várias experiências e dei a minha contribuição.

No início eu estava depressiva por alguns problemas pessoais e foi nos encontros que me libertei de tudo que estava me incomodando. Passei a me sentir cada vez mais forte para continuar na luta e hoje sinto-me realizada por fazer parte desta história. Para mim é emocionante falar do projeto porque foi intenso com muitas emoções. Quero agradecer a todas
a s c o m p a n h e i r a s



de luta em especial a Dra Laetícia Jalil pela oportunidade de participar e partilhar com todas.

Maria do Céu Silva B. de Santana, Agricultora do Pólo da Borborema - Paraíba.

Mesmo que tenha participado poucas vezes das oficinas, compreendi que sem a participação das mulheres na propriedade, a partir do seu arredor de casa, não existiria segurança alimentar. É na diversidade que elas conseguem produzir e gerar renda. E que com sabedoria e troca de conhecimento entre outras companheiras, a partir do seu espaço e de sua organização a agroecologia não aparecia. A agroecologia e o feminismo são as sementes de transformação das mulheres camponesas. Portanto digamos: “Sem Feminismo não há agroecologia”.

Maria do Socorro de Lima Oliveira, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

O projeto/processo Ater-Mulher, como carinhosamente chamamos, foi um grande desafio para mim. Nesses quase três anos realizamos muitas ações e construímos verdadeiramente uma rede feminista. Entre encontros, reuniões de planejamento, desafios burocráticos, e, principalmente, construção coletiva de um intenso processo, fomos muito além do que havíamos planejado e até sonhado. Aprendi muito! Troquei muito! Essa foi a melhor experiência acadêmica e de vida por mim experimentada coletivamente.

Maria José de Souza Silva, Fórum de Mulher de Mirandiba - Pernambuco.

Seguindo em Frente.



Muito tenho a relatar durante todo esse tempo em que tive de mãos dadas com tantas outras mulheres de várias cores e saberes ímpar. Momentos históricos que ficarão gravados na memória e na expressão de luta ativa que teremos muitas outras pela frente, iremos resistir sempre pois, somos mulheres que vivemos em luta constante em defesa de uma causa justa: feminismo, agroecologia, territórios, divisão sexual do trabalho, direito a sermos o que quisermos ser.

Enquanto mulher e negra me sentir representada em cada uma das companheira que dividimos o espaço na construção de novos conhecimentos e trocas de sorrisos, no qual o projeto me proporcionou um aprendizado muito largo, de me conhecer e de entender melhor minhas ações para com as diversas mulheres que me cercam nas atividades em comunidades. Em confronto contra o machismo, patriarcado, racismo, preconceito de todas formas etc, e tudo isso nos reforça para uma maior incidência nos espaços onde falam que não nos cabe.

Feminismo sim, mulher e agroecologia sim em todas as experiências vividas com as mulheres no campo na construção coletivas de novos paradigmas.

Pois, estará em cada uma de nós a capacidade de seguir em frente, pois muitas outras batalhas virão e aí estaremos mais fortalecidas para enfrentá-las mais uma vez unidas multiplicando forças, conhecimentos e ações para um mundo melhor, para todas nós.

Mirandiba, 31 de julho de 2017.

Maria Katiana Barbosa da Silva, Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN (AACC/RN) – Rio Grande do Norte.

As reflexões e aprendizados que obtive durante o processo dos seminários de ATER, FEMINISMO E AGROECOLOGIA me proporcionou adotar em meu diálogo que todo espaço, conceito sobre territórios tem que ter o pensamento e contribuições das mulheres.



Apreendi que vivemos em um território de resistência e que, portanto, devemos construir alternativas para nos proteger da violência, do preconceito, do patriarcado e do machismo.

Esse projeto/processo me possibilitou a voltar no tempo de estagiária e reviver lembranças das minhas irmãs mulheres se auto-organizando em grupos produtivos agroecológicos para ter um alimento saudável e sustentável, ter autonomia para participar das reuniões e sobretudo, ter um espaço onde as mulheres pudessem socializar suas inquietações da vida doméstica.

As vivências desse projeto/processo possibilitaram fortalecer meus princípios sobre a agroecologia e feminismo, possibilitaram também pautar em todos os espaços onde estou que devemos lutar por uma assessoria agroecológica feminista específica para nós mulheres. Também extraí a vontade de me envolver com o mundo da pesquisa e contar as experiências das mulheres que estão comigo nas trincheiras da luta.

Seguiremos existindo e resistindo contra o racismo, o machismo e patriarcado.

Maria Verônica de Santana, agricultora assentada, educadora popular feminista e da coordenação executiva do MMTR-NE, Sergipe.

Falar do sentimento e aprendizado na participação desse projeto fiquei lembrando dos vários momentos e agora que estamos organizando uma atividade regional, primeira constatação, quantas estão sendo esperadas pra contribuir na nossa Jornada a partir da relação de confiança e afinamento político que construímos nesse processo.

O processo não foi fácil, mas como dizemos nada na vida das mulheres é fácil. Enfrentamos dificuldades na dependência da gestão dos recursos, as várias ameaças de corte dos mesmos, um golpe no meio do caminho, mudando nossa interlocução no governo, o que a princípio não seja essa

m u d a n ç a



causa de problemas. Quero trazer dos aprendizados duas dimensões, primeira de como nesse processo a conjuntura, apesar de temerosa, contribuiu pra fortalecer nosso diálogo e nossa resistência, criarmos estratégias de incidências nacionais, para citar dois exemplos, carta ao Ministro do MDA em 2014 pela não retirada da Diretoria de Políticas Publicas para as Mulheres Rurais, depois com adesão nacional dos vários movimentos e organizações e na nossa intervenção articuladas das mulheres na II Conferência Nacional de ATER em 2016, na confirmação do golpe.

Segunda dimensão foram aprendizados que tivemos em reunir mulheres na sua diversidade de atuação no tema da Ater, da Agroecologica e do Feminismo, reunindo agricultoras, camponesas, técnicas, universidade, tendo como princípio valorização dos diversos saberes, horizontalidade na participação, foi uma experiência que trouxe aprendizados que não tínhamos imaginado. Pensar e sistematizar esse pensamento que todas nós fazemos Ater como processo formativo e de troca de saberes. E que saber é construído principalmente no cotidiano da vida de nós mulheres, quando trocam receitas, sementes, estão também trocando histórias de resistência e como constroem estratégias pra enfrentar machismo e patriarcado dentro e fora de casa. Enfrentar o tema ou dilema das mulheres com a injusta divisão sexual do trabalho traz contribuições para o movimento feminista e nos aponta um desafio para nós mulheres que estamos nessa construção de continuar avançando e a certeza que temos de continuar juntas para construir estratégias que dê conta dos vários espaços que atuamos. Nesse processo experimentamos algumas ferramentas que acredito que podemos tê-las na nossa organização de mulheres rurais replicadas na nossa metodologia, como a Cartografia Feminista.



Por último dizer do meu sentimento de gratidão pela confiança de poder partilhar as histórias de vida de cada uma. Entender que mesmo quando as mulheres estão ocupando, não estamos livres do machismo e do patriarcado, só juntas nos reconhecendo nas nossas histórias e tornando luta coletiva. Me sinto forte porque conto com vocês.

Magnólia Said, ESPLAR Centro de Pesquisa e Assessoria– Ceará.

Enredando caminhos

"Amar e mudar as coisas, me interessa mais"

Belchior

Em tempos de posturas e práticas feudais, desagregantes e profundamente apartadoras; Em tempos de desamor profundo pelo “outro” perto e pelo “outro” longe, onde se escolhe quem pode ter direitos e quem não deve ter direitos; A experiência que vivi no Projeto “Ater Mulheres, Feminismo e Agroecologia”, fortaleceu bem mais minhas convicções do quão fundamental são, para avançar na resistência e incidência, as histórias coletivas e individuais das mulheres. Conseguimos ser multifacetárias e, não fora o respeito e as afetividades,



teríamos conseguido dar liga a esse mosaico tão diverso. Criamos uma verdadeira Rede de Troca de informações, reflexões, denúncias, amizades, respeito e de fortalecimento de valores. Mas, ela precisa se consolidar como um espaço de resistência ativa que articule o local com o nacional e o internacional. Uma Rede que possa acolher e balançar bem alto, as lutas contra as opressões, em especial, dos povos indígenas, quilombolas, das populações negras e das pessoas migrantes. Esses povos demandam muito mais do que cartas de solidariedade, pois que estão a ver suas identidades enquanto povo, serem dilaceradas. Em tempos de trevas, precisamos mais do que nunca, compreender que as mortes e violações das mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultoras familiares e de tantas outras que lutaram por liberdades, estão a nos interpelar para que sejamos cúmplices e agentes das causas que as fizeram sucumbir. Este deve ser o nosso compromisso. Está, portanto, em nossas mãos e em nossa capacidade de juntar mais mãos, multiplicar essa reflexão, tornando nossos aprendizados como os condutores de luta política.

Fortaleza, 30 de julho de 2017

Marli Gondim de Araújo, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

Ter participado do Projeto-processo foi umas das coisas boas que vivi em 2015-2016. Deu uma renovada na esperança e ao mesmo tempo uma tristeza por constatar que velhas práticas desse mundo machista ainda perseguem e marcam na pele muitas mulheres, todas, com marcas diferentes e ao mesmo tempo tão parecidas!

A metodologia de Grupo Focal que desenvolvemos com as mulheres foi um instrumento precioso para captar as narrativas de amor e dor vivenciadas na agroecologia e no feminismo. Marcaram a nossa palavra de ordem, slogan: Sem Feminismo não há Agroecologia!! Abraços de esperança em todas!!



Marilene Nascimento Melo, Núcleo de Extensão Rural Agroecológico (NERA) – Paraíba.

O Projeto ATER Mulher nos inquietou desde o seu início até a avaliação final. Lembro-me das 1as reuniões na UFRPE (Recife e Serra Talhada) em que juntas questionávamos a pertinência de um projeto como este com pesquisa, formação e comunicação a partir da Universidade e, acertadamente, criativamente e loucamente transformamos as nossas dúvidas em oportunidades para além da Universidade, onde era fundamental trazer as mulheres, as organizações e movimentos sociais. E assim, ele deixou de ser apenas um Projeto para se tornar um projeto/processo gerado e desenvolvido coletivamente por todas nós, assessoras, educadoras, pesquisadoras, comunicadoras, gestoras, educandas, lideranças agricultoras, assentadas, quilombolas, quebradeiras de coco, indígenas, enfim mulheres, jovens, maduras, com origens, vivências e experiências distintas. Contudo, tínhamos em comum sermos protagonistas da construção de territórios de resistências às desigualdades, opressões e violências decorrente de uma sociedade patriarcal, machista e misógina. Então, o projeto/processo ATER Mulher que teve como objeto a assessoria técnica rural a mulheres, nos permitiu avaliar metodologias e as políticas de ATER com olhar feminista, o que nos levou a compartilhar experiências, vivências, sentimentos e desejos, mas também percepções, reflexões e análises sobre o modelo tecnológico hegemônico na agricultura, sobre a divisão sexual de trabalho e as desigualdades de gênero, raça e etnia existente na sociedade em que nos inserimos.

As experiências e vivências individuais e coletivas inspiravam e retroalimentavam as reflexões, contribuindo para que pudéssemos a n a l i s á - las criticamente e ressignificá-las. Entre as metodologias utilizadas, a cartografia social foi a que se destacou por nos fazer identificar, dar



visibilidade e refletir sobre as diversas experiências de ATER para mulheres e compreendê-las como territórios de resistência.

Exercitávamos ao mesmo tempo a fala e a escuta, a razão e a emoção, o individual e o coletivo não como partes isoladas ou antagônicas mas integradas, complementares e, sobretudo, interconectadas. Os princípios de solidariedade foram se transformando em sororidade.

"Companheiras me ajuda
Eu não posso andar só,
Eu sozinha ando bem,
Mas com vocês eu ando muito melhor".

Fomos, assim, transformando o foco do projeto/processo e também nos transformando, individual e coletivamente. Descobrimo-nos e/ou reafirmamo-nos feministas. Tecíamos a cada olhar, fala, gesto, sentimento, reflexão, encontro e seminário uma rede, a Rede ATER, Mulheres, Feminismo e Agroecologia, que começa a germinar assumindo como primeira tarefa a divulgação e o fortalecimento da Campanha Por uma Divisão Justa do Trabalho.

"Sem feminismo, não há agroecologia."

Participar do projeto/processo ATER, Mulheres, Feminismo e Agroecologia significou para mim uma oportunidade riquíssima de aprendizagem pois, ao escutar as vivências e experiências das mulheres, reconhecia a minha vivência e experiência como parte de um processo de desigualdades, desafios, lutas e resistências em que nós mulheres somos vítimas mas também protagonistas de um processo de construção de uma nova sociedade.

As inquietações que surgiram durante o projeto/processo nos provocaram a olhar, sentir e refletir profundamente sobre os desafios que enfrentaram as nossas antepassadas e os desafios que ainda vivenciamos na superação das desigualdades de gênero e nas várias formas de violência contra a mulher.



Mas, nos fortalece e nos faz mover com a certeza de que: “Seguiremos juntas até que todas sejamos livres”.

Gratidão a todas pela oportunidade, pela vivência, pela linda construção e pelo que continuamos tecendo em conjunto.

Noite de lua cheia, 06 de Agosto de 2017 em Campina Grande, Paraíba.

Mauricélia de Souza Silva, Casa da Mulher do Nordeste – Pernambuco.

Participar do Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia foi muito gratificante. Quando começamos a dialogar sobre a concepção desse projeto, fiquei encantada e ao mesmo tempo cheia de interrogações, me perguntava, se uma proposta tão ousada, grandiosa e revolucionária, iria de fato, se concretizar. Era possível atingir o objetivo de uma ação que envolvia vários estados, organizações feministas e mistas, que atuavam no campo da agroecologia, e Universidades?

Iniciamos sem saber direito como iam ser realizadas as atividades. Porém, de uma coisa nós tínhamos certeza, onde queríamos chegar, que era nos aprofundar sobre as várias experiências de assessoria técnica que vinham sendo realizadas com as mulheres rurais. O desafio era enorme.

No processo fomos descobrindo que o projeto não estava pronto, que ele ia se desenhando, se concretizando, a partir de muitos diálogos, realizados a cada encontro, a cada seminário. Foi esse desafio, de realizar uma ação com tantas adversidades, que me instigou, me estimulou a participar, cada vez mais do debate.

Dentro desse contexto, ainda enfrentamos os inúmeros entraves da burocracia, que muitas vezes, chegamos a pensar que não íamos conseguir concluir o projeto. Nesse ponto, não posso deixar de falar da garra e do compromisso das coordenadoras do Projeto que com muita persistência, paciência e determinação enfrentaram esses obstáculos.



Ao ver o resultado das ações: os relatos das experiências de ATER para as mulheres; a Campanha de comunicação que evidenciou, de forma muito criativa, a divisão sexual do trabalho; o mapa dos territórios feministas, fico extremamente emocionada e agradecida pela grande oportunidade de participar do Projeto ATER, Feminismo e Agroecologia.

Quero agradecer a todas as mulheres com as quais convivi durante todo esse processo, foram muitas trocas e aprendizados que contribuíram para afirmar, ainda mais, o meu compromisso com a luta feminista.

SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

Michela Calaça, Ex-Coordenadora de Organização Produtiva do Ministério de Desenvolvimento Agrário – Brasília/DF.

Quando cheguei na Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas já estava em andamento o projeto da UFRPE, e a cada aproximação onde fomos conhecendo suas atividades nos demonstrou a importância de um projeto que sob o olhar do feminismo buscasse construir um diálogo entre técnicas e agricultoras sobre suas realidades na vivência da construção do conhecimento via a política pública de Assistência técnica e extensão rural. Para mim esse projeto representa a potencialidade de quando a universidade sai dos seus muros e constrói as condições de melhoria de vida das mulheres no campo. A ATER necessariamente precisa ser feminista e agroecológica para ser emancipadora dos sujeitos do campo.

Michelly Aragão Guimarães Costa, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

Creio que poder ter participado deste projeto/processo foi um dos momentos mais ímpares da minha vida. Ser mulher, feminista, jovem



pesquisadora e querer transformar o mundo e a academia a n d r o c ê n t r i c a , machista e racista não é uma tarefa fácil. Para mim, um dos ganhos mais valiosos que carrego comigo foi que não somente estávamos ali discutindo uma política pública a partir de uma perspectiva feminista e agroecológica (e que tampouco foi fácil), mas que estávamos gerando uma nova forma de conceber uma política feminina, feminista, popular e comunitária desde as mulheres. E neste sentido o que não faltou foi criatividade, teve dança, poesia, teatro, cartografia social, campanha pela divisão justa do trabalho doméstico, vídeos, muita, mas muita escuta e choro para dar conta da realidade de violências que vivenciamos em nossos lugares e territórios. Ousaria dizer, que forjamos outras alternativas, novos modos de construir saberes políticos coletivos, metodologias que trabalhavam o corpo-território, sonhos, desejos e subjetividades. Foi um importante processo de cura coletiva, de poder se fortalecer a cada encontro, de sororidade. Estes foram momentos únicos, que me fortalecem para s e g u i r lutando por mim, por nós, por todas. Eu gosto de dizer que a rede de solidariedade feminista construída aqui “me salvou”. Sou muito grata pela presença e confiança de todas vocês, e não poderia deixar de mencionar a importância da Laetícia Jalil, Lorena Moraes, Luiza Cavalcanti, Maria do Socorro, Graciete Santos nesta minha jornada de aprendizados, amadurecimento e descobertas. Meu muito obrigada a todas vocês mulheres poderosas, minhas inspirações cotidianas. Um l u x o p o d e r construir essa roda viva com cada uma. As amo!!!

06/08/2017 – Noite de lua cheia em Buenos Aires.



Mylena Raiza, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Pernambuco.

O valor presente em todos os momentos vivenciados nesse projeto é incalculável, tendo em vista que nossos valores acadêmicos, pessoais e políticos foram enriquecidos com o exemplo e sabedoria de cada uma das mulheres envolvidas. Infelizmente não pude acompanhar desde o início, mas o VI Seminário ATER Mulheres, Feminismo e Agroecologia, foi o fechamento de uma jornada muito bonita de mulheres guerreiras que tive o imenso prazer de conhecer e que mostraram o poder do empoderamento feminino, sua contribuição para a agroecologia e para a participação política ativa das mulheres. Muita coisa foi dita, mas a canção que sempre ficará guardada em meu coração para levar adiante em minha vida: “Companheira me ajuda que eu não posso andar só, eu sozinha ando b e m , m a s c o m v o c ê a n d o m e l h o r ” . E essa jornada deu certo, apesar de todas as muitas dificuldades, sobretudo, todas as conquistas puderam ser alcançadas graças a união de todas nós. Minha singela gratidão por ter tido o privilégio de ter feito parte de tudo i s s o .

Rivaneide Ligia Almeida Matias (Riva Almeida), Centro Sabiá – Pernambuco.

Se eu tivesse a oportunidade de voltar no tempo e pudesse escolher de novo o que iria fazer, repetiria a escolha em trabalhar com agricultura familiar, com agroecologia, com as agricultoras, mesmo já sabendo de todos os desafios que me acompanhariam por essa opção. O maior deles é lutar contra uma lógica construída de desvalorização, de exclusão e de invisibilidade de tudo que compõe o mundo das mulheres. Conviver com esse grupo, nesse processo de formação tão rico, me fortaleceu e renovou, me trazendo uma energia muito mais poderosa para construir a t r a n s f o r m a ç ã o t ã o s o n h a d a ,



mesmo trabalhando numa organização mista, onde esse desafio é teoricamente muito maior. Todo o processo, as metodologias, os debates e construções foram estratégicos para (re)pensar uma ATER mais diferenciada ainda, numa perspectiva feminista e libertadora. Quero dizer a cada uma e a todas, no singular e no plural: vocês me inspiram e, mesmo sendo uma mulher de pouquíssimas palavras, quero continuar atuando, agindo para garantir o merecimento dessa convivência tão linda, tão intensa e motivadora para seguir em frente, sempre. Gratidão, meninas, pela oportunidade e privilégio desse convívio! Vocês são seres de luz e mensageiras da sororidade!

Feminismo é um conceito diferente
 Pois nos faz celebrar o dom da luta
 Caminhando enfrentando a força bruta
 Cada uma se torna resistente
 Pois um dia plantamos a semente
 De poder dedicar nossa jornada
 Nos lançando numa briga arriscada
 Mesmo assim avistamos a conquista
 Navegando um universo feminista
 Demarcando e embelezando essa estrada

Sarah Luiza, GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – Brasília/DF.

O projeto “Ater, Feminismo e a Agroecologia” foi um marco para a Universidade, as organizações executoras de Ater e a luta das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil. Foi uma ação-reflexão criativa, alegre, politizada e crítica que juntou mulheres que lutavam a partir de diferentes espaços por um meio rural com justiça e igualdade e multiplicou saberes, fortaleceu solidariedades, consolidou práticas e movimentos emancipatórios. Deixou um grande legado ao fortalecer a
 n e c e s s á r i a e



intrínseca relação entre a Agroecologia e o Feminismo, mostrando o quanto as atividades de Assistência Técnica, as aulas nas universidades e as práticas produtivas das agricultoras têm força para transformar as pessoas e o ambiente construindo de fato um mundo melhor. Vejo muita beleza nos carinhos conquistados, nas experiências trocadas, nas confianças construídas, nos abraços que, nas despedidas, demonstraram que esse seria apenas uma parte dessa caminhada coletiva. E que todo esse aprendizado regue os próximos plantios!

Selma Glória de Jesus, Movimento de Organização Comunitária (MOC) - Bahia.

Dentre os presentes que recebemos na vida, as trocas de saberes e vivências com outras pessoas é uma das maiores riquezas e saber que você pode partilhar esses saberes com outros sujeitos, nos deixa mais feliz ainda. Foi esse sentimento que me invadiu ao iniciar a minha participação no projeto junto com tantas outras companheiras sedentas de conhecimento para contribuir na mudança da vida das mulheres rurais.

O desafio para mim que integro uma organização mista é grande, primeiro convivemos com os desencantamentos e o sentimento de que não se é possível mudar. Paralelo a isso, encontramos amparo e incentivo de tantas outras que acreditam na mudança a partir das nossas práticas e modos de fazer as coisas.

A minha atuação no projeto não impactou apenas no trabalho desenvolvido, mas com a equipe de gênero e, sobretudo na minha vida pessoal. Enxergar outras dimensões da vida, do ser mulher negra e feminista e, considerando que a abordagem sobre a questão racial ainda se faz necessária no campo do feminismo e agroecologia para verdadeiramente contribuir na promoção da igualdade de gênero e raça, porque a exclusão social e pobreza têm sexo e



cor; é feminina e negra. Desse modo me senti inquieta no aprofundar das práticas e concepções, mirando numa ATER agroecológica inclusiva e libertária!

Um dos pontos forte do projeto foi a possibilidade da construção coletiva da proposta. Um projeto inacabado, mas aberto para novas proposições. Destaco a campanha “Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”, um lindo trabalho onde tem a cara, os dedos, as ideias das mulheres sobre o que pensam e esperam de uma campanha, as formas de abordagem, ou seja, a riqueza dos detalhes de quem constrói coletivamente. Outro ponto forte foi a cartografia, onde partilhamos nossos saberes, nossas dores e desafios em cada território de atuação. Compreender as várias formas de opressão que as mulheres são submetidas é essencial para contribuir melhor na sua emancipação. Os frutos por aqui já são visíveis.

O MOC completa 50 anos e ao longo da caminhada colhemos os frutos, mas também percebemos que é preciso caminhar muitos anos para celebrar a emancipação dos sujeitos, principalmente das mulheres rurais. Disso tudo resta as doces lembranças; cada abraço, a cada sorriso, a cada afeto distribuído, a cada experiência partilhada e a certeza de que não estamos sozinhas. “Sem Feminismo não há Agroecologia”.

Suyane de Lima Reis Fernandes, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) - Ceará.

...É certo, sem feminismo não há agroecologia!

A estruturação dos encontros e multiplicidade de nós mulheres que estávamos ali, assessoras técnicas, agricultoras, mulheres indígenas e pescadoras, quilombolas, gestoras e educadoras, proporcionou a formação de um grande laço de cumplicidade e troca de experiências. O projeto foi uma escola de encontro de metodologias, saberes e afetos
q u e b u s c o u



considerando os acúmulos e trajetórias pessoais e profissionais, contribuir para o fortalecimento de nossas capacidades e capacidades institucionais a partir da sua natureza formativa e dando visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais e pelas técnicas das instituições. Construimos novas relações, amizades e aprendizados.

A adoção da cartografia social e da sistematização de experiências foram estratégias de construção do conhecimento coletivo que possibilitaram o desenvolvimento, alinhamento e a qualificação de nossas metodologias. Propusemo-nos a pensar sobre os processos de organização do trabalho produtivo e reprodutivo e a importância dos quintais produtivos como espaços de autonomia das mulheres e de transição agroecológica. A escolha da campanha e do tema pela divisão justa do trabalho doméstico foi assumida como importante estratégia de comunicação que permitia dar visibilidade a questões centrais das desigualdades de gênero, raça e etnia fundadas num modelo de sociedade patriarcal.

Contra o impeachment e a ilegitimidade de um governo, contra a redução d e

direitos políticos e sociais, contra a redução dos investimentos nas políticas públicas...fomos organizadas às ruas para dizer que tínhamos um lado e não aceitávamos o golpe.

Meu caminho é definitivamente melhor depois que cruzou com o caminho de cada uma.

Muito grata.



MEMÓRIA DE IMAGENS





















SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

